

Quinta-feira, 14 de Setembro de 1978



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

## SESSÃO SUPLEMENTAR

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE SETEMBRO DE 1978

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Srs. Alfredo Pinto da Silva  
 Francisco Barbosa da Costa  
 Maria José Paulo Sampalo  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Foram aprovados os n.<sup>os</sup> 82, 83 e 84 do Diário e mencionados os requerimentos apresentados na sessão anterior.

**Ordem do dia.** — Na continuação da discussão do Programa do III Governo Constitucional, usaram da palavra os Srs. Deputados António Macedo (PS), António Loja (PSD), Cabral Fernandes (CDS), Zita Seabra (PCP), António Campos (PS), Sérvulo Correia (PSD), Oliveira Dias (CDS), Gonçalves Sapinho (PSD), Narana Coissoró (CDS), Galvão de Melo (Indep.), Jorge Leite (PCP), Aires Rodrigues (Indep.), António Guterres (PS), Alda Nogueira (PCP), Angelo Vieira (CDS), Acácio Barreiros (UDP) e Raul Rego (PS).

Usaram ainda da palavra os Srs. Ministros dos Assuntos Sociais (Pereira Magro) e das Finanças e do Plano (Silva Lopes).

Em pedidos de esclarecimento ou em esclarecimentos, intervieram os Srs. Deputados Vital Moreira (PCP), António Arnaut (PS), Manuel Mendes (PS), Veiga de Oliveira (PCP), Carlos Robalo (CDS), Delmiro Carreira (PS), Carlos Carvalhas (PCP), Carlos Brito (PCP), António Guterres (PS), Sousa Marques (PCP), Sousa Franco (PSD), Sousa Gomes (PS), Amaro da Costa (CDS), Macedo Pereira (CDS), Vitor Louro (PCP) e Acácio Barreiros (UDP), tendo os oradores interpelados respondido nas partes correspondentes.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 15 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Albano Pereira da Cunha Pina.  
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António Magalhães da Silva.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Etielvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.

Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manucl Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Américo de Sequeira.  
 António Augusto Gonçalves.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António José dos Santos Moreira da Silva.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Armando António Correia.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Cirilo Oliveira Marinho.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João José dos Santos Rocha.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Elia Brito Câmara.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Olívio da Silva França.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Ângelo Alberto Ribeiro da Silva Vieira.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.

João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Sampaio.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Juzarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 António Pedro Valverde Martins.  
 Cândido de Matos Gago.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Diamantino José Dias.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Georgette de Oliveira Ferrreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Manuela Fernandes M. dos Santos Nunes.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 125  
 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 40 minutos.*

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Estão em apreciação os n.ºs 82, 83 e 84 do Diário.

Há alguma oposição?

*Pausa.*

Consideram-se aprovados.

Na última sessão foram apresentados os seguintes requerimentos: ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Sérvelo Correia, e à Secretaria de Estado da Co-

municação Social, formulado pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho.

Deram também entrada na Mesa dois pedidos de autorização: um para que o Sr. Deputado Mário Soares seja ouvido como declarante no 3.º Juízo Correcional de Lisboa e outro para que o Sr. Deputado Domingos Abrantes seja ouvido como declarante no Serviço de Coordenação de Extinção da PJDE/DGS, no próximo dia 18 do corrente, pelas 9 horas e 30 minutos.

Como estes dois Sr. Deputados não se encontram presentes, serão depois avisados.

## ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Na continuação da discussão do Programa do III Governo Constitucional, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Macedo.

**O Sr. António Macedo (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Em 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa — que até então militara no Partido Radical — arvorava, em Braga, o pendão dos independentes e fazia a sua «heróica arrancada» em direcção às áreas do Poder, numa ofensiva que tinha por alvo principal a marginalização dos partidos políticos e por mira imediata a queda de um governo legítimo e constitucional.

E quando o controverso e insensato «cabô-de-guerra» passava no Porto, «a cavalo num automóvel», no dizer pitoresco de Carlos Cal Brandão — sempre presente na nossa saudade —, logo tive a nítida percepção de que o general Gomes da Costa marchava, com o garbo dos seus galões, para a tomada, pela força, das rédeas do Governo, à margem das regras democráticas — e, por isso, a minha voz fez coro com a daqueles (e eram umas centenas) que saíram para a rua a gritar, com firmeza e coragem, um vibrante «abaixo a ditadura!»

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como é sabido, não passou muito tempo que as hostes reaccionárias, já mais aguerridas, e após algumas manobras de diversão, avançassem nos seus ocultos propósitos e fossem buscar às Universidades de élite — tidas como alfobre de homens sábios — umas tantas «competências» que ornamentossem o ramalhete de um governo alcunhado de «salvação nacional».

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Foi assim que Salazar surgiu, entre outros, como o super-homem das «finanças», ou, na linguagem de hoje, um afamado tecnocrata — princípio da tecnocracia! —, com escala para «Presidente do Conselho», e, a seguir, ditador encartado, a ditar leis a Portugal e ao mundo!

A jactância e a desmedida ambição deste «independente» e tecnocrata custaram-nos quase meio século de fascismo!

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — É que, não o esqueçamos, nos combates da santa cruzada salazarista ocupou lugar de destaque a senha contra os partidos políticos, pois que os independentes, que se blasonavam da sua «competência», sabiam que só destruindo os partidos e desacreditando os políticos se entronizavam como salvadores da plebe e da greci!

*Aplausos do PS.*

Ainda hoje os que rendem culto ao Deus absoluto e desdenham da liberdade e da democracia é contra os partidos e os políticos que desferem os seus golpes e as suas infâmias.

**Sr. Presidente e Srs. Deputados:** Os que, como eu, sofreram, no passado, na carne e no espírito, as violências, as fúrias e as maldições dos «apartidários» de então sentem a cada instante a amargura e a angústia dos desvios e dos riscos que em vários momentos — e este é um deles — podem assaltar a nossa jovem democracia.

A luta persistente da oposição, durante quarenta e oito anos de sucessivas reivindicações públicas, foi no sentido de libertar os partidos políticos das mordacás, das grilhetas e do ostracismo infamante, impostos por Salazar, Caetano e os seus cúmplices.

Os partidos políticos eram a arma a manejá contra a tirania, o despotismo e o poder pessoal, eram a bandeira a que se acolhiam os defensores da liberdade e da justiça social.

Os militares que fizeram vingar o 25 de Abril inscreveram no seu programa a libertação e a instituição dos partidos políticos, base fundamental da necessária convivência cívica e de uma saudável vida democrática.

A Constituição, que nesta Sala se forjou e votou, aponta também para o privilégio dos partidos políticos, como sustentáculo da expressão mais viva dos anseios populares.

Por isso, os partidos ressurgiram, uns, os que já vinham da noite dolorosa da clandestinidade, e surgiram, outros, nascidos à luz esperançosa da Revolução de Abril.

Foi assim que, assente a organização política em moldes, quadros e formas partidárias, foram convocadas eleições e os cidadãos chamados a votar em partidos e não em personalidades, a votar em listas apresentadas e patrocinadas pelos partidos que, por sua vez e previamente, legalizaram a sua existência no Supremo Tribunal de Justiça.

Isto é, só os partidos puderam concorrer ao acto eleitoral e só eles, neste modo, pelo sufrágio, se legitimaram perante o povo, para o governar.

*Aplausos do PS.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Razões são estas para exprimir a fundada estranheza daqueles que, como eu e os do meu tempo, encaram com perplexidade os factos e as circunstâncias que estão a viver-se com a constituição deste Governo, dito de independentes.

Por certo, e ressalvadas as boas intenções de alguns, não se encontrarão entre os seus elementos, como independentes não políticos, nenhum dos «resistentes» antifascistas ou responsáveis da doutrinação política que, durante o longo reinado da ditadura, afron-

taram os governantes e as suas «competências», para defenderem o primado do direito, da democracia e dos partidos políticos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ou será que aos independentes de agora menos sedutor é cultivar a política, ou aceitá-la nos limites de meras imposições táticas, com a alegação de que lhes não serviram os modelos, a filosofia, os programas e a disciplina dos partidos já existentes, numa vasta gama de rumos, trajectórias, objectivos e destinos.

Ou, quem sabe, independentes a aguardar novas fórmulas ou arranjos partidários — espécies de cabides onde possam pendurar os seus ideais exigentes ou fora de comum dos mortais —, e para cada um o seu cabide ...

Estas reflexões levam-me a pensar que curioso seria dirigir um convite (não um desafio, claro) aos Ministros e Secretários que compõem este Governo para que se apresentassem a explicitar as motivações, naturalmente diversas e variadas, da sua «independência», ou seja, das determinantes por que se apregoam «independentistas», com desfavor pela política — e dizê-lo aqui, nesta câmara política e de políticos, militantes de partidos e representantes do povo, pelo povo eleitos.

*Aplausos do PS.*

As respostas e os esclarecimentos que a Câmara ouvisse, e através dela o País, seriam da maior importância e significado para bem se ajuizar da real consciência dos malefícios que os ditos independentes, por detrás das suas íntimas e recônditas opções políticas, podem causar à democracia.

**Sr. Presidente e Srs. Deputados:** Na democracia pluralista que somos, e que nós, homens dos partidos, queremos ser, não tem lugar a figuração anómala e sem contornos definidos de um «governo de independentes».

É talvez cómodo ser-se «franco-atirador» ou enfaticamente «não político», para uso caseiro ou de tentúlia. Mas, para governar e ser governo, é mais do que um desconchavo, pois pode ser uma «aventura» a que se não prestarão os homens de honra reunidos à volta do engenheiro Nobre da Costa. Por isso, com o votar das moções já anunciadas, os vamos libertar desse pesadelo ...

Por nós, Partido Socialista, assumimos as responsabilidades desse voto — como foi assinalado pelo meu camarada António Guterres —, traduzido na rejeição do Programa do Governo, até como meio de obstar a que se perpetue um equívoco ou uma frustração, ao aceitar-se a vigência de um executivo declaradamente exercido por técnicos alheios ou refratários à política e às suas incidências, apenas ou sobretudo com a técnica preocupados, e que nada têm a perder, politicamente, na sua imagem obviamente não partidária, com os fracassos que venham a sofrer.

Diferente é o caso dos governos constituídos por partidos — e é para tal que os partidos se instituíram e tomam o Poder, com os riscos que não podem enjeitar, tendo por finalidade essencial aplicar à política as soluções requeridas, na plena consciência de que se submetem ao julgamento do povo, do eleito-

rado em geral e do que lhe serve de suporte, em especial, como também sujeitos ficam ao desgaste e às vicissitudes que venham a atingi-los.

Por imperativo constitucional e decorrente da vontade popular expressa nas urnas, um governo de independentes não tem sentido — repetimos — numa democracia pluralista; é um corpo estranho à democracia, estranho e maligno, é uma autêntica aberração política ...

Evite-se ao povo — ao menos no futuro — este espectáculo deprimente e confrangedor a que temos assistido, nesta Câmara, com a apresentação de um «governo de independentes». É preciso que os afa-digados «profetas da desgraça» não tenham pretextos fáceis para as suas arremetidas truculentas e reacionárias, para os seus habituais golpes de traição.

É preciso consolidar a democracia. Foi para isso que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e tantos de nós nos batemos num passado ainda não muito distante. A democracia em que os partidos políticos acreditam é, e cccntinuará a ser, a nossa certeza. Esta é a nossa aposta e a nossa profissão de fé!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu camarada António Macedo a referência que me fez na sua intervenção. Efectivamente, durante todo este período excepcional da reunião parlamentar, foi V. Ex.<sup>a</sup> a primeira pessoa que se lembrou de que havia um homem nesta Presidência que se chamava Vasco da Gama Fernandes. Aliás, nada me surpreende porque, se há muita gente que me conhece, há também gente que eu não conheço e há pessoas que eu nunca vi em parte nenhuma. Portanto, não me surpreende nada que um velho camarada se tenha lembrado de mim.

Muito obrigado, Sr. Deputado António Macedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Loja para uma intervenção.

**O Sr. António Loja (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Srs. Deputados: O Programa do III Governo Constitucional, agora em discussão neste Parlamento, nada inclui que se possa considerar gravoso em relação aos interesses das populações da Região Autónoma da Madeira. Precipuam-nos, no entanto, certa imprecisão e timidez que julgávamos deverem estar já ultrapassadas.

Exemplo de imprecisão é o da ausência de qualquer referência à instalação prioritária de estudos superiores na Região, isolada pela insularidade, posto que o Programa se refira em termos gerais à «publicação do diploma fixando a rede dos estabelecimentos de ensino superior de curta duração». Exemplo de timidez é o da criação de «um conselho de política monetária e cambial nas delegações do Banco de Portugal, em ordem a adaptar o funcionamento do sistema bancário e garantir a participação na definição e execução das políticas monetária e cambial». Tanto quanto este propósito é desejável, interrogamo-nos sobre se este é o meio suficiente para implementar uma das atribuições constitucionais que pretende garantir às regiões autónomas o controle dos meios de pagamento.

Sendo este o último dos objectivos indicados na parte do Programa que se refere às regiões autónomas, importa igualmente que nos debrucemos sobre outros

aspectos para ajuizarmos correctamente do seu valor global.

É decerto importante que se promova «o melhor funcionamento e a maior operacionalidade dos serviços periféricos não transferíveis», mas é evidente que tal não se poderá verificar enquanto os serviços centrais a que aqueles estão ligados não ganharem, eles próprios, funcionalidade e operacionalidade.

É ainda importante que, como diz a alínea c) do capítulo do programa referente às regiões insulares, se continue «a promover a implementação de regras que permitam a elaboração dos orçamentos regionais e a sua inserção e articulação no Orçamento Geral do Estado». Parece, aliás, oportuno que a este objectivo se ligue outro, enunciado no título 5, referente a política orçamental (p. 68), que propõe a elaboração de «uma proposta de lei de finanças das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira».

Se não podemos deixar de congratularmo-nos com o espírito que parece presidir à inclusão deste objectivo no Programa, achamos conveniente, no entanto, chamar a atenção do Governo para dois pontos que reputamos essenciais. Por um lado, espera-se que a proposta de lei não seja apenas um texto submetido à apreciação do Governo Regional, mas preferencialmente um texto que seja já à partida o resultado de uma ampla troca de pontos de vista entre os dois Governos, de modo a abreviar a feitura da proposta de lei, o que permitirá certamente reduzir as perdas de tempo habituais, além de garantir a ultrapassagem das dificuldades que resultam do que, pretendendo ser um diálogo à distância, não passa muitas vezes da contraposição de dois monólogos.

**O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Por outro, é necessário que a criação da possibilidade do recurso ao crédito por parte das regiões autónomas não constitua uma fuga à herança secular de responsabilidades que o continente tem em relação aos arquipélagos atlânticos. Tem de admitir-se como princípio que, tal como existia um contencioso colonial, nas relações com as regiões autónomas existe também um contencioso insular. Este tem de ser contabilizado em valores e em prazos claramente explicitados e no pleno reconhecimento das responsabilidades que decorrem da aceitação desse facto historicamente irrecusável.

Deste modo, a «descentralização de estruturas orgânicas e iniciativas a favor das regiões autónomas», referida em termos genéricos na p. 85 do Programa, e depois desenvolvida no capítulo referente àquelas, nunca poderá ser aceite como um alijar de responsabilidades, mas, necessariamente, como um pleno assumir destas, com vista à obtenção de uma autêntica unidade nacional que depende, como é óbvio, de todos os cidadãos da comunidade portuguesa se sentirem participantes de um projecto comum que, se pressupõe as obrigações, não implica menos os benefícios, uns e outros proporcionais às capacidades e necessidades das diferentes zonas do País.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — É portanto necessário que se prosseguir cada vez com maior coragem o caminho já iniciado e que o espírito de abertura por alguns

tantas vezes citado não seja apenas uma fórmula verbal de adiar, habilidosa mas indefinidamente, a solução de problemas que, quanto mais adiados e quanto menos discutidos, mais graves se tornam.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Não é com certeza a parte menos importante do Programa o propósito enunciado de «promover a concretização dos programas relativos a infra-estruturas no âmbito dos transportes marítimos e aéreos», mas, quanto a isto, não podemos deixar de destacar alguns pontos que consideramos de maior interesse. No que respeita a transportes aéreos, é urgente, essencial e impreterível que continue a caminhar-se sem hesitações para a ampliação do Aeroporto do Funchal, de modo que este possa, em termos de capacidade e segurança, corresponder às exigências da actividade turística da Madeira e, não menos, estudar desde já a necessária modernização do Aeroporto de Porto Santo, esta integrada no plano de desenvolvimento global da ilha.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Mas é também urgente não esquecer que o arquipélago, tal como o resto do País, émediocremente servido pelos Transportes Aéreos Portugueses, não obstante a dedicação de muitos dos seus colaboradores. Quanto aos transportes marítimos, é indiscutível que, mesmo modernizados e racionalizados, como se reconhece essencial, não poderão nunca ser eficazes com uma infra-estrutura portuária obsoleta e que como tal se revelará ainda mais quando se concretizar outro dos objectivos programáticos que é o da «criação de uma zona de franquia aduaneira abrangendo os sectores comerciais e industriais».

«A participação da região nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhe digam respeito» é decerto um imperativo constitucional que importa seja rigorosamente respeitado. Três aspectos mais imediatos aqui importa destacar. Um deles é a necessidade de criação de estruturas, talvez ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que desburocratizem as ligações entre os governos regionais e entidades públicas estrangeiras interessadas em dar a sua colaboração ao desenvolvimento das ilhas. Outro é o de estabelecer desde já com os mesmos governos regionais qual o índice de colaboração internacional necessária e desejável na exploração programada e racional da zona económica exclusiva localizada em áreas que, por força também da lei constitucional, constituem património regional e, portanto, responsabilidade administrativa daqueles governos.

**O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa é boa!**

**O Orador:** — Esta constitui, aliás, tema do presente Programa, mas, a nosso ver, tratado com insuficiente clareza. Terceiro aspecto é o da necessidade de uma participação activa de delegados das regiões autónomas nas negociações de acordos sobre emigração, participação justificada pela enorme percentagem de emigrantes no total da população insular.

Finalmente, e em relação à «concretização da transferência de poderes ou de competências que ... devem ser cometidos às regiões autónomas», há que destacar os seguintes factos:

O Governo Regional da Madeira apresentou ao II Governo Constitucional um plano escalonado de regionalizações, em relação ao qual se iniciou um diálogo que poderia talvez ter sido frutuoso se acontecimentos políticos recentes não tivessem determinado a sua interrupção. A presença no III Governo do Sr. Coronel Firmino Miguel, que, por delegação expressa, desempenhava nesse diálogo um papel fundamental, dá-nos a esperança de que ele poderá ser prosseguido. É evidente que tal plano terá de ser, por virtude da interrupção verificada, revisto, agora com novo escalonamento de datas e até talvez de prioridades. Da urgência com que o III Governo Constitucional quiser reatar esse diálogo, uma vez que o Governo Regional para este se encontra disponível, se constatará o seu real desejo de resolver as questões em aberto.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Deputado António Loja, só tenho duas perguntas a fazer-lhe. Pelo menos, só acho conveniente ou útil fazer duas. São as seguintes:

Pareceu-me ouvir referir no seu discurso que a zona económica exclusiva, e certamente, por uma identidade de razões, o mar territorial das ilhas, seria, a parecer do Sr. Deputado, património das regiões autónomas e, portanto, sujeita à administração regional. E invocou para isso a Constituição. Queria perguntar-lhe onde é que isso está na Constituição e, em segundo lugar, se não sabe que o mar territorial, a zona económica exclusiva e outras formas de património são características da soberania internacional do Estado e, portanto, nunca por nunca ser poderiam alguma vez deixar de pertencer ao Estado e serem atribuídos a um órgão subestadual.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado António Loja guardou-se de referir expressamente qualquer iniciativa extraconstitucional em matéria de regiões autónomas. Mas não é certo que o chefe do Governo Regional da Madeira tem dito e repetido várias vezes que aquilo que está na Constituição não é autonomia nenhuma e que para os autonomistas da estirpe do Sr. Alberto João Jardim a autonomia implica, para já, ignorar a Constituição?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Loja, para responder.

**O Sr. António Loja (PSD):** — Em relação à utilização do termo «património regional», eu queria apenas mencionar a circunstância de as vantagens económicas decorrentes da utilização dessa zona deverem constituir ou deverem reverter a favor da região. Porque me parece que o Governo Central também não estará interessado, por exemplo, em administrar as zonas que são já mar, mas que se encontram numa situação imediatamente limitrofe, como sejam as zonas balneares.

Quanto a o processo autonómico consignado na Constituição ser ou não suficiente, é evidente que as

opiniões divergem — algumas até se contradizem — e acho absolutamente legítimo que alguém, quaisquer que sejam as funções que tenha, discorde do tipo de autonomia consignada na Constituição.

Para controlar as acções das pessoas ou organismos públicos que exorbitem das suas competências existem os tribunais, existem outros poderes superiores que podem sempre, obviamente, recorrer das opiniões expressas ou das acções mal executadas por determinados agentes públicos.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Se ouvi bem a sua intervenção, creio que o Sr. Deputado António Loja deixou de reivindicar o mar territorial, a zona contígua e a plataforma continental como património regional. E creio que isso é positivo, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Pereira Magro):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando um programa de Governo é apresentado à Câmara Legislativa, adquire vida autónoma, passa a valer por si mesmo, responde, como um todo, pelos seus defeitos e arrecada, como um todo, o valor dos possíveis méritos.

Exibe o seu perfil próprio, confessa à Nação as ideias que lhe dão corpo, exprime os processos que hão-de nortear a sua execução.

Os seus autores já não podem intervir nem condicionar o movimento que o impulsiona. Nem podem violentar-lhe as ideias mestras, nem substituir objectivos, nem alterar intenções.

Mas podem e devem esclarecer essas ideias mestras, clarificar os objectivos, responder às dúvidas que surjam a propósito das intenções. E é isso, apenas, o que se vai tentar fazer.

Bastantes críticas, e algumas equívocas, tem suscitado este programa. Mesmo que se diga — como se tem dito — que, nesta altura, tudo o que o Governo esclareça, explique ou rectifique é esforço inútil, é nosso entendimento que, seja como for, não podem os autores do Programa deixar de dar à Câmara e ao País todos os esclarecimentos razoavelmente exigidos, desfazer as acusações injustas, responsabilizar os que, sem fundamento, confundem a Câmara e os cidadãos.

Infelizmente, as críticas até agora formuladas ao Programa são, para a generalidade das áreas de intervenção do Governo, caracterizadas pela monotonia, visto que, ressalvados alguns pormenores, se limitam a repetir três acusações.

A primeira traduz o pressuposto de que o Governo não tem filosofia própria para as acções sectoriais.

**Voz do PS:** — E é verdade!

**O Orador:** — A segunda consiste na afirmação de que o Programa enferma de omissões e de que os objectivos apontados e medidas propostas carecem de definição precisa dos pontos de vista do conteúdo e da cronologia.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — E também é verdade!

**O Orador:** — Finalmente, a terceira lança sobre os seus autores a suspeita de desconhecimento, alheamento ou até indiferença perante realidades lamentáveis, que contribuem para a má qualidade de vida do povo português.

**Voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora acontece, na óptica do Ministério dos Assuntos Sociais, que tais acusações se revelam gratuitas ou, na alternativa, apenas reveladoras da ânsia de destruição de propostas, que supomos válidas, independentemente do valor intrínseco dessas mesmas propostas.

De facto, o programa sectorial demonstra claramente a existência de uma filosofia de acção resumível a duas ideias-força; a ideia da integração das actuações das Secretarias de Estado, que permitirá transformar em actividades concertadas o que, infelizmente, apenas tem sido somatório desconexo de actividades; e a ideia de que, tão importante como a elaboração de diplomas adequados a determinados modelos teóricos de serviços, há que criar condições práticas para a concretização desses modelos, mediante acções parcelares imprescindíveis, que, eventualmente, até permitirão corrigir as disposições concebidas em abstracto.

E se é certo que se afirmou repetidas vezes, ao longo deste debate, que o Programa não passa de cópia servil do que foi apresentado pelo II Governo Constitucional, com concessões de pormenor, ditadas por mero oportunismo, à esquerda e à direita, há que salientar que, no âmbito dos assuntos sociais, as grandes opções políticas estão traçadas e são imperativos constitucionais. Deste modo, as soluções técnicas preconizadas não poderiam diferir substancialmente das anteriormente propostas, a menos que se reconhecesse a sua inexequibilidade ou a incompetência dos que as tinham elaborado. E a tal propósito cabe assinalar a perigosidade da via trilhada pelos Deputados socialistas, quando acusam o Governo de plágio. Quando o fazem, ou admitem que as medidas anteriormente propostas eram boas e exequíveis, e, então, que a originalidade seria descabida e até perigosa, ou se confessam, implicitamente, incompetentes por terem adiantado soluções erradas e contribuído, em seguida, para a sua aprovação.

**O Sr. Barroso Coutinho (PS):** — Onde nós já vamos!

**O Orador:** — Quanto ao problema das omissões, que possivelmente até existem, é de lamentar a falta de objectivação das críticas, na medida em que, pelo menos no âmbito dos assuntos sociais, não foram concretizadas quaisquer lacunas significativas. Por isso fica latente a suspeita de que as omissões supostamente detectadas não serão mais do que ilusórias, resultantes de leituras desatentas ou efectuadas com lamentável falta de preparação.

E com a falta de preparação se prendem também as críticas respeitantes a imprecisões de conteúdo ou a carências de sugestões cronológicas. Na verdade, o Programa, que não devia ser elaborado para servir de material didáctico, não podia, naturalmente, assumir a forma de compêndio ou vir associado com um glossário. Destinado a ser criticado por Deputados — pes-

soas naturalmente esclarecidas e adicionalmente coadjuvadas por técnicos que militam nos respectivos partidos —, seria descabido que entrasse em pormenores implícitos, para os conhecedores dos assuntos, na concisão do que se afirma. Assim, quando o Sr. Deputado Acácio Barreiros citou como exemplo da incompetência de quem elaborou o programa da saúde o facto de não se dizer para onde serão transferidos os doentes crónicos e os convalescentes, revela ou ignorância ou má fé, visto aparentar desconhecer que a transferência para as unidades de internamento anexas a centros de saúde, para os hospitais concelhios ou para os estabelecimentos asilares são, na prática, as únicas eventualidades possíveis.

Prolongar um texto, repetidamente tido por demasiadamente extenso, com a enumeração de eventualidades que devem ser do conhecimento de quem o irá criticar seria agravar um mal e talvez ofender os conhecimentos que supomos terem os Deputados mais responsáveis.

Por outro lado, adiantar cronologias seria apenas um evidente indício de demagogia. Ninguém minimamente conhecedor dos processos de Administração se atreveria a indicar prazos para a enorme maioria das medidas e acções constantes do Programa. Todas as que nele se encontram indicadas são de início urgente e algumas delas até já foram iniciadas, nomeadamente as que visam a concretização da nova orgânica de segurança social, ratificada por esta Assembleia, as que apontam para a redacção final e eventual aprovação da lei de bases do serviço nacional de saúde e as tendentes à criação de condições locais para concretização parcelar desse serviço. Mas é impossível dizer quando estarão concluídas as acções já empreendidas e a empreender, visto que, a menos que se enveredasse pela autocracia, não é previsível o termo do diálogo que se impõe com as partes interessadas antes de se darem por concluídos os trabalhos que visam concretizar estatutos para os diferentes grupos de profissionais de saúde ou, até, a simples reformulação de um internato médico. Estabelecer datas para a consecução dos objectivos corresponderia, por parte do Governo, a admitir implicitamente a intenção de, mesmo sem o acordo e sem a participação desejada, impor escolhas previamente feitas.

Finalmente, quanto às críticas que se baseiam na afirmação de desconhecimento, alheamento ou mesmo indiferença perante realidades lamentáveis, só valerá a pena dizer que os diagnósticos apresentados da situação não traduzem esse desconhecimento ou essa indiferença. É certo que se limitaram a apontar os grandes males do sector, em termos voluntariamente genéricos, por parecer que seria descabido alongar o Programa com dados casuísticos que nada contribuiriam para clarificar os problemas.

E se o Sr. Deputado António Arnaut conheceu os postos dos Serviços Médico-Sociais quando ministro, posso esclarecer que os conheço como utente.

#### Risos do PS.

E se o Sr. Deputado Arnaut enumera algumas anomalias gritantes da saúde em Portugal, é de notar que, quando o fez, produziu graves acusações contra membros do seu partido, responsáveis pelos destinos

dessa mesma saúde ao longo dos dois últimos anos, responsáveis esses que, tanto quanto é do nosso conhecimento, não corrigiram tais anomalias. Quase nos atreveríamos a indagar o que aconteceu ao médico que acumulava doze lugares (*Risos*), quais as medidas tomadas quanto ao funcionamento dos serviços de urgência no nosso país, quais as providências ordenadas para a correcção dos quadros exagerados de pessoal médico dos hospitais centrais e quem permitiu a entrada de todos os policlínicos nos hospitais, contra o parecer técnico dos que aconselhavam a sua distribuição pela periferia.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — É preciso ter descaramento!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Arnaut, para pedir esclarecimentos.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Sr. Presidente, prezados colegas, Srs. Membros do Governo e, em especial, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Confesso que quando V. Ex.<sup>a</sup> ontem abandonou a sala, depois da minha intervenção, supus, esperançado, que V. Ex.<sup>a</sup> tinha ido para o seu gabinete estudar os graves problemas que aqui apontei e que hoje viesse a esta Assembleia prometer que os poderia ou tentaria resolver. No entanto, V. Ex.<sup>a</sup> veio aqui produzir uma intervenção perfeitamente vazia, tanto que quando estava a falar me lembrei das palavras de Hamlet que disse apenas isto: «Palavras, palavras, palavras.»

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, não é assim que V. Ex.<sup>a</sup> poderá contribuir, por pouco que seja, para a resolução dos graves problemas sociais que afectam este país. V. Ex.<sup>a</sup> não contestou nenhuma das graves críticas que apontei e entendeu que apenas deveria acusar o anterior titular e o partido a que se orgulha de pertencer por não terem, em tempo, resolvido essas graves dificuldades.

Quando há pouco tempo surgiu um grave problema no Hospital de Vila Franca de Xira, problema esse que consistia, essencialmente, em cerca de metade dos médicos que ali trabalhavam se encontrarem em situação irregular, e quando pensei em levantar processos disciplinares fui aconselhado por altos responsáveis do Ministério — conselho que, aliás, segui — a não o fazer porque o hospital fecharia, e, por conseguinte, seria pior a cura do que o remédio.

Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Estes graves problemas que afectam a saúde, estes graves problemas que dizem respeito à segurança social do cidadão português, não podem resolver-se com medidas pontuais nem com paliativos. Está aí sentado na bancada do Governo o Sr. Secretário de Estado da Saúde, que no tempo em que eu exerci o cargo foi — aliás nomeado por mim — director dos hospitais, tendo-me prestado uma colaboração muito útil por ser uma pessoa muito competente e interessada por esses problemas e que ouviu comigo no hospital do Porto um médico acusar os enfermeiros de negligéncia e de com essa negligéncia

provocarem a morte de doentes e que ouviu depois os enfermeiros acusarem os médicos dessa mesma negligéncia. Ora esses problemas só se resolvem com uma profunda reforma das mentalidades e das estruturas.

Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, V. Ex.<sup>a</sup> decepcionou-me. É bom que não esteja muito tempo no Governo.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Mendes.

**O Sr. Manuel Mendes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Na sua exposição, que ouvi com muita atenção, o Sr. Ministro disse que este Governo, e muito em especial a Secretaria de Estado da Segurança Social, tinha uma filosofia própria. No entanto, disse depois que, se este Programa, que foi tirado do Programa do II Governo Constitucional, não era exequível, então as pessoas que o elaboraram, nomeadamente o Partido Socialista, estavam fora da verdade. Eu diria, portanto, que este Governo não tem uma filosofia própria, porque esta é a do Governo anterior, muito em especial no que diz respeito ao sector da segurança social. Portanto, aqui fica esta referência.

No entanto, durante a sua exposição eu fiquei um pouco preocupado e ao mesmo tempo perplexo, porque V. Ex.<sup>a</sup> falou em grandes opções do Programa, nomeadamente na segurança social, e é a este respeito que eu gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: como explica a contradição existente entre o Programa do Governo no sector da segurança social e o Gabinete que V. Ex.<sup>a</sup> constituiu. Eu explico melhor: V. Ex.<sup>a</sup> apresentou a esta Assembleia um programa para o sector da segurança social que é tirado quase a papel químico do Programa do II Governo Constitucional e em que a única alteração reside no facto de o Programa anterior ter subtítulos, assim como uma arrumação diferente das questões, pelo que se pode dizer que há uma alteração no texto.

Por outro lado, como V. Ex.<sup>a</sup> acabou de dizer, o Programa do Governo anterior encerrava na sua estrutura uma filosofia de esquerda. E é nesse sentido que eu pergunto: como é que é possível a contradição existente entre o Programa do Governo no sector de segurança social e o Gabinete que V. Ex.<sup>a</sup> constituiu, em que se encontram pessoas impregnadas, profissional e espiritualmente, de vícios adquiridos ao longo dos anos do regime anterior e cuja filosofia assentava na assistência como caridade e não como direito universal? Como explica, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> esta contradição? Como é que é possível que pessoas impregnadas do espírito e da formação do regime anterior possam fazer as grandes opções do Programa que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de mencionar e pô-las em prática?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, há ainda um orador inscrito, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira, para pedir esclarecimento. Prefere responder imediatamente ou no fim?

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais:** — Preferia responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Nós apreciamos — e vale a pena dizer-ló, já que até agora apreciamos tão pouco — a singeleza com que expõe o muito ou pouco que expõe. Nós estamos particularmente à vontade para as dificuldades do aparelho do Estado e da administração pública, mas antes de fazer a pergunta que lhe quero pôr terei de fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, não me parece a fórmula mais adequada, para quem é criticado, a de objectar, em geral, que as críticas não são objectivas ou que revelam falta de preparação; a crítica põe-se pura e simplesmente, mas não se classifica. Em segundo lugar, para nós, a questão do plágio não é válida, já que votámos contra o Programa do II Governo Constitucional.

Por fim, queria ainda dizer que nós admitimos que o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais tenha uma filosofia para o seu Ministério, embora o Governo no seu todo, quanto a nós, não a tenha, o que foi, aliás, largamente comprovado no debate que aqui se travou com o seu colega do Ministério da Agricultura e Pescas. Ele revelou não ter uma filosofia ou, se a tem, o que é pior ainda, tentou escondê-la.

Queria fazer-lhe uma outra pergunta, ainda neste sentido: se tem uma filosofia, em concreto, e independentemente da intervenção que sobre o assunto faremos, gostaria desde já de saber qual é a sua opinião, clara e singela, tal como a exposição que fez há pouco, sobre o destino e o futuro do serviço nacional de saúde.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais para responder, se assim o entender.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: — Sr. Deputado António Arnaut, disse V. Ex.<sup>a</sup> que eu produzi palavras, palavras, palavras. Talvez eu o tenha plagiado mais uma vez.

Risos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Arnaut (PS): — Posso interrompê-lo, Sr. Ministro?

O Orador: — Certamente, Sr. Deputado.

O Sr. António Arnaut (PS): — Era apenas para dizer — e muito rapidamente, para não prolongarmos por de mais esta discussão — que eu na minha intervenção de ontem apresentei factos dramaticamente objectivos, em relação aos quais V. Ex.<sup>a</sup> nada disse.

O Orador: — Todos os factos que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou têm a sua resolução através das medidas concretas que estão preconizadas no Programa.

Quero ainda dizer que fiquei extremamente agradecido ao Sr. Deputado António Arnaut — pessoa que, como sabe, e apesar destas lides, eu estimo muito, como tive, já por duas vezes, ocasião de dizer —

quando verifiquei que V. Ex.<sup>a</sup> considerou uma óptima escolha a que fiz, pelo menos para o cargo de Secretário de Estado da Saúde, já que ao outro não se referiu. Penso também que isso lhe dará garantia de que quer as medidas, quer as acções que para elas concorram serão executadas de forma eficiente.

O Sr. António Arnaut (PS): — Assim o espero.

O Orador: — Sr. Deputado Manuel Mendes, parece-me que há uma certa má interpretação das minhas palavras de há pouco, ou então eu entendi-o mal. Em primeiro lugar, eu disse que a Secretaria de Estado da Segurança Social tinha uma filosofia própria, não o neguei nem disse que a iria modificar. Disse, sim, que na filosofia, isto é, nas ideias mestras, que presidiram à formação do Programa no que diz respeito à saúde e segurança social, se iria dar uma forte incidência na integração das acções das duas Secretarias de Estado. E isso não é, basicamente, contra os aspectos da filosofia que foi traçada e que, em princípio, será seguida.

Em segundo lugar, V. Ex.<sup>a</sup> entendeu produzir afirmações sobre a pessoa que eu escolhi para Secretário de Estado da Segurança Social. E relativamente a esta questão só lhe responderei o seguinte: a minha opinião não é igual à sua.

Sr. Deputado Veiga de Oliveira, começo por agradecer a apreciação que V. Ex.<sup>a</sup> fez à minha exposição e recebo humildemente as críticas que também fez. Quanto à pergunta que me fez quanto ao destino e ao futuro do Serviço Nacional de Saúde, responder-lhe-ei com a clareza que pediu: o Serviço Nacional de Saúde é uma pedra elementar e imprescindível para a resolução definitiva dos problemas da saúde neste país.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, sem que isso envolva qualquer contradição com o que o Sr. Primeiro-Ministro disse, já dei instruções ao Sr. Secretário de Estado da Saúde para reabrir o processo, os *dossiers* já estão a ser reestudados e o Sr. Secretário de Estado da Saúde já teve, inclusivamente, a primeira reunião com o seu corpo de técnicos. Chega-lhe a resposta, Sr. Deputado?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Fernandes.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: De uma leitura menos atenta ao Programa do Governo no que respeita às regiões autónomas poderia pensar-se que o CDS viesse a assumir, neste momento, uma atitude pouco crítica, em virtude da semelhança que, à primeira vista, parece existir entre este Programa e o apresentado pelo II Governo Constitucional.

Assim, porém, não acontece.

Um dos aspectos mais positivos e salientes da política prosseguida pelo II Governo Constitucional foi, incontestavelmente, o tratamento dado às relações entre o Poder Central e os poderes regionais. Desbloquearam-se tensões e desfez-se o mito de que governos

com suportes partidários distintos, embora genuinamente democráticos, porque representativos de claras maioriais parlamentares, constituíam um obstáculo sério à realização da autonomia constitucional.

Bem pelo contrário, a convergência de entendimentos que então se manifestou entre o Governo Central e os governos regionais serve de exemplo marcante que significa os partidos e a democracia perante aqueles que se empenham na sua descrença, proclamando a impossibilidade de os partidos prosseguirem interesses que os transcendem ou de se porem em comum quando estão em causa interesses nacionais.

O II Governo Constitucional, para além de assinalar no seu Programa a intenção de concretizar a autonomia, executou de imediato essa sua promessa, ao deliberar, logo na primeira reunião do Conselho de Ministros, solicitar dos governos regionais a apresentação dos respectivos «planos para a concretização da autonomia político-administrativa».

Ao adoptar-se este tipo de actuação desprezaram-se os mecanismos legais que decorrem dos estatutos provisórios ainda em vigor, por se terem revelado ineificazes e de resultados morosos e pouco expressivos.

Com tudo isto que se acaba de dizer quer o CDS significar que, no domínio da concretização da autonomia, foi já definitivamente ultrapassada a fase das meras declarações de intenção.

Porque assim, mal se percebe que o Governo se limite a afirmar a sua vontade política em prosseguir a concretização da autonomia e nada esclareça ou adiante sobre a metodologia a utilizar, sobre o aproveitamento ou não dos planos elaborados pelos governos regionais, sobre as prioridades por estes ali estabelecidas quanto à regionalização de certos serviços e competências e sobre o fazeamento ou calendários propostos.

Estes aspectos não esclarecidos geram, por sua vez, pertinentes dúvidas quanto aos mecanismos a adoptar na superação de eventuais posições não coincidentes entre o Governo da República e os governos regionais. Com efeito, refere o Programa que, na eventualidade de divergências, o Governo as submeterá à apreciação quer da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas, o que consideramos correcto, quer da Assembleia da República, o que entendemos constituir uma via de resultados pouco promissores, porque de ritmo demasiado lento.

Desde logo, porque, ao privilegiar a Assembleia da República como instância de recurso, este Governo, dito de independentes, parece reconhecer, à partida, que é portador de uma capacidade diminuída na condução dos assuntos relacionados com a concretização da autonomia das regiões.

Por outro lado, as divergências de promenor que possam surgir na interpretação dos poderes a transferir, sobre a melhor forma e oportunidade de regionalizar este ou aquele serviço, sobre um ou outro detalhe de natureza técnico-jurídica a limar, constituem matéria que se insere na gestão corrente da função executiva; por isso dificilmente vislumbramos quais as vantagens da sua devolução para a Assembleia da República.

A seguir-se este caminho, para o qual não se descontinuam os apoios partidários deste Governo no hemicírculo, o CDS manifesta a sua apreensão pelos pre-

juízos que daí decorrerão, quer quanto à incerteza e inconstância das soluções a encontrar, quer quanto à celeridade que se deseja na consumação da autonomia.

Manifesta, ainda, o CDS a sua surpresa pela omisão feita quanto à referência à promoção da descentralização económica das regiões autónomas, expressamente contemplada nos anteriores programas de governo.

Fica-se, assim, sem saber se neste aspecto particular da promoção da descentralização económica e do estabelecimento de uma autonomia financeira o Governo admite ou não dar prioridade à fixação de um calendário de transferências de poderes e competências necessários ao lançamento, a curto prazo, de um outro projecto que o III Governo se propõe, apenas e tão-só, «continuar a estudar». Referimo-nos à criação das zonas francas que, a par com a implementação dos programas relativos a infra-estruturas de transportes, constituem os dois vectores ou pilares indispensáveis para o desenvolvimento económico acelerado das regiões autónomas, muito especialmente do arquipélago da Madeira, dada a sua vocação turística.

E, ao falar-se de transportes, estranha-se que o Governo não tenha comentado a paralisação da marinha mercante, pois a isso estaria vinculado se aceitasse assumir, como devia, o perfil de um governo de mera gestão, preocupado em detectar e dar rápida solução aos problemas que neste momento mais afigem o País.

A greve da marinha mercante tem agravado seriamente o isolamento das ilhas, pois perturba negativamente o abastecimento das suas populações, provoca dificuldades no escoamento de produtos para o exterior, origina rupturas graves nos stocks do comércio local, agrava os custos das mercadorias immobilizadas em navios inactivos e contribui desmesuradamente para a saída de avultadas divisas com os contínuos fretamentos de navios estrangeiros.

Face a este cenário de prejuízos causados às regiões, tem ou não tem o Governo estudadas as convenientes soluções? Quer ou não quer o Governo adiantar palavras de esperança para as populações insulares?

Confrontando ainda este Programa com o anterior, não pode o CDS deixar de salientar o seguinte reparo. O Programa do II Governo Constitucional, pela primeira vez, incluía o propósito de dar apoio total à cobertura das regiões pela RTP e RDP e ao estudo da regionalização de emissões sem prejuízo da programação a nível nacional. Desta vez, porém, apesar de se transcrever este objectivo, foi alterada a sua redacção, substituindo-se a expressão «regionalização», de significado político inequívoco, por uma outra de sentido pouco preciso, ou mesmo ambíguo. Caberá, pois, perguntar se o contraste que resulta da terminologia empregue corresponde a qualquer tentativa centralizadora por parte da comunicação social.

No respeitante às negociações de tratados e acordos internacionais e aos correspondentes direitos reconhecidos pela Constituição às regiões autónomas, é o Governo falho de imaginação, pese embora a pretensa durabilidade do Executivo.

De facto, o Governo não procede à abordagem de considerações relativas à necessidade de acautelar

os interesses das regiões nas negociações de adesão à CEE.

No entanto, isso tornaria possível salvaguardar aspectos e interesses particulares da economia das regiões e obter todas as vantagens que os esquemas de ajuda económica e financeira da CEE poderão proporcionar aos Açores e à Madeira.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as objecções e críticas que sumariámos na análise feita ao Programa do III Governo Constitucional, todas juntas, não têm, porém, o peso e a acuidade das que resultam da composição do próprio Governo.

As populações das ilhas atlânticas, que demonstraram, em sucessivos actos eleitorais, uma vontade inequívoca em ver bem demarcada a linha que separa um PS democrático de um PC totalitário, encaram perplexas um governo que não contradizou as suspeitas levantadas sobre algumas personalidades do seu elenco.

Fiel à coerência dos princípios que sempre defendeu, não será o CDS a manter por mais tempo essa perplexidade, essa dúvida, esse receio.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira, para pedir esclarecimentos.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Deputado Cabral Fernandes, permita-me repor a questão que já pus ao Deputado Rúben Raposo, do PSD.

Partindo do princípio de que há serviços periféricos que, para a concretização da autonomia regional, devem ser transferidos para as Regiões, há que perguntar: quais esses serviços que devem ser transferidos e quais aqueles que devem continuar a ser serviços do Estado nas regiões? Isto é, quem é que define que serviços são, e quais os que não são, transferíveis? Concretizando: deve ser por um «acordo de corredores» entre o Governo da República e os governos regionais que deve ser feita a transferência de serviços e a identificação de serviços? Ou essa identificação deve ser feita pela Assembleia da República, através do estatuto regional?

Foi esta a pergunta que o Sr. Deputado Rúben Raposo não respondeu. Espero que desta vez eu seja mais feliz.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, se assim o entender, o Sr. Deputado Cabral Fernandes.

**O Sr. Cabral Fernandes (CDS):** — O Sr. Deputado Vital Moreira confunde duas coisas. Confunde, por um lado, que os estatutos definitivos poderiam contribuir grandemente para a clarificação de muitas destas questões, mas não impossibilitam que entretanto se processem as regionalizações de determinados serviços — como, aliás, já aconteceu no passado —, e esquece que a Assembleia da República poderá sempre, se essa descentralização se não conformar ou se não se fizer no respeito da Constituição, desencadear os mecanismos próprios que possibilitem, por exemplo, ratificar esses diplomas publicados que contemplem determinadas regionalizações. Para além da Assembleia da República, há o controlo constitucional do Conselho da Revolução.

Levar a tese do Deputado Vital Moreira até às últimas consequências resultaria no seguinte: o facto de não estarem publicados os estatutos definitivos para as regiões autónomas levaria a que — e admitindo a hipótese académica de o PCP ter sido governo nos anteriores governos constitucionais ou vir a ser um governo constitucional, hipótese meramente académica, como o Sr. Deputado Vital Moreira certamente compreenderá — nessa altura teríamos as regiões autónomas ainda com uma estrutura político-administrativa idêntica à do 24 de Abril, ou seja uma estrutura político-administrativa marcelista. O Partido Comunista, nesta matéria da concretização da autonomia, é um partido que é portador de um espírito violador da Constituição, facto que não surpreende, não constitui paradoxo algum, porque vai de acordo com a sua concepção de um Estado denso, pesado, centralizador, opressivo, dominador e que não consente qualquer tipo de descentralização ou de regionalização.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

*Protestos do PCP.*

**O Orador:** — Por outro lado, e a levar tão longe as concepções das teses do Deputado Vital Moreira, constatamos o facto de haver estatutos provisórios e esses próprios estatutos provisórios conterem um dispositivo, qualquer deles, que diz que a transferência dos serviços se fará mediante proposta de comissões, constituídas por representantes do Governo Central e dos governos regionais, que, depois de apresentadas as respectivas propostas de transferências, seriam entregues ao Governo para as aprovar. Quer isto dizer que os próprios estatutos provisórios admitem a possibilidade de se transferirem serviços e competências. Será que para o PCP estas normas dos estatutos provisórios são elas próprias inconstitucionais?

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça o favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não vou, obviamente, aludir às referências do Sr. Deputado Cabral Fernandes em matéria de concepção do Estado por parte do PCP. Certamente que o Sr. Deputado Cabral Fernandes far-me-á a justiça de pensar que se eu fosse entrar por esse campo o CDS era capaz de não sair muito bem tratado.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Isso é vaidade, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Em relação à questão dos serviços periféricos só tenho a dizer o seguinte: é óbvio que, para qualquer pessoa que queira pensar seriamente acerca da estrutura constitucional de um Estado, nenhum governo sem base constitucional, ilegal, se pode desfazer dos poderes do Estado e fazer a sua transferência para outras entidades. Isto é óbvio, é evidente, é claríssimo como água. Ora o que acontece é que não há nenhum fundamento, nem constitucional nem ilegal, para que o Governo, sem uma prévia

definição legal dos serviços que hão-de ser transferidos para as regiões autónomas, possa desfazer-se de atribuições, de competências, de serviços que actualmente competem ao Estado, isto é, competem à República.

Penso entender e explicar as razões de oportunidade política que levaram os governos anteriores a constitucional e ilegalmente se desfazerem de atribuições actualmente cometidas ao Estado, posso entender que a política tenha razões que a Constituição desconhece, o que não posso entender é que tenha razões contrárias àquelas que a Constituição conhece.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Cabral Fernandes (CDS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça o favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Cabral Fernandes (CDS):** — Da intervenção do Sr. Deputado Vital Moreira resulta alguma coisa que nos intriga a todos e que é este facto: se o Estado não pode, entretanto, desfazer-se de determinados serviços periféricos, se não pode desfazer-se ele próprio de determinadas competências e serviços — o que já aconteceu, designadamente em matéria de trabalho, de turismo e de assuntos sociais —, por que é que o PCP, se adere à tese do Deputado Vital Moreira, e parece que sim, não desencadeou já os mecanismos de ratificação desses próprios diplomas, já que entende que tudo isso é inconstitucional?

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Pode continuar a violar o Regimento. Da parte da manhã estas coisas correm com muito mais harmonia.

Faz favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não, Sr. Presidente ...

**O Sr. Presidente:** — Desculpe, Sr. Deputado, a Sr.ª Secretária acaba de dizer que V. Ex.<sup>a</sup> pode dispor do seu tempo como quiser.

Faça o favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente, creio que uma interpretação razoável do Regimento nos levará a concluir que estamos no bom caminho — de resto, os partidos estão a utilizar o seu próprio tempo, isto é, estão a queimá-lo.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — No seu caso é bem verdade.

**O Orador:** — Sr. Deputado Cabral Fernandes, devo dizer-lhe o seguinte: o nosso entendimento é que são os estatutos regionais que devem, globalmente, e não caso por caso, determinar quais os serviços que devem ser transferidos para as regiões autónomas. A seguir à lógica do Sr. Deputado Cabral Fernandes, do Sr. Deputado Rúben Raposo e de outros, chegamos à conclusão de que os estatutos regionais são perfei-

ramente inúteis. O Governo da República e o governo regional, cada um por seu lado, vão preenchendo o estatuto regional. O estatuto regional está a transformar-se numa inutilidade, porque deixa de ser preciso, e chegamos à situação caricata de existirem regiões que face à Constituição devem ter um estatuto regional e chega-se à conclusão de que não é preciso estatuto regional algum. Basta esta simples constatação para ver o caminho perfeitamente infundado e inconstitucional que se tem seguido nessa matéria. Por nos recusarmos a considerar, caso por caso, a questão da transferência dos serviços e por não sabermos que fatia das actuais atribuições do Estado é que deve ser conferida às regiões autónomas, em termos integrados, em termos coerentes, com a delimitação fundamentada das atribuições do Estado e das regiões, é que não temos optado por pedir, caso por caso, a rectificação dos decretos-leis que têm transferido serviços para as regiões autónomas. De resto, a nosso ver, o problema não é de ratificação política, o problema é de constitucionalidade — é, pois, um problema dos órgãos de controlo da constitucionalidade.

Sr. Deputado Cabral Fernandes, têm sido tantos os decretos regionais declarados inconstitucionais e tantos os outros que não foram submetidos a controlo de constitucionalidade, e que o são igualmente, que, certamente, se em relação a todos eles fôssemos aqui chamar a atenção, não passaria uma sessão da Assembleia da República sem que, em relação a um ou mais deles, se tivesse de invocar uma razão de inconstitucionalidade. A meu ver, a Assembleia da República é um órgão de controlo político e existem órgãos de controlo da constitucionalidade e que têm por função cumprir essas missões.

Mas, insisto, Sr. Deputado Cabral Fernandes, a prática inconstitucional não justifica a sua continuação, isto é, não é pelo facto de já ter havido actuações inconstitucionais nesta matéria que se deve continuar a praticá-las. Se o Sr. Deputado é partidário da teoria «já que se iniciou vamos a isto, é bom começar a liquidar a Constituição nesta parte importante e relevante», veremos cada vez mais, através da teoria dos factos consumados, um desenvolvimento e uma lógica que leva a ignorar a Constituição. A nosso ver, as práticas inconstitucionais continuam a ser sempre inconstitucionais, por maiores que sejam. O que nós entendemos é que, embora possa ter havido e possam explicar-se razões de oportunidade política que a justificaram em certo momento, não há razão para a continuar e que este Governo, pelo menos, que certamente está fora dessas razões de oportunidade política, não deve continuar a trilhar um caminho que não tem fundamento político, nem legal nem constitucional.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Fernandes.

**O Sr. Cabral Fernandes (CDS):** — Só que, Sr. Deputado Vital Moreira, não é esse o entendimento da Assembleia da República, porque ela própria tem sancionado este processo.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Como?!

**O Orador:** — Como?! Não desencadeando, através do seu partido nem de qualquer outro, o processo de ratificação de diplomas, caso a caso, designadamente do primeiro que foi publicado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Bem, não posso deixar passar isto.

Então isso quer dizer que, quando a Assembleia da República deixa de ratificar ou de sujeitar a ratificação um diploma inconstitucional, ele fica legitimado?! Então o Conselho da Revolução e a Comissão Constitucional o que é que estão a fazer? Quer dizer que sempre que passa um decreto-lei sem que a Assembleia da República o chame a ratificação ele é constitucional? Sr. Deputado, não é essa a função da Assembleia da República.

**O Sr. Cabral Fernandes (CDS):** — O que quero dizer é que nunca ninguém desencadeou até hoje um processo de ratificação de qualquer desses diplomas, trazendo, portanto, a debate, perante esta Assembleia, essa mesma questão que levanta.

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — Tem de ir pensar no que ouviu, porque não percebeu nada.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não se faça surdo, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra, para uma intervenção.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Serviço Nacional de Saúde é hoje uma das questões centrais do povo português e também da nossa vida política. E, tanto assim, que este foi um dos pretextos utilizados pelo CDS para a sua operação-chantagem, tendo sido uma das contradições que levou à rotura da aliança PS/CDS, com o consequente afundamento do II Governo Constitucional.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Não apoiado!

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No entanto, o Serviço Nacional de Saúde é um imperativo, uma exigência e uma prioridade constitucional, mas é também um imperativo e uma exigência de todo o povo trabalhador.

Quanto a nós, o Serviço Nacional de Saúde é a única forma de resolver um dos mais graves problemas do nosso povo: a saúde. Uma saúde que está doente, uma saúde que não se cura com mezinhas.

Só não pensa assim quem não viveu o medo, a incerteza de se estar doente e não ter dinheiro para o médico ou não ter médico, quem não viveu não só as bichas da Caixa, os dias e meses de espera, como a insegurança de um sistema, quem não viveu os dramas dos hospitais ou das maternidades, quem não viveu uma vida a pôr dinheiro de lado para uma possível fatalidade.

A isto a direita opõe e coloca como problema central a escolha do médico. Mas quem pode escolher médico neste país?

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora:** — A questão não está na escolha, mas sim na garantia de um direito à saúde universal, geral e gratuito para todos os portugueses.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Há um outro aspecto que importa igualmente desmistificar.

Quanto a nós, comunistas, o Serviço Nacional de Saúde não é uma questão só nem fundamentalmente dos médicos. É uma questão do povo português, mas dos médicos também.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Assim não pensa o CDS que, perante uma positiva acção do então Ministro dos Assuntos Sociais e actual Deputado António Arnaut, exigiu não só o retrocesso na política de saúde, mas a própria cabeça do Ministro.

É que o CDS, como toda a direita, está contra os interesses do povo, e levanta-se em defesa dos grandes latifundiários da medicina e os interesses das multinacionais da indústria farmacêutica.

*Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.*

É que à direita importa mais garantir os chorudos ordenados de meia dúzia de tubarões e dos milhares de contos de lucros dessas multinacionais do que um Serviço Nacional de Saúde para o povo português.

No entanto, nós, comunistas, pensamos que só o Serviço Nacional de Saúde pode garantir o acesso gratuito de todos os cidadãos a todos os cuidados de saúde. Só o Serviço Nacional de Saúde pode garantir uma eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o País. Só o Serviço Nacional de Saúde permite pôr termo à exploração e comércio da medicina, através do adequado controlo de formas empresariais e privadas de saúde.

**Vozes do PCP e do Deputado António Arnaut, do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, também no campo da saúde, e ao ler-se o programa do Governo e ao ouvir-se as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, anteriores às palavras aqui hoje proferidas pelo Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, não podemos deixar de dizer que tudo se passava como se o Governo de Nobre da Costa retomasse a questão nos termos em que o CDS a tinha deixado ao desencadear a crise governamental, para dar razão ao CDS e procurar atingir por outros meios aquilo que o CDS não atingiu.

Assim, o Serviço Nacional de Saúde apareceu-nos no Programa do Governo metido na gaveta. Assim, o Serviço Nacional de Saúde foi classificado pelo actual Primeiro-Ministro como questão polémica.

No entanto, o Serviço Nacional de Saúde tem tão pouco de polémico que é um imperativo constitucional, é uma exigência democrática e patriótica, é uma exigência da população laboriosa deste país e, por isso, está provado que tem de fazer-se e há-de fazer-se com os democratas e os patriotas, com os trabalhadores.

*Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.*

A prática aí está a demonstrá-lo. O PS tem já, e o povo também, a experiência concreta do que é tentar concretizar este imperativo popular e constitucional em aliança contranatura de um partido democrático com um partido reaccionário.

*Aplausos do PCP.*

No entanto, não queremos deixar de afirmar que se o PS quer verdadeiramente concretizar uma reforma tão profunda como é o Serviço Nacional de Saúde terá de fazê-lo neste campo, como em todos os outros que visem dar satisfação aos interesses do povo trabalhador, não com espúrias alianças à direita, como está à vista, mas no entendimento e na aliança com as forças de esquerda, com os trabalhadores, com o PCP e outros sectores autenticamente democráticos.

*Aplausos do PCP e do Deputado do PS Herculano Pires.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, não vou fazer um protesto, mas fiquei um tanto admirado com a sua intervenção, porque não consegui enquadrá-la.

*Risos do PCP.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Não admira ...

**O Orador:** — Agrada-me ver esse seu apoio, Sr. Deputado Carlos Brito, que vai além do apoio de Deputado. Agrada-me francamente.

*Risos.*

Dá-me ideia de que seria preferível ouvi-lo um pouco mais, até porque, como líder e presidente de um grupo parlamentar, tem outro grau de responsabilidades que advêm das hierarquias.

*Risos.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Oh! Sr. Deputado, mas tenho direito ao humor!

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Deputado. Sabe que uma das coisas que mais me agrada é o humor! Ainda que por vezes seja o humor negro da bancada do Partido Comunista. Em especial, é algo que a mim me agrada ver o humor colectivo, ...

*Risos.*

... até porque tem um ar de comandado que entnece.

*Risos do CDS.*

Mas queria apenas tirar uma dúvida com que fiquei da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

Não entendi se efectivamente a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada pretendia apoiar o Governo, se pretendia criticar o Governo ou se pretendia apoiar o Sr. Deputado António Arnaut na sua condição de anterior Ministro dos Assuntos Sociais.

Outra dificuldade que tive foi que não consegui, de facto, entender a sua intervenção como integrada

nestas sessões de apresentação de um programa de governo e discussão do mesmo. V. Ex.<sup>a</sup> fez uma intervenção localizada no CDS, entendendo possivelmente que o CDS é o governo ou o antigoverno. O que é que estamos aqui a fazer?

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Essa é uma boa pergunta para os senhores!

**O Orador:** — Não, não! O que pergunto é o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui esteve a fazer. É a minha grande dúvida, o que não é normal nas intervenções da Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra, que normalmente entendo, que vejo bem enquadradas e que normalmente aprecio, ainda que discordando.

**O Sr. Presidente:** — Pode responder, Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Deputado, não me aflige nem me preocupa muito que não tenha entendido a minha intervenção, porque não estava a falar para o Sr. Deputado.

*Aplausos do PCP e protestos do CDS.*

Estava a falar para o povo português e não para a bancada do CDS, muito menos para o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Isso não é democrático, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Campos.

**O Sr. António Campos (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Deputados: O sector agrícola vive numa crise há décadas. Os factores mais importantes para a ajudar a debelar, na sua maioria, são externos ao sector.

Uma virtude teve este Governo de tecnocratas: a demonstração clara, de que é exemplo significativo a discussão de ontem nesta Assembleia, de que não há soluções milagrosas para o sector.

Quando todos aguardávamos um programa onde tudo fosse quantificado, calculado, creditado e debitado, surge-nos uma cópia do Programa do II Governo do sector agrícola, é certo que com algumas alterações de fundo ou por acréscimo ou por omissão ou até com algumas flores já aprovadas no II Governo Constitucional.

Esta virtude clarificadora em termos de produção deve ter sido um amargo de boca para demagogos irresponsáveis ou vendedores de ilusões que, apesar de terem sido os coveiros do sector durante gerações e gerações, faziam crer que os tecnocratas tinham uma varinha de condão, e que por artes mágicas o que não foi possível resolver em séculos se resolvia agora em meses ou em pouco tempo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Apesar da competência técnica do Ministro, que pessoalmente reconheço, ontem ficou

claro que só a médio e a longo prazo poderemos debelar a crise do sector em termos de produção. As medidas que importa tomar são mais políticas do que tecnocráticas.

E o perigo da execução das alterações feitas neste Programa, em relação ao do II Governo, seria um crime para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Quando se fala com a insistência, como é feita no Programa e clarificada na intervenção do Sr. Ministro, em empresas viáveis e em preços técnicos, é claro como água que as intenções vão no sentido de marginalizar 70% das empresas agrícolas portuguesas, que são a legião das centenas de milhares de pequenos agricultores.

Aqui, neste ponto, há coincidência com uma velha aspiração da CAP: defender só as empresas viáveis técnica e economicamente, e uma política de preços técnicos. Isto quer dizer que, por exemplo, o preço do leite é calculado numa exploração com 25 animais, mas como a maioria tem de viver do rendimento de um ou dois por falta de dimensão, toca de decretar-lhe a sentença de morte à fome, em nome da técnica!

É que, Sr. Ministro, 32% da população tem de viver dos magros recursos agrícolas do solo nacional.

Mais de 400 000 explorações por esta estratégia passavam em prazo curto forçadamente para outras mãos, ficando os seus pequenos proprietários em pouco tempo completamente arruinados.

Mas há também omissões significativas.

O MAP é um Ministério que nasceu ao contrário.

Enxamearam-se os gabinetes de Lisboa e das grandes cidades da província de técnicos e burocratas e os campos ficaram desertos.

O fascismo entendia que a agricultura se fazia nas cidades, hoje penso eu e a grande maioria que a grande prioridade é chegar ao agricultor.

Acontecia que o II Governo no seu Programa fazia uma menção expressa à extensão rural, dando-lhe, portanto, prioridade. É um serviço vocacionado para levar a técnica, a política do sector, a dinamização e organização da produção e um sector informativo de levar e trazer as medidas tomadas e as justas aspirações do sector. Grave omissão se corresponder à equiparação nas funções e na importância a todos os outros serviços do MAP.

Aqui a tecnocracia dá já sintomas de equivalência a burocracia.

Fica mal, Sr. Ministro, essa flor escusada dos seguros agrícolas que há cerca de dois meses foram aprovados e aguardam na Presidência da República a sua promulgação.

Afinal os Reis Magos enviados de Belém não trouxeram qualquer boa nova agradável.

*Aplausos do PS.*

Trouxeram-nos, sim, uma génesis prostituída do sistema democrático, e para centenas de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais o pânico em relação à sua subsistência.

Mas dizia, no início, que a crise do sector é extremamente influenciada por factores externos. O clima duro e irregular, o índice demográfico sobre o sector e as limitações, mesmo assim não totalmente aproveitadas, dos solos são exemplos da afirmação. O clima

chega a provocar variações de produção na ordem dos 300%. Isto é, num ano seco de chuvas na altura própria e com a mesma área semeada, poderá passar-se, por exemplo, de uma produção cerealífera de 200 000 t para 600 000 t.

Mas aqui a técnica podia dar uma boa ajuda que o Programa não refere.

Ainda, à laia de exemplo, dos cerca de 900 000 ha com aptidão agrícola do Alentejo, cerca de metade, em anos chuvosos, encharca por asfixia radicular e mata as culturas.

Por que não apontar a drenagem como prioridade técnica?

O mesmo, aliás, se passa em relação às pequenas barragens de importância extrema, pela rapidez da reconversão e da resposta na produção, bem como arma importante para combater o desemprego.

Seria uma óptima contribuição dos tecnocratas no avivar e dinamizar das potencialidades produtivas internas.

Aliás, é também justo referir a pouca ênfase programática, hoje imperativo de salvação nacional, colocada na necessidade urgente de incentivar o aproveitamento dos recursos nacionais e optimizá-los.

Ainda outro factor sem solução interna são os 32% da população que vivem agarrados ao sector da qual não é possível de momento admitir a transferência.

Isto cria uma estrutura fundiária extremamente débil, apesar de ainda hoje, ao destruírem-se os latifúndios, que no Alentejo ocupavam 60% da área e que representavam 1,4% das explorações existentes, meter confusão a uma direita extremamente reacionária.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Cancela Leitão (PSD): — Amen!

O Orador: — Aliás, a mais profunda e importante das transformações que a Revolução de Abril nos ofereceu foi, sem dúvida, a Reforma Agrária.

Desejada há séculos, é uma grande vitória da República e da democracia portuguesa.

Os latifúndios criados, sustentados e organizados pela velha monarquia era o seu orgulho. Que pensaria D. Nuno Álvares Pereira, ao ver os seus descendentes e seguidores políticos encarregados pela República de saldarem o orgulho da sua existência, o sustentáculo dos seus feudos e a base da progenitura que nos embalou até 1910?

O Sr. Cancela Leitão (PSD): — Assim é que fazes crescer os nabos!

O Orador: — Triste sina a de um povo que nos momentos das arrancadas para a sua libertação lhe atiram à cara, como sedativo, um passado de que não tem saudades.

Foi com imenso esforço que o Partido Socialista estabilizou uma região que esteve várias vezes à beira da guerra civil.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não permitiremos que tudo volte atrás e todo o esforço feito seja inutilizado.

O II Governo Constitucional teve o orgulho de demonstrar no Alentejo e a todo o País que a maior arma da democracia é o diálogo.

*Aplausos do PS.*

Com calma e com serenidade foi fácil, para desespero de uns e orgulho de outros, demonstrar que vale mais a abertura de espírito do que todas as forças de ordem do País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A direita não gostou e irritou-se. Bom sinal, os cálculos saíram-lhe errados.

Aquilo que desejava, que era preparar as reocupações, agora de sinal contrário, ficou como desejo ambicionado, mas não concretizado.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O jogo aberto do diálogo, que a direita não aceitou, fez perder-lhe a cabeça, habituada como está ainda a ganhar as suas cartadas às escondidas ou por situações de força.

Restava-lhe o método em que é mestra: a mentira e a infâmia.

Acusava que a lei não estava a ser cumprida, mas nunca o provou, nem seria capaz de o fazer. Acusava o Ministério de ter um acordo secreto com o PCP, mas nunca o provou, nem será capaz de o fazer. Não porque entre partidos, sejam eles quais forem, não possa haver acordos. Só que tal não aconteceu, e não é nossa norma fazer acordos secretos. Acusava depois que a velocidade de aplicação era lenta, mas nunca foi capaz de demonstrar na prática tal afirmação.

É que, pelo diálogo, sem nunca sequer fazer a ameaça mais velada que fosse aos trabalhadores rurais ou aos pequenos agricultores, devolvemos mais de 9000 ha no mês de Julho.

De facto, não estávamos no MAP para fazer frete aos agrários.

A Reforma Agrária é a favor dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nunca fomos burocratas ou tecnocratas e nunca entregámos uma única reserva sem estudar as potencialidades existentes e a sua dinamização, viabilizando e mantendo os postos de trabalho, de modo a não inviabilizar o que podia ser viabilizado, atirando para a miséria os que podiam continuar a subsistir no sector, de modo a compensar a área de terra entregue como reserva, recorrendo também, nalguns casos, à expropriação como compensação; assumimos sempre as responsabilidades com o desemprego provocado com a aplicação da lei, exigimos sempre que as reservas obedecessem a um princípio de justiça, de modo a evitar que os reservatários ficasssem com a carne e os trabalhadores com os ossos, isto é, os solos produtivos para uns e os esqueléticos para outros; nunca foram utilizados os poderes discricionários que a lei conferia, a não ser com o consentimento das partes envolvidas.

Aparece agora no Programa a intenção de mais velocidade na aplicação da lei.

Quer isto dizer que vamos assistir às decisões burocráticas, inibiizando o que pode ser viabilizado, desempregando o que pode subsistir no sector, marcando as reservas de qualquer maneira, dado que o processo é lento, as investigações morosas e a localização bastante cuidada?

Vai, pois, o Governo dialogar por dialogar, pondo a tônica na autoridade do Estado, ou, pelo contrário, iludir os interesses dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais?

Com o aplauso da CAP à equipa proposta, a minha preocupação aumentou: é que o plano está traçado por esta organização. Os latifundiários pretendem as reocupações e o caso passado há dias em Ruins, no Alentejo, foi a isca que falhou. Será que este Governo pretende ser o detonador passivo, ao contemplar e omitir no Programa algumas das principais reivindicações da CAP?

Orgulhamo-nos de ter estabilizado o Alentejo, e o PS lutará contra a violência e contra a desestabilização do Alentejo.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há dois anos, aquando do debate do Programa do I Governo Constitucional, chamei desta tribuna a atenção dos Deputados e do País para a oportunidade dificilmente recuperável, que então se perdia, de arrancar para uma nova fase da história nacional.

Disse nessa altura: «Extraordinariamente atenuada a rigidez dos factores adquiridos, atravessamos uma daquelas encruzilhadas da história em que a decisão voluntarista pode impor saltos qualitativos irreversíveis. Para tanto, apenas precisamos de homens decididos e de um modelo original, mas viável, livremente aceite pelo povo e capaz de o mobilizar antes que a inércia e o peso dos pequenos e grandes interesses estratificasse novamente o que hoje é moldável.»

Mas logo acrescentei que a política social submetida ao julgamento dos parlamentares não rasgava caminhos novos, aceitando no essencial as estruturas existentes, que apenas propunha debruçar de melhoramentos pontuais.

À intenção, que então reconhecímos ao novo Executivo, de consolidar e desenvolver o Estado democrático e de estabilizar o País faltava, na política social como no resto, a necessária adjuvante da capacidade inovadora, pela qual a população ansiava consciente da singularidade do momento e estimulada pela largueza das promessas eleitorais.

Hoje, dois anos volvidos, os resultados estão à vista. O País não se despegou ainda daquele ciclo multissecular de decadência, dissecado em épocas diferentes e por diversos modos por Camões, por Vieira, pelo Cavaleiro de Oliveira, por Antero, Oliveira Martins e Eça de Queirós, por Raul Proença e António Sérgio. O cruzamento de caminhos que poderia ter sido o início de uma arrancada está transformado em túnel sem uma qualquer luz ao fundo. As jovens instituições correm o risco de estiolar antes que as suas

raízes tenham podido atingir o húmus generoso do coração do povo. O desânimo e o ceticismo grassam mais uma vez, porque a falta de um projecto nacional claro se converte, para muitos, na perplexidade sobre os seus próprios destinos individuais.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Como sempre sucede entre nós em horas incertas, sente-se pulsar a tentação de mitificar num qualquer homem solitário aquele poder de redenção da grei, que na verdade só a grei contém na sua essência colectiva e no seu pluralismo ingénito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os dois anos passados e perdidos ficarão a pesar na imagem, se não na consciência, de todos nós, que perante a opinião pública do presente e perante a História — matriz da opinião pública do futuro — assumimos o papel de mais destacados actores deste drama em muitos actos, rapidamente perpassados, sobre um pano de fundo cuja traça se mantém inalterável.

Numa hora carregada de sombras temos de nos interrogar sem autocmplacência sobre a raiz do mal, sobre a causa última da nossa estagnação e da nossa ansiedade. Não faltam em Portugal dedos em riste para os mais diversos bodes expiatórios. Do estrangeiro à descolonização, deste ou daquele dirigente partidário à chamada classe política, deste ou daquele partido ao sistema partidário que é o cerne da democracia, ninguém escapa de acusações e impropérios. É sempre cómodo explicar tudo à luz de factores que se não controlam ou com base na concentração de culpas sobre cabeças para o efeito escolhidas ou fadadas.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — A razão primeira das nossas desventuras podemos porém encontrá-la, segundo penso, no desencontro das forças políticas democráticas que ocupam o centro real do panorama político português. Centro que nada tem a ver com a classificação ideológica dos seus programas, mas com a localização da faixa populacional por elas coberta.

O atraso estrutural é grande. Os reflexos sociais e económicos da descolonização são pesados. A crise económica mundial atinge-nos com rudeza. Mas, estivera entre nós o poder democrático entregue a um bloco político estável e coerente, capaz de mobilizar o povo para a aceitação da austeridade em troca da proposta de rumos claros de avanço e melhoria, e outro bem diferente seria o estado de espírito no país, outro bem distinto o Governo que aqui teríamos perante nós.

E no entanto foram marginalizados, vilipendiados, acusados de fraqueza e ambição aqueles que mais cedo demonstraram a lucidez de prever para onde conduzia o auto-isolamento e a pretensão hegemónica de cada uma das principais forças partidárias, aqueles que, em momentos pouco propícios, tiveram a coragem de pregar a necessidade do entendimento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — De um entendimento que não fosse mera partilha de poder, mas se centrasse num projecto de sociedade concebido com fôlego e larguezas de espírito. Para todos esses, que em vários pontos desta Sala a minha vista alcança, vai a minha admiração e a minha solidariedade. E não me limitarei ao piedoso voto de que a História lhes faça justiça. Não estão mortos nem ainda vencidos. É neles que se firma o futuro de Portugal, na sua coragem, na sua cristalinidade, no seu apego à democracia, na sua visão dirigida com abertura e realismo para o futuro, na sua disponibilidade para todos os sacrifícios pessoais e para as lutas indispensáveis à redenção da Pátria e à consolidação de instituições democráticas em clima de progresso social.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não creio que seja justo acusar os que agora se sentam na bancada do Governo pelo simples facto de aí estarem. Foram certos dirigentes de alguns partidos que indirecamente para ali os trouxeram.

*Aplausos do PSD.*

Nem penso que fosse próprio do momento e do local gracejar sobre o fardo a que se cinjiram. O povo entenderia que escarnecíamos das suas próprias desditas.

Não pretendo com isto significar que considero esta solução normal e, portanto, de manter por largo prazo. Ainda que o Governo passe, o Parlamento e o Presidente da República terão de encontrar no curto espaço de alguns meses nova solução claramente baseada nos partidos.

Se passar, para além de proporcionar ao sistema o compasso de espera necessário à revisão de algumas posições partidárias e individuais, este Governo prestará ainda outro inestimável serviço às forças políticas organizadas: a demonstração à opinião pública de quanto é enganosa a distinção entre competências políticas e competências técnicas e de quão falso é o mito da superioridade dos chamados técnicos para o desempenho de tarefas governativas. É certo que também os partidos não estão isentos de culpas quanto às ilusões que por aí correm a tal propósito. As consequências não podiam ser outras, a nível da opinião pública, quando no seio dos diversos partidos se teve a veleidade de distinguir entre técnicos e políticos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A demonstração da não superioridade governativa dos técnicos principiou, desde logo, quando este Governo de competências apartidárias se apresentou perante o Parlamento com um programa em boa parte coincidente com o do II Governo Constitucional, que tão fundas críticas mereceu aos social-democratas. A explicação de que tal atitude se destinaria a condicionar a posição de voto do PS e do CDS, comprometidos com o «programa modelo» que não poderiam agora rejeitar sem se negarem a si próprios, não parece que valha. São obviamente de ordem não programática as motivações que nesta oportunidade fazem correr socialistas e centristas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, se tal explicação fosse correcta, teríamos então, por parte de um conjunto escolhido pela competência técnica, a opção, logo à partida, por uma conduta eminentemente politiqueira, numa hora em que o país se encontra sedento de verdade e de autenticidade.

O que de facto sucede é que um Governo como o presente não encontra, nem nas condições em que se forma, nem nas suas virtualidades intrínsecas, estímulo e arrojo para programar a sua acção em termos vincadamente diversos dos seguidos pelos políticos do II Governo.

A lição que daqui desde já se colhe com muita clareza é a de que não será numa solução governamental como a presente que o País encontrará as portas da nova fase da história que incertamente se pronuncia nas contradições em que nos debatemos.

Os técnicos que compõem este gabinete, por certo escolhidos entre o melhor que a *inteligentzia* portuguesa poderia oferecer, não souberam ou puderam fazer muito diferente e muito mais perfeito do que os políticos que os precederam. E isto apesar da sua autopropaganda superioridade.

A presença desses técnicos no desempenho das suas actuais funções não deverá ser obstaculizada — por se tratar de um mal necessário — enquanto as forças políticas não construírem uma solução equilibrada, coerente e estável. Mas os caminhos de redenção de Portugal terão de passar pelas forças políticas. Só elas poderão encontrar, num empenhamento solidário perante o futuro, a energia para rasgar caminhos cuja novidade e autenticidade não residirão apenas no rigor técnico, mas também e principalmente na escolha clara de um modelo de sociedade, imune a todos os extremismos e a todas as intolerâncias, que a grande maioria do povo reconheça como bandeira pela qual valha a pena lutar, como plataforma de um futuro digno para os seus filhos.

Face ao actual programa em matéria de trabalho, segurança social e saúde, desalojados e deficientes, sem deixar de aceitar o fundamento de muitas das medidas nele listadas, os sociais-democratas sublinham o seu distanciamento e a sua insatisfação global, como fizeram perante os anteriores programas de Governo, dos quais este é apenas uma sequência.

Com clareza o dizemos: este programa é de gestão. O seu espírito é defensivo. Procura melhorar aqui e além, mas, sobretudo, manter presa com arames uma máquina complicada e caduca.

Não é ainda desta vez que se lançam as bases daquilo que a História distinguirá como a política social própria da II República.

Os sociais-democratas têm inspiração e ânimo para o vir a fazer. Assim o povo nos creia e nos ampare e a uma clara e equilibrada base social de apoio possa vir a corresponder um bloco político equilibrado, estável e coerente, com tempo e força democrática para realizar obra que permaneça.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A política de trabalho programada por este Governo peca, sobretudo, pela sua ambiguidade. A estrutura formal do texto poderá vir a ter conteúdos práticos sensivelmente distintos.

Por que razão se não quantifica já o acréscimo máximo da massa salarial que o Programa do II Governo fixava em 20%?

O ritmo da inflação ultrapassou as previsões e põe em causa aquele limite?

Por que motivo se não estabelece então um outro?

Significa esta abstenção que o Governo não tem processo de estimar o ritmo de inflação nos próximos meses?

Mas nesse caso, que métodos irão ser utilizados para não deixar deteriorar os índices de salários reais existentes?

Aceita o Governo as posições enunciadas por Sousa Franco quanto à indexação de rendimentos?

A ausência de parâmetros gerais quantificados não irá propiciar a confusão e o arbítrio em que mais obterá o mais irresponsável? Não poderá o Ministério vir a dar tratamento mais favorável na determinação administrativa de acréscimos salariais às organizações sindicais de certa tendência, em detrimento de outras?

Qual o grau de decisão que se entende deixar ao Conselho Nacional de Rendimentos e Preços?

O que entende o Governo por adequação da lei vigente sobre associações de classe às exigências das convenções da OIT? Propõe-se o Governo apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei sobre as associações sindicais, quando nesta existem já projectos de lei dos partidos? E com iniciativas como essa, ou a da proposta de lei sobre as relações colectivas de trabalho, ambiciona o Governo contribuir para a formação de uma maioria parlamentar decorrente do entendimento entre alguns partidos sobre os principais textos legislativos de política social?

Conhecendo o Governo, como certamente conhece, as posições dos diversos partidos, por exemplo quanto à legislação sobre comissões de trabalhadores ou associações sindicais, por que não adianta desde já as suas próprias opções naqueles temas que até agora serviram de pomo de discórdia?

Por que se limita o Governo à enunciação do objectivo de conciliar o controle de gestão com a autonomia de gestão das empresas, sem esclarecer minimamente sobre os mecanismos de que tentará lançar mão?

Deveremos entender que o Governo apenas pretende fiscalização pelos trabalhadores, ou que deseja contribuir para a participação destes na gestão? No primeiro caso não poderá contar com o apoio dos sociais-democratas, ao passo que ele se verificará caso seja a co-gestão o objectivo pretendido. Mas pensa o Governo conseguir o apoio suficiente desta Assembleia para legitimar uma tal orientação política?

O Governo dá a entender que fará uma revisão da legislação sobre despedimentos e sobre o contrato a prazo.

Deveremos concluir que se vai desbloquear a actual situação, em que muitos postos de trabalho não são criados com receio de se gerarem obrigações que se manterão mesmo em caso de impossibilidade real de cumprimento?

Os três milhões de contos que o Governo já afectou ao Fundo de Desemprego irão servir para melhorar o apoio aos desempregados e para a criação de postos de trabalho viáveis? Ou, como já por aí se diz, trata-se de dinheiro para manter artificial-

mente em vida UCPs e empresas em autogestão sem auto-suficiência empresarial?

Encara o Governo a coordenação da execução da Lei da Reforma Agrária com planos de obras municipais financiadas pelo Fundo de Desemprego, que absorvam a mão-de-obra artificialmente mantida em unidades agrícolas inviáveis? Mas, em tal caso, estabelecerá um regime jurídico que impeça a discriminação política na contratação de trabalhadores por parte de certos municípios?

Quais as providências destinadas a criar postos de trabalho para deficientes?

Estas são algumas, de entre muitas interrogações que o programa de trabalho suscita. Em síntese, diremos dele que nos parece demasiado vasto para o seu horizonte temporal desejável e excessivamente impreciso.

Os sociais-democratas irão acompanhar com a maior das atenções a forma como será executado. Ela será uma importante componente do juízo global que a acção deste executivo nos irá merecer.

De entre os pontos que ponderaremos mais de perto, destaco o da ratificação da Carta Social Europeia, que o Governo não diz claramente se fará objecto de uma sua proposta de aprovação dirigida a este Parlamento. A Carta Social é juntamente com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, o texto basilar do Conselho da Europa. No dia 27 deste mês, a Assembleia Parlamentar daquele Conselho irá debater um projecto de recomendação sobre a necessidade de ratificação da Carta por parte dos Estados Membros que ainda o não fizeram e também sobre a modernização desse texto. A ratificação encontra-se facilitada por um regime de critérios mínimos acessível a um país com o condicionalismo social do nosso. Ficamos a aguardar a atitude deste Governo, que servirá de pedra de toque das suas reais intenções de integração de Portugal na Europa.

Em matéria de segurança social e de saúde, não esperaríamos deste Governo uma política de longo fôlego e de mudanças estruturais, só exigível a uma equipa com um prazo de legislatura e apoio parlamentar estável.

Por isso estranhemos o seu carácter misto, que se diria mais centrado no médio que no curto prazo, ao mesmo tempo que se abstém de orientações de fundo necessárias à demonstração de uma linha de pensamento próprio.

Teríamos de longe preferido um programa de emergência, como aquele que o PSD delineou em Novembro de 1977, no documento Resposta à Crise, que serviu de instrumento de trabalho nas conversações para a formação do II Governo.

Em consequência da crise económica, das convulsões políticas atravessadas em anos ainda próximos e da descolonização, conhecemos uma grave situação social que exige uma política ofensiva de curto prazo, sem prejuízo da preparação de reformulações estruturais em mais largo período de tempo. Refiro-me a uma política coerente de família e de infância e a uma política para a terceira idade, concebidas em termos de proteger contra os efeitos da crise os que lhe são mais vulneráveis e de contrariar a degradação dos componentes de estratos mais desprotegidos da nossa sociedade.

O Governo não demonstra uma concepção global orientada por essa prioridade.

Ignoram-se problemas gritantes, como dos menores abandonados ou em grave perigo moral, que têm até à data constituído objecto ora de total passividade e inconsciência, ora de um inqualificável «jogo de empurra» entre os Ministérios da Justiça, da Educação e dos Assuntos Sociais.

O grave problema da droga, para o qual se não encontraram ainda soluções minimamente satisfatórias, não merece menção no Programa do Governo. É como se não afligisse a nossa sociedade.

Fala-se, em termos vagos, na actualização do abono de família. Mas o Governo, que conhece as disponibilidades orçamentais, não refere números. Nem diz se prevê a atribuição de suplementos de abono às famílias mais numerosas ou às de recursos mais reduzidos.

O Governo propõe-se melhorar os montantes das pensões de velhice e sobrevivência. Mas mais uma vez são omitidos os números que nos permitiriam julgar a validade do propósito.

Nada se diz de concreto que possa tranquilizar as dezenas de milhares de pessoas que continuam a aguardar a atribuição da pensão social há muito requerida.

Todos os Governos se têm proposto racionalizar o sistema de baixas, propiciador de imoralidades e parasitismo social. Mas está este Governo consciente das razões por que os outros falharam e traz receitas novas consigo? O seu Programa não nos permite concluir que assim seja.

Não considera o Governo suficientemente importantes para mencionar no seu Programa os aspectos mais marcantes do diploma com que se propõe rever o regime de protecção social dos trabalhadores na agricultura?

Para os sociais-democratas, essa é uma questão vital. Se não agir com rapidez e determinação neste sector, o Governo não poderá merecer o nosso apoio.

No domínio organizativo da segurança social, também o Governo não pode suscitar desde já o nosso aplauso.

O Governo não se demarca do infeliz diploma, de Dezembro de 1977, sobre a estrutura do sistema de segurança social. Mais uma vez a desconcentração burocrática é confundida com uma inexistente descentralização a favor das autarquias e de outras comunidades locais.

Não são explícitas as garantias de autonomia para as instituições particulares de solidariedade social.

Sabendo-se, como se sabe, que existem dois projectos de inspiração contrária para a reestruturação das Casas do Povo, o Governo não se pronuncia desde já por aquele que ressalva a iniciativa local e contraria o centralismo burocrático.

No domínio da política de saúde, o Governo não se demarca com nitidez do projecto Arnaut de bases do Serviço Nacional de Saúde, naquelas partes em que os sociais-democratas o rejeitam globalmente, isto é, na da redução generalizada do médico do sector ambulatório a funcionário público com vencimento fixo e na não admissão de soluções diferenciadas e gradualistas.

Os sociais-democratas defendem que os mecanismos dos serviços de saúde terão de se moldar às características regionais, pelo que só é de admitir um sistema misto. As zonas mais desprotegidas do País necessitam de um papel interveniente da Administração Pública que, através de uma carreira do sector ambulatório, assegure uma distribuição equitativa do pessoal de saúde.

Mas um Serviço Nacional de Saúde, de inspiração democrática, terá de promover, na medida em que as realidades o permitam, a humanização da medicina pela livre escolha do médico pelo doente, pelo estímulo à competência profissional e pela desburocratização da actividade clínica.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O nivelamento nunca se poderá fazer por baixo, mas por cima, pelo que não fará sentido baixar o estatuto daqueles elementos da população que já beneficiam de cuidados superiores aos da média através de esquemas convencionados, como a ADSE ou os SAMS.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O regime de convenção deverá ser o sistema geral para o qual se apontará por uma transferência progressiva. E cumpre aos políticos evitar a demagogia de convencer a população da possibilidade de atingir resultados de fundo generalizados em prazos irrealistas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Compreendemos que um Governo de recurso se não embrenhe pelos caminhos de uma opção tão funda, deixando a escolha às forças políticas representativas da população. Mas desejaríamos por isso mesmo que o Governo anunciasse com mais clareza esse propósito, que não transparece com suficiente nitidez daquela passagem do Programa em que se fala em «retomar o processo de elaboração das bases do Serviço Nacional de Saúde, tendo em conta os trabalhos já efectuados».

Os sociais-democratas discordam frontalmente da pressa e da indefinição com que se pretende proceder às últimas transferências de atribuições e poderes do Comissariado dos Desalojados para os serviços normais.

Está correcto o princípio da transitóridade de uma estrutura como a do Comissariado dos Desalojados. Mas convém lembrar que na França, que teve de suportar um número de desalojados proporcionalmente muito inferior, tal transferência se ultimou ao fim de um período muito mais extenso.

O certo é que, até agora, nem todos as transferências provaram bem.

A Comissão para o Alojamento de Refugiados, ao ser transferida para o Fundo de Fomento da Habitação, provou que não se tem desincumbido da sua tarefa em condições aceitáveis.

O número de desalojados a alojar era de cerca de 100 000. Para estes tinham-se previsto apenas cerca de 7300 fogos, dos quais foram concluídos e entregues às câmaras municipais cerca de 500. E, graças às

complicações burocráticas, destes apenas terão sido entregues aos utentes cerca de 200!

O crédito para a habitação própria não tem funcionado melhor.

Há pois muitas dezenas de milhares de desalojados e seus familiares que aqui os acolheram a viver em condições de insalubridade e promiscuidade incríveis.

Muitas dezenas de milhares de funcionários públicos, provenientes das ex-colónias, continuam ainda aguardando reintegração.

Cerca de 11 000 refugiados, não dispostos, pelo menos até agora, a regressar aos países de origem, ignoram ainda qual o seu regime jurídico e marginalizam-se progressivamente. Muitos problemas de nacionalidade aguardam uma definição legislativa.

Os custos humanos da descolonização estão, pois, longe ainda de estarem amortizados. As estruturas normais da Administração, longe de lhes poder dar tratamento condigno.

Os sociais-democratas não permitirão que se coloque uma pedra sobre o assunto, como se tudo pudesse resolver-se pela inércia natural das coisas, em vez de pelo planeamento e pela execução interessada, competente e responsável.

Também não aceitaremos que, sob palavras vagas e enganosas, se continue a protelar o ataque a fundo aos problemas dos deficientes portugueses.

Continua a não existir uma política global de reabilitação.

O esquema de prestações da segurança social para os deficientes não se encontra adaptado.

A protecção através dos seguros comerciais é um logro.

O equipamento específico adequado é quase inexistente.

As verbas atribuídas anualmente ao sector são reduzidas e mal distribuídas.

Os serviços com atribuições na matéria, vários e mal coordenados.

Em 1977, o problema foi agravado pela criação de um Secretariado Nacional de Reabilitação, com noventa funcionários, de cuja existência apenas se deu até à data por lhe ter sido atribuído recentemente um prédio que o Estado adquiriu por 52 000 contos.

Ora, na cauda dos anteriores, o actual Governo parece confundir empolamento da burocracia e dos encargos orçamentais de gestão com a solução operacional dos problemas dos deficientes.

Se, em breve, o Governo não destrinchar o emaranhado de competências do Secretariado, do IFAS, dos centros de segurança social; se não justificar as pesadas estruturas existentes ou, em alternativa, as não reduzir; se não tornar público um plano operacional concertado de acções de reabilitação e de criação de postos de trabalho; se não regulamentar em termos claros e rapidamente exequíveis legislação desta Assembleia, que atribui regalias que continuam a não ser facultadas, os sociais-democratas teriam de concluir que era um Governo incapaz como os anteriores de resolver minimamente aqueles problemas que lhe cumpria solucionar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este não é o Governo ideal, nem é Governo para durar muito. Mas é de momento a solução possível. Colocados em situação que ainda não haviam conhecido perante o executivo, os partidos estão também agora em posição nova entre si. Que deste conjunto de circuns-

tâncias possa resultar rapidamente uma melhoria qualitativa, com o regresso a um Governo partidário. E que, entretanto, o Governo governe e que esta Assembleia o deixe governar enquanto o fizer bem.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Arnaut.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Sr. Presidente, eu desejava fazer uma pergunta muito rápida ao Sr. Deputado Sérvulo Correia.

Naturalmente que a sua intervenção me suscitou algumas perplexidades porque vindas de onde veio e poderia ser objecto de muitas críticas, de muitas objecções. Mas não é disso que se trata, pois o que está em causa é o Programa do Governo e não a intervenção do Sr. Deputado.

Todavia, eu gostaria de saber concretamente a opinião do Partido Social-Democrata, visto que, infelizmente, nunca a manifestou durante o longo debate a que se procedeu neste país, relativamente às bases do Serviço Nacional de Saúde. O PSD, comedidamente, não manifestou a sua opinião e eu não sei bem se o PPD/PSD é pelo Serviço Nacional de Saúde previsto na Constituição ou se é por outro tipo de Serviço Nacional de Saúde, designadamente por aquele que foi preconizado por um certo sector da Ordem dos Médicos.

Sr. Deputado Sérvulo Correia, V. Ex.<sup>a</sup> disse que não concorda que os médicos que trabalham no ambulatório sejam considerados funcionários públicos.

Para as pessoas pouco versadas nestes assuntos, quero dizer que na saúde há três grandes campos: há o campo dos cuidados primários, da medicina curativa, que é justamente o consultório, há o campo da medicina hospitalar e há ainda o campo da medicina preventiva.

Muitos dos Srs. Deputados não sabem, mas poderão agora ficar a saber, e o País também, que na medicina diferenciada, ou seja, hospitalar, todos os que lá trabalham são equiparados a funcionários públicos e nem a Ordem dos Médicos reivindica aí o seu campo de acção porque, pela natureza dos próprios serviços prestados, é impossível que uma sociedade anónima se dedique a esse tipo de medicina.

No campo da saúde pública todos os médicos que aí prestam serviço já são funcionários públicos, em regime de exclusividade, e só o não são ainda no campo ambulatório, isto é, na medicina curativa, aquela que dá dinheiro, aquela que traz doentes aos consultórios, onde, como nós sabemos, as consultas são pagas bastante caro.

E eu pergunto ao Sr. Deputado: choca-o a si, aos seus princípios, que os médicos que trabalham na saúde pública não se importem de ser funcionários públicos, os que trabalham na carreira hospitalar não se importem de ser funcionários públicos? Devo aqui dizer que é uma honra ser funcionário público, sobretudo num regime democrático, não é uma infâmia, e temos aqui de salientar esse ponto. Então por que é que os médicos que vierem a trabalhar no ambulatório se recusam a ser funcionários públicos? Será porque efectivamente isso lhes vai limitar o campo da medicina privada, o campo mercantil da sua actividade médica?

Gostaria de saber a sua opinião, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

E, a propósito da livre escolha, que é outro espancalho que é agitado, também quero dizer que o Serviço Nacional de Saúde preconizado pelo Governo anterior garantia, dentro dos limites das nossas possibilidades, a livre escolha. Mas esse problema da livre escolha não se põe, como todos sabem, na medicina hospitalar, porque quando um doente vai ao hospital não pergunta qual é o médico que o vai atender. Então por que é que esse problema se há-de pôr no campo da medicina ambulatória, no campo da medicina curativa?

Eu sou pela livre escolha, eu sou pela humanização do acto médico e das carreiras profissionais, não sou pela colectivização ou pela massificação da saúde, sou pela sua dignificação, pela sua humanização. Disse ontem aqui que a saúde em Portugal é uma questão de humanismo, mas, mais do que isso, pois temos de lutar contra os grandes interesses estabelecidos, é também uma rebeldia.

É só isto, porque estou a tomar muito tempo ao meu partido, mas gostaria de ser esclarecido pelo Sr. Deputado Sérvulo Correia.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Sérvulo Correia, há mais um pedido de esclarecimentos. Deseja responder já ou aguarda para responder no fim?

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Respondo no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Delmiro Carreira.

**O Sr. Delmiro Carreira (PS):** — Vou fazer uma pergunta muito curta e que se relaciona com uma passagem muito concreta da sua intervenção.

O Sr. Deputado referiu como um exemplo de medicina convencionada, e isso tem também sido feito pela Ordem dos Médicos, os Serviços de Assistência Médico-Sociais do Sindicato dos Bancários (SAMS), que têm sido muito elogiados como um caso concreto de medicina convencionada, que funcionaria muito melhor do que o projecto do Serviço Nacional de Saúde se este viesse a ser executado tal como tem sido preconizado pelo meu partido.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado se sabe que esses Serviços, tão elogiados como um exemplo de medicina convencionada, funcionam, em mais de 80%, exactamente como consta do projecto para o Serviço Nacional de Saúde apresentado pelo meu partido, pelo meu camarada António Arnaut.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia para responder, se assim o desejar.

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Muito brevemente, porque o tempo do meu partido é reduzido, responderei aos dois Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, estranhei também que, da parte de um distinto advogado como é o Sr. Deputado António Arnaut, seja confundida com a actividade mercantil e com a prossecução necessária de grandes interesses o exercício de uma profissão liberal.

*Aplausos do PSD.*

Por mim, e como advogado que sou, opor-me-ia terminantemente à cessação do estatuto de liberalidade do exercício da profissão de advogado porque, terminado esse estatuto, todas as regras deontológicas que dignificam essa profissão estariam postas em causa.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Com o tempo do seu partido, com certeza, Sr. Deputado.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Como é com o tempo do meu partido não tenho que lhe agradecer o ter-me dado esta possibilidade.

Não percebi as ideias que expôs — é uma confusão —, pois as profissões liberais são tão dignas como qualquer outra actividade, desde que honestamente exercidas. Mas, com o tempo, nós poderemos falar num Serviço Nacional de Justiça.

**O Orador:** — Sr. Deputado, eu sou defensor de uma política de assistência judiciária, mas não confundo isso com a nacionalização da advocacia.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Nem eu!

**O Orador:** — E lamento também que uma pessoa que, com as funções que desempenhou, tinha a obrigação de estar versado nessas matérias fale na defesa de grandes interesses quando se fala em medicina convencionada. Como o Sr. Deputado deve saber, segundo se faz na Europa democrática em matéria de medicina convencionada, são estabelecidos limites à remuneração do acto médico e esses limites são estabelecidos entre as associações médicas e o Estado. Portanto, não acredito que nessa contratação com parceiros sociais o Estado — um Estado democrático — vá defender claramente grandes interesses, como diz o Sr. Deputado, a menos que ponha em causa países governados por partidos com estreitas ligações como o seu próprio partido.

Quanto ao facto de o PSD não ter dialogado, como o Sr. Deputado teria desejado, quando foram apresentadas à opinião pública as bases do Serviço Nacional de Saúde, eu recordo-lhe que a direcção do partido a que pertenço não se recusou a tal diálogo, apenas atendeu que o Sr. Deputado, então Ministro dos Assuntos Sociais, estava indevidamente a tentar afastar esse diálogo do seu centro institucional, que deveria ser esta Assembleia, e prontificou-se a todos os debates e trocas de impressões consigo na Comissão de Assuntos Sociais e de Saúde desta Assembleia. Foi o Sr. Deputado, como Ministro, que não deu andamento a essa sugestão.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, quanto à funcionalização de todos os médicos do serviço ambulatório, quanto a o meu partido se opor ou eu me opor a que qualquer dos serviços tenha um regime de função pública, desejo esclarecer-l-o de que eu não disse isso na minha intervenção. O que eu disse, pelo

contrário, foi que o sistema terá de ser misto e que, sobretudo nas zonas mais desprotegidas do País, o sistema terá de assentar numa carreira médica para os serviços ambulatórios. Claro que essa carreira médica se traduz num regime de função pública. Mas ainda assim o meu partido defende — e terá ocasião de o desenvolver no momento próprio nesta Assembleia — a atenuação da funcionalização do médico como defesa das regras deontológicas, como defesa do humanismo da prestação da sua actividade.

*Aplausos do PSD.*

Quanto ao SAMS, não concordo com o esclarecimento do Sr. Deputado Delmiro Correia, porque eu também, antes de exercer as funções de Deputado, trabalhava no sector bancário, no Banco de Portugal, e, tanto quanto sei, todos os sócios dos sindicatos têm o direito de escolher médico, ao abrigo do regime jurídico do seu sindicato.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Ministros, Srs. Deputados, está suspensa a sessão até às 15 horas.

*Eram 12 horas e 55 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

**O Sr. Oliveira Dias (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apreciar o Programa do Governo no sector relativo à educação, ciência e cultura não quero deixar de dizer uma palavra quanto ao esforço que manifestamente exprime nem quanto ao conhecimento da matéria que traduz. Por mim, não posso deixar de respeitar o trabalho dos outros, e daí as minhas homenagens, pois aquele está por detrás deste texto.

Nem tudo é mau no Programa do Governo quando se refere ao sector da educação. Porém, não é também neste passo que poderemos deixar a sua discussão sem observações que ao Grupo Parlamentar do CDS parecem importantes. Não é uma questão de pessoas — que se respeitam —, é uma questão de princípios que se discute. Não é uma discussão mais ou menos agradável, é um direito que temos de exercer, um dever que temos de cumprir.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros:** A p. 299 do Programa do Governo, em apreço por parte desta Assembleia, no capítulo relativo à cultura e sob a rubrica «Ações a curto prazo», ponto 2.6.3.3.4, lê-se: «Promoção, em zonas culturalmente desfavoráveis, de manifestações culturais itinerantes, possibilitando o diálogo das populações — dessas zonas, entende-se — com os artistas e criadores representados.»

Ao considerar na generalidade e no pormenor acessível — pelo menos, a parte do Programa que diz respeito à educação, ciência e cultura —, tem-se a impressão de que o Governo deliberou iniciar, não a curto prazo, mas imediatamente, este tipo de ação e que aqui veio para o fazer.

Efectivamente, perante alguma petulância mesmo do léxico e, sobretudo, da amplitude do que se propõe executar em breve horizonte temporal, a definição de alguns objectivos como aquele, do ponto 2.6.3.1.1: «quebrar a separação entre a cultura de élite, a cultura de massa e a cultura popular [...] com consequências decisivas na qualificação da nossa vida quotidiana»;

Perante a repetição sucessiva — várias vezes incorrecta, se não contraditando uns pontos com outros — ou a citação de medidas que já estão tomadas, mas que o Governo julgou conveniente incluir entre as que pretendia tomar;

Perante as quarenta e tal páginas dedicadas ao sector, sentimo-nos de certo modo tratados, quero dizer, os Deputados nesta Assembleia, em face do Governo e do seu texto, como população de «zona culturalmente desfavorecida», a quem foi possibilitado o diálogo com os responsáveis por esta peça de prosa complicadamente numerada, como se pretendesse estar preparada para tratamento pelo sistema de avaliação automática reclamado para o MEC.

A verdade, porém, é que o programa relativo a este sector suscita dois ou três tipos de reflexões mais profundas que me parece vale a pena expor à Assembleia.

E o primeiro ponto para o qual desejaria chamar a atenção da Câmara é o seguinte:

Afirmou o Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso de apresentação e repete-se a ideia no texto introdutório do Programa, a p. 14 e entre as orientações que norteariam os grandes objectivos do Governo, «a articulação e colaboração com os restantes Órgãos de Soberania, designadamente com a Assembleia da República, com vista a congregar esforços para a manutenção e reforço do clima de paz social e ainda — permita-se-me sublinhar o ainda — para atender à expressão do eleitorado». Formulação a que não pode deixar de ser um tanto sensível quem sabe que, entre as suas competências e obrigações, se contam, nos termos do artigo 165.º da Constituição, a de fiscalizar a acção do Governo.

Seja como for, porém, tendo em conta que, tanto relativamente ao Programa em geral, como especificamente em relação ao que se refere a este sector, o Governo se propõe, prioritariamente, desenvolver e implementar deliberações tomadas: «opções já feitas com quadros políticos e legislativos já definidos, preocupando-se com a sua imediata eficiência.»

Se assim acontece quanto a decisões do Executivo que o precedeu, cumpre, porém, perguntar: e por que não faz o mesmo em relação às leis emanadas desta Assembleia?

Vou exemplificar: A Lei n.º 7/77, de 1 de Fevereiro, originária do projecto de lei n.º 14/I, sobre participação das associações de pais e encarregados de educação no sistema nacional de ensino, atribui ao Ministro da Educação e Cultura a regulamentação desse direito. Essa regulamentação não está feita e o Governo não se lhe refere;

O Decreto n.º 91/I, de 11 de Agosto de 1977, desta Assembleia, originário dos projectos de lei n.º 58, do CDS, e n.º 59, do PCP, sobre ensino da língua e difusão da cultura portuguesa no estrangeiro, compete ao Governo vários encargos com esse objectivo geral. Trata-se de matéria da mais alta importância para os emigrantes portugueses e seus descendentes, di-

rectamente, mas também para a presença da cultura portuguesa no mundo. Requer medidas executivas complexas e prolongadas. O Programa do Governo, tanto no sector da educação, como no da política externa, toca o problema, mas em termos diversos, e nem sequer faz referência à lei desta Assembleia — aliás, a exposição de ontem do Sr. Ministro da Educação e Cultura a este respeito também nada adiantou.

Já o Decreto n.º 13/I, desta Assembleia, datado de 28 de Dezembro de 1976, originário da proposta de lei n.º 2/I, sobre escolas normais de educadores de infância, no seu artigo 5.º, incumbe o Governo de definir o modo de articulação dos estabelecimentos públicos com os estabelecimentos privados deste tipo. O Programa do Governo refere-se com algum vagar à educação infantil e alude à necessidade de criar as condições necessárias ao seu arranque da incipiente e das limitações actuais.

Entre estas não pode deixar de atentar-se nas carencias de pessoal qualificado e, muito bem, o Governo preocupa-se com a publicação de um diploma que estabelece um novo modelo de formação inicial dos educadores de infância. No entanto, não há qualquer alusão às escolas privadas nem à articulação que consta do referido decreto desta Assembleia.

Não será matéria importante a ter em conta?

Aliás, nem só a legislação proveniente desta Assembleia e já promulgada — há outros exemplos, designadamente as ratificações —, nem só a legislação já em vigor deveria ser tomada em consideração e, na nossa opinião, há posições já tomadas por esta Assembleia da República que o Governo não deveria ignorar.

A propósito de ensino privado, o Programa, além de referir — e bem — a necessidade de elaborar um estatuto do ensino superior particular, diz o seguinte, a p. 273: «No que se refere ao ensino particular e cooperativo, continuará a prosseguir-se uma política de respeito da liberdade de ensinar e de aprender» — o que, anote-se, é mera repetição de um preceito constitucional — «sem prejuízo das exigências de dignidade pedagógica e científica».

De acordo. Mas acrescenta: «Por outro lado, manter-se-á o sistema de articulação das redes oficial e particular, na solução dos problemas», note-se, «problemas dos ensinos básico e secundário». Não há qualquer referência, por exemplo, à educação infantil e à educação especial, o que contrasta flagrantemente com a realidade e com o apreço das escolas que funcionam no nosso país.

Voltando, porém, à reflexão mais global que estava a procurar desenvolver, será que o Governo ignora que o Plenário desta Assembleia já votou favoravelmente na generalidade o projecto de lei n.º 107/I, do CDS, sobre liberdade do ensino e o projecto de lei n.º 108/I, do PS, sobre bases gerais dos ensinos particular e cooperativo?

Se ignora, é pena!

Se não ignora aquilo que, aliás, é do conhecimento público, é, pelo menos, de estranhar que no seu Programa não tenha tido em conta o conteúdo genérico dessas deliberações da Assembleia.

Quer quanto ao primeiro, quer, sobretudo, quanto ao segundo destes projectos, verifica-se que o Governo aponta para objectivos que divergem substancialmente daqueles no sentido dos quais votou a maioria desta Assembleia. Aliás, quanto ao projecto de

lei n.º 108/I, o Governo não teria tido dificuldade em verificar que contra ele apenas votou o PSD e, se me permitem afirmá-lo, mais por proferir naturalmente um projecto seu que tratava também esta matéria, do que porque a sua posição se aproxime da concepção estatizante do ensino que o Programa do Governo, no nosso entender, perfilha.

Da mesma maneira, não deixaria de manifestar a minha estranheza pela contradição existente entre o Programa e as decisões da Assembleia tomadas aquando da discussão e das votações da ratificação n.º 21/I, relativa ao ensino superior de curta duração, e a ignorância do que aqui se deliberou acerca da ratificação n.º 33/I, sobre as normas relativas ao regime de fases da carreira profissional dos professores.

Que ilações pretende o Governo que se possam extrair desta reiterada dissociação e das contradições apontadas entre o seu Programa agora em apreço e as decisões da Assembleia da República?

Desejaria ainda pedir a atenção da Assembleia para outro tipo de conclusões que me parece poderem extrair-se da leitura do Programa do Governo acerca do sector da educação, ciência e cultura.

O sector é particularmente sensível às opções de fundo que sobre ele se tomam e expressivo das matrizes ideológicas respectivas. Será por isso talvez que, para nós, este capítulo do Programa do Governo é bem demonstrativo de que a tecnocracia não existe — ou é um engano ou uma mistificação ou, porventura, um pretexto para abusos.

As técnicas, como as políticas, servem o homem e a sociedade. Quando se põe o problema das relações entre umas e outras quanto ao exercício do Poder, quer se queira quer não, é sempre a política, são sempre as opções políticas que comandam o aproveitamento e a utilização dos ensinamentos e da experiência dos técnicos.

Assim acontece no passo em análise deste Programa.

Subjacente a ele está uma concepção segundo a qual educação é sinónimo de ensino formal e não formal, explicitado aliás em termos modernos e tecnicamente correctos. Mas que o ensino ou a educação é um serviço público, um poder do Estado e em que se não reconhecem além do Estado outros agentes legítimos. Não se fala de família — nem se pensa nela, nem nos seus direitos em matéria de educação —, nem se fala dos direitos e da legitimidade que deve ser reconhecida às confissões religiosas na acção educativa daqueles que as perfilhem ou das crianças cujos pais entendam que a religião deve estar presente na educação dos seus filhos.

É um Programa materialista e centralizador em que há de certo referência à autonomia das Universidades — não suficientemente concreta —, mas que nos outros níveis do ensino apenas alude a «descentralização da gestão financeira».

Por um lado aceitam-se — esperamos que não sem crítica — experiências que não sabemos se podem considerar-se conclusivas, por outro lado é-se unicíntario quanto ao ensino primário e secundário, pelo menos. Não se encontra, creio eu, para agora, qualquer referência à inovação e criação pedagógicas, como se professores e alunos não fossem sempre criadores, a quem devem dar-se asas e não espartilhos. É um engano, é um erro. Como se não se devesse saber que as crianças e os jovens têm con-

dições diferentes à partida aqui, em Trás-os-Montes ou no Alentejo e precisam de educação à sua medida e não por bitola uniformizada.

E até quanto à administração da educação, a que várias vezes se refere o Programa, parece-me que bem poderia perguntar-se com quem vão ser feitas as profundas reformas que também neste aspecto específico são indispensáveis, quando se não fala nem acerca da Escola Superior de Administração, nem acerca das escolas superiores de educação — a qualquer nível —, da preparação adequada dos técnicos e especialistas de administração de educação, que quase não temos e que são indispensáveis.

Estas as duas linhas de reflexão e de interrogações, dúvidas e discordâncias fundamentais que o programa relativo à educação, ciência e cultura suscita no CDS.

De resto, as mesmas objecções que foram feitas pelo presidente do meu partido e por colegas meus acerca da discrepancia entre as medidas preconizadas e o tempo para o qual estava prevista a vigência deste Governo teriam aqui lugar. E também teria lugar a dúvida com que vou terminar a minha intervenção.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura é um professor. Conhece a sua Universidade e conhecerá outras escolas, professores, alunos e famílias. Conhece de certo a desmotivação e a angústia da sua grande maioria. Sabe que a maioria dos professores, se alguma vez o soube, desaprende ou desiste de ensinar e que os alunos não aprendem a estudar. Não teria sido possível incluir no Programa medidas a curtíssimo prazo que solucionassem algum ou alguns dos condicionalismos que levam a esta conjuntura trágica?

Estou certo que sim, sem ignorar as dificuldades de toda a ordem que encontraria entre as deliberações, a sua execução e os frutos dessa política conjuntural.

Por nós, pensamos que teria valido a pena apontar corajosa e despretensiosamente para medidas deste tipo no Programa do Governo para a educação.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalves Sapinho.

O Sr. Gonçalves Sapinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O programa de educação do III Governo Constitucional tem as seguintes características fundamentais: manifesta uma certa continuidade em relação ao II Governo, recolhendo muitas das ideias nele expressas e propondo-se seguir caminhos nele traçados; é um programa mais comedido e mais realista do que o anterior, preocupa-se em não introduzir medidas de fundo no sistema educativo, orientando o sistema actual no sentido que julga mais desejável; verificámos também que o Programa do Governo acolhe algumas das críticas que o meu partido tem feito ao sistema educativo.

Assim, tomando como referência os pontos que entendemos carecerem de resolução imediata e que foram referidos na conferência de imprensa do PSD do passado dia 4 de Setembro, na qual se sintetizam, ainda que de forma breve, as nossas preocupações,

verifica-se que o Programa dá satisfação aos seguintes aspectos nele enunciados: regulamentação da lei das fases; revisão do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior; lançamento das bases do ensino superior de curta duração; revisão do *numerus clausus*; criação do Conselho Nacional do Ensino Superior, embora aqui nós tivéssemos pugnado pela criação do Conselho Nacional do Ensino, que abrangeia todos os graus do ensino e em que o ensino superior integrava uma das suas secções.

O Programa, no entanto, não contém, ou apenas lhes faz referência de passagem, soluções para os seguintes pontos por nós considerados essenciais e mencionados na já referida conferência de imprensa: aperfeiçoamento pedagógico dos professores e melhoria das condições de trabalho, designadamente pela modificação do sistema de colocações; revisão dos quantitativos e critérios de concessão de bolsas de estudo e subsídios a conceder aos alunos; revisão da reestruturação dos cursos das Faculdades de Letras.

Trata-se de aspectos essenciais, cuja importância fica patente no seu enunciado, e sobre alguns dos quais nos debruçaremos mais adiante.

Para além destes, outros aspectos que o PSD considera prioritários são tratados no Programa de forma incompleta e que nos propomos analisar mais detalhadamente: revisão das condições de apoio ao ensino particular; criação de maior justiça no acesso ao ensino superior, através da revisão das condições de funcionamento do Ano Propedéutico; revisão do despacho de criação do 10.º ano de escolaridade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sobre o ensino particular e cooperativo, o Programa, na sua vaga formulação, prevê a prossecução da política até aqui seguida. O Ministério continua a tolerar a existência do ensino particular e cooperativo como complemento da rede oficial, evitando definir uma política de protecção e encorajamento do sector. Vai continuar a ser posta à prova a capacidade de resistência do ensino não estatal, vai, segundo cremos, prolongar-se a sua agonia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo, por um lado, exige, e a nosso ver bem, qualidade para o ensino particular, mas, por outro lado, cria, a nosso ver mal, condições objectivas, por acção ou por omissão, que inviabilizam qualquer melhoria, quer dos meios materiais, quer dos meios humanos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como pode o Governo exigir que, por exemplo, os estabelecimentos de ensino particular supletivo tenham um corpo docente qualificado, quando o seu vencimento é incomensuravelmente inferior ao dos colegas do ensino oficial e a qualificação do serviço é nula?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como pode o Ministério exigir que os mesmos estabelecimentos disponham já de meios

materiais adequados, se não se estabelece já um plano que viabilize essa exigência?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo não estará, porventura, interessado em favorecer a liberdade de ensino, porque vai contribuindo objectivamente para a asfixia da sua componente, porventura, essencial: o ensino não estatal.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, além disso, o Programa esquece um problema novo no ensino particular. Como o PSD já teve ocasião de referir em declarações públicas, as alterações previstas para o curso complementar do ensino secundário introduzem pressões económicas incompatíveis para o ensino particular. A multiplicidade de opções e a redução do número de alunos por opção vai fazer com que colégios e instituições análogas não possam leccionar o ensino complementar sem uma substancial ajuda. Dissemos nós que a reestruturação do curso complementar do ensino secundário vibrou um golpe de morte no ensino particular.

Impunha-se que o Estado viesse em auxílio dessas instituições, facilitando-lhes a aquisição de equipamento, facultando-lhes a instalação de laboratórios, possibilitando o recrutamento de professores habilitados a leccionar as novas disciplinas.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — De outro modo as instituições não podem sobreviver.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E não está apenas em causa o futuro das instituições. Não está apenas em causa a liberdade de ensino que se condiciona. Está também em causa a sorte dos alunos naquelas povoações em que o ensino particular é supletivo da rede oficial. Assinala-se que é particularmente na área do curso complementar do ensino secundário que a rede do ensino particular vem colmatar as lacunas da rede oficial.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta atitude de continuidade do *status quo* verifica-se também no que se refere ao 10.º ano de escolaridade.

O III Governo não foi insensível, no seu Programa, às críticas que têm sido movidas à reestruturação do curso complementar do ensino secundário, entre as quais se destacam as do PSD.

É assim que, timidamente, o Programa afirma:

Tratando-se de um processo experimental — em fase de lançamento irreversível em termos do próximo ano lectivo —, proceder-se-á à sua análise crítica [...]

Acentua o III Governo que se trata de um processo experimental e considera-o irreversível. Consideramos nós que não é uma coisa nem outra.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é experimental por envolver todos os alunos e todas as escolas, num gigantesco laboratório nacional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é irreversível por ainda não ter sido iniciado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como medida imediata, promete o Governo a publicação dos programas disciplinares. Mas perguntamos: já se adequaram ou vão adequar as estruturas existentes a esta inovação? Já se reciclaram ou preparam professores ou basta-lhes conhecerem os programas na véspera da abertura das aulas?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Enxerto novo, em estrutura velha e inadequada, para cobaias impávidas e serenas que são os alunos.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Governar é olhar para diante se, pelo menos, quisermos evitar as confusões inerentes à improvisação.

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Até aqui, tem-se governado olhando para o umbigo, tem-se vivido no reino do imediatismo e do *ad hoc*, na improvisação, na confusão.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O problema da educação é, porventura, o maior repto lançado aos democratas no 25 de Abril e este repto reforçou-se com a desilusão e o desencanto provocados pela confusão.

*Aplausos do PSD.*

Esperávamo mais, impunha-se algo de diferente para um problema de tamanha importância como o é o início do curso complementar, importância que se avolumaria se considerarmos a ausência de qualquer base científica de orientação escolar.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pensamos que seria preferível fazer a lecionação a todos os alunos do 10.º ano de um ensino sério, intensivo e adequado das matérias fundamentais de cada curso.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ensino que teria por objectivo recuperar a deficiente preparação dos alunos e fornecer uma base sólida para a formação profissionalizante e para o ingresso no ensino superior.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Teríamos, assim, um ano para estudar, atenta e cuidadosamente, o que fazer nos 11.º e 12.º anos de escolaridade, ao mesmo tempo que, paralelamente, iam sendo delineados os objectivos do sistema educativo e se adequavam os meios materiais e humanos a esses objectivos. Isto sem embargo de se fazer uma experiência com o sistema previsto num número restrito de escolas, em regime de voluntariado, com o fim de avaliar as múltiplas dificuldades que o sistema comporta.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Transformar o País todo em laboratório parece-nos uma metodologia errada, lançar 40 000 alunos numa operação traumatizante, esta, sim, irreversível, parece-nos, pelo menos, preocupante.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Outro problema que vai merecer a nossa atenção é o Ano Propedêutico.

O Programa prevê acções tendentes a um melhor funcionamento do Ano Propedêutico, designadamente através da criação de centros regionais de apoio e aperfeiçoamento, da elaboração de textos de apoio e outras publicações, o que é correcto e por isso nos batemos. Mas não há no Programa uma palavra de esperança para os alunos deste ano lectivo. Relembrar o que foi esta forma de antiensino é desnecessário, por todos termos um conhecimento directo ou indirecto desta experiência de má memória, que a imprensa não aplaudiu e sobre a qual o PSD tem tomado uma clara posição de denúncia do seu mau funcionamento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aproxima-se o dia em que dezenas de milhares de alunos vão ser vítimas de claras injustiças e o Programa do Governo faz silêncio quanto à reparação dessas injustiças.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Deixemos de lado a discussão das medidas pontuais, que são o principal objectivo do Programa do Governo, e debrucemo-nos um pouco sobre a sua filosofia educativa.

Comecemos pelo centralismo governativo. Se em algum sector se põe o problema do centralismo, é no MEC que ele assume maior acuidade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PSD sempre tem defendido que às populações cabe uma palavra significativa sobre a educação que deseja para os seus filhos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sem uma descentralização efectiva, não há democratização do sistema educativo.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Nos últimos anos, em vez de se ter caminhado no sentido dessa descentralização, tem-se ido ao seu arrepio, e os resultados estão à vista.

No Programa fala-se em descentralização, mas pensa-se numa descentralização que só é nominalmente.

Para aumentar a rentabilidade do sistema de ensino, racionalizar os processos de utilização de recursos e obter uma maior eficácia de controle do seu funcionamento, criam-se serviços regionais em articulação com a reorganização do Ministério e alargamento da estrutura de coordenação e controle. Não é necessário apresentar grandes argumentos para demonstrar que o Ministério apenas pensa criar braços administrativos. É assim que o Governo pensa conferir uma «efectiva autonomia às Universidades» (palavras do Programa), delegando nas reitorias competências até há pouco concentradas nos serviços centrais.

Se recordarmos que o reitor é de exclusiva e livre escolha do Ministro e se tivermos em conta que a competência a delegar não irá, porventura, além da renovação de alguns contratos de prestação de serviços, podemos concluir que não está na mente do Governo conceder qualquer autonomia às Universidades. Que pensa o Governo sobre a autonomia pedagógica e científica das instituições do ensino superior? Poderão as Universidades transformar-se em verdadeiros centros de formação e irradiação de ciência e cultura sem que lhes seja conferida uma autêntica autonomia?

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Ainda na área do ensino superior, o Programa reconhece, e a nosso ver bem, que se impõe uma política de expansão global do sistema, já que é excessivamente baixa a taxa actual em relação ao grupo etário correspondente.

Porém, insiste em recorrer, exclusivamente, ao ensino superior curto. Gostaríamos de saber o que é que o Governo entende por ensino superior curto. Trata-se da reedição dos antigos cursos médios, como parece ter sido objectivo do Ministério em determinada altura? Ou será qualquer coisa diferente? Qual o seu enquadramento no sistema de ensino superior? Qual o estatuto social dos diplomados por esses cursos? Quais os lugares da administração pública a que poderão ascender os diplomados pelo ensino superior curto?

**O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Sem respostas concretas a estas perguntas, não faz sentido jogar na rede do ensino superior curto. É preciso atender às experiências fracassadas da Europa e evitar cair nos mesmos erros.

**O Sr. Américo Cerqueira (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Trata-se de um problema que nos deixa profundas preocupações. Porém, mais do que preocupação, o PSD quer deixar aqui bem claro que reprova, totalmente, o projecto contido no Programa do Governo, de integração, no ensino superior curto, dos Institutos Politécnicos, institutos superiores de engenharia e institutos de contabilidade e administração.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Estas escolas não poderão ser des graduadas do estatuto que hoje possuem.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PSD, conjugando a sua ideologia com a sua prática, opõe-se a todo o tipo de discriminação social.

Pugnamos pela igualdade de oportunidade independentemente do sexo, condições de nascimento e local de residência, tal como a Constituição a define.

Contestamos frontalmente todas as medidas que visem perpetuar injustiças sociais. Contestamos por isso as medidas de discriminação educativa.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — O Programa do Governo, em lugar de adoptar mecanismos correctores de desigualdades, vem em muitos casos acentuá-las. Vejamos alguns exemplos: a manutenção do ano preliminar no ensino primário destinada aos alunos que não tenham frequentado jardins-de-infância. Já lhe chamámos o «Ano Propedéutico do ensino primário», com toda a carga negativa que tem entre nós o Ano Propedéutico.

**O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Admitimos que a medida tivesse a intenção de eliminar injustiças, mas se atentarmos um pouco na história da educação, concluímos que com ela se consegue exactamente o contrário.

Medida análoga existiu durante algum tempo em Angola e Moçambique para crianças negras. Existiu em certos países para grupos minoritários pertencentes a um nível cultural inferior.

Por todo o lado foi abandonada por acentuar mais as desigualdades e marcar com um ferrete os jovens.

Se forposta entre nós em execução, lá teremos os meninos ricos e os nascidos em grandes centros populacionais a frequentar jardins-de-infância e os menos afortunados e nascidos em pequenos centros serão encaminhados para o ano preliminar do ensino primário.

**O Sr. Fernando Pinto (PSD): — O que é muito mau!**

**O Orador:** — Existe uma lei sobre a educação pré-escolar, cumpra-se essa lei, aproveite-se e desenvolva-se o que já existe, deixando-nos de fantasias que só vêm em prejuízo dos destinatários.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Todo o Programa, no que se refere a correcção de desigualdades, é extremamente pobre.

Outro exemplo é o da política da acção social escolar, que merece apenas a seguinte referência programática:

Intensificar o apoio social aos estudantes, dando prioridade aos do ensino básico.

É muito pouco e muito vago para um problema de tal magnitude. A educação permanente que, bem concebida e executada, podia ser um poderoso corrector de desigualdades, não merece uma simples referência.

A extinção de uma das três vias de escolarização, a 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> classes, para um mais correcto cumprimento da escolaridade obrigatória, é uma medida em si correcta, mas que pouco tem a ver com o cumprimento da escolaridade obrigatória. Basta atender no número significativo de crianças (mais de 10 % do respectivo grupo etário) que não transita da 3.<sup>a</sup> para a 4.<sup>a</sup> classes, para verificar que os abandonos a esse nível têm razões mais profundas que transcendem o sistema da escola formal. Ela assenta em razões de carácter social que são mal conhecidas entre nós, nada fazendo o MEC para as conhecer, para já não falar em as corrigir.

**O Sr. Américo Sequeira (PSD): — Apoiado!**

**O Orador:** — O Programa deixa em claro o grave problema do abandono escolar a nível do ensino primário, como deixa em claro o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória. Quantos alunos, terminada a 4.<sup>a</sup> classe, não prosseguem os seus estudos, apesar de abrangidos pelo regime de obrigatoriedade e de viverem na proximidade das escolas? Seria interessante saber o número, as causas e as medidas que o MEC adoptaria para resolver este gravíssimo problema.

Deixámos para o fim a situação dos professores. O Programa não trata devidamente tão momento problema nem nós o faremos exaustivamente, pois procuraremos focar aspectos que têm sido menos discutidos.

O Programa prevê o estabelecimento de esquema de «formação em serviço». Do texto infere-se que se visa o completamento de habilitações para professores sem habilitação para a docência. Medida correcta, mas que não basta.

Há que organizar, e desde já, cursos de actualização bem estruturados que preparem os professores para novos programas e currículos.

**O Sr. Américo Cerqueira (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Há que organizar cursos que habilitem os professores a actualizar os seus conhecimentos, permitindo-lhes acompanhar o rápido desenvolvimento do pensamento científico.

**O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — A ciência neste último quarto do século XX irá desenvolver-se a um ritmo vertiginoso e envelhece em cada decénio. Não se pode esperar que os professores isolados, sem bibliografia nem orientação, possam acompanhar a evolução da ciência. Se o não fizerem, ressentir-se o ensino que se torna repulsivo para os jovens que não aceitam aprender coisas que estão em manifesta dissintonia com os problemas do dia-a-dia.

**O Sr. Américo Cerqueira (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — O Programa do Governo retoma um esquema de formação de professores surgido no termo do passado ano lectivo que considera fortemente inovador. O esquema não está amadurecido e gostaríamos de saber o que pensa este Governo sobre algumas das suas delicadas consequências.

Prevê-se que os professores do ensino básico sejam preparados em cursos de três anos em escolas superiores de educação e os restantes professores do ensino secundário em cursos de cinco e seis anos.

A ser seguido este esquema de formação, os novos professores, oriundos das escolas superiores de educação, passariam a lecionar lado a lado, no ensino preparatório, com os professores licenciados com cursos de cinco e seis anos.

Terão esses dois tipos de professores os mesmos vencimentos e estatuto?

Como se vai evitar, e desde já, a migração dos professores licenciados do ciclo preparatório para o ensino dos cursos geral e complementar do ensino secundário?

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Como se vai garantir a existência de alunos nos cursos de licenciatura de formação de professores?

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — O esquema tem demasiadas e profundas implicações para ser adoptado de ânimo leve. Tem o Governo claras ideias sobre o assunto? Se tem, é necessário que sejam conhecidas e aceites. Se não tem, não deve pôr-se a legislar, criando problemas, porventura insolúveis, ao sistema educativo e que surgirão em toda a sua plenitude daqui a meia dúzia de anos.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Para além dos problemas que deixámos enunciados e que nos preocupam profundamente, outros gostaríamos de desenvolver, mas as limitações de tempo obrigam-nos a enumerar apenas alguns:

O desemprego dos professores, do ensino primário ao secundário, como vai ser resolvido? A abertura do ano escolar vai processar-se nas datas legais ou volta a alargar-se o critério? As bases gerais do ensino do Governo anterior que destino irão ter?

Qual a política de juventude escolar, designadamente no que se refere à ocupação dos tempos livres? Continuarão entregues a si mesmos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como se infere na nossa exposição, o Programa do Governo contém algumas medidas que merecem o nosso apoio, mas consideramo-lo manifestamente inadequado, pelas suas imperfeições e lacunas, para resolver os grandes problemas que se põem no sector da educação.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — A história não perdoará à actual geração a sua incapacidade para promover o arranque do futuro, arranque que reside no sector educacional.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Gonçalves Sapinho, a sua longa e nem sempre clara intervenção suscita-me tantos pontos de discordância que certamente não me sobraria tempo para os colocar. Limitar-me-ei, pois, a duas simples questões.

A primeira refere-se ao ensino particular. Compreendo perfeitamente que o Sr. Deputado, ligado como está, profissionalmente, ao ensino particular, julgue dever defender os respectivos interesses — creio ser razoável e até justo, pois está no seu direito. Contudo, comprehendo menos bem que o Sr. Deputado pretenda como uma acusação o facto de concluir que a aplicação do Programa deste Governo continuaria a manter o ensino particular — isto é, o ensino não público — numa situação supletiva e, por assim dizer, secundária em relação ao ensino público. Pergunto: mas não é mesmo assim que deve ser? Isto é, não é assim que, constitucionalmente, o ensino não público deve ser, efectivamente, supletivo apenas do ensino público, ou pretenderá o Sr. Deputado inverter a situação e transformar o ensino público em supletivo do ensino particular?

A segunda pergunta refere-se a uma matéria que o Sr. Deputado não tratou, e por isso mesmo me sinto no direito de a colocar. Entre as várias soluções que o Programa do Governo adopta, conta-se a de manter o actual regime de *numerus clausus*, isto é, de contingência administrativa do acesso ao ensino superior, instituído por um dos «Ministérios Cardia». Como o Sr. Deputado se lhe não referiu, creio legítimo concluir que concorda com esse regime, o que me leva a formalizar a pergunta. Primeiro: o Sr. Deputado concorda com o actual regime de contingência do acesso ao ensino superior? Designadamente, o Sr. Deputado concorda em que entre as escolas do ensino superior a que esteja liberta do regime de *numerus clausus* seja a Universidade particular que existe em Portugal?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalves Sapinho, para responder.

O Sr. Gonçalves Sapinho (PSD): — Sr. Deputado Vital Moreira, agradeço-lhe as perguntas que fez porque irão permitir clarificar alguns pontos da minha intervenção.

Começaria, pois, pela última pergunta que me põe, que é a do *numerus clausus*. Não é verdade que eu não tenha referido na minha intervenção o problema do *numerus clausus*. Efectivamente, eu referi, logo no início, que uma das nossas preocupações é que o *numerus clausus* daria origem a vastíssimas injustiças, pelo que propúnhamos a revisão dos critérios de acesso à Universidade através do *numerus clausus*, do Ano Propedéutico e de outros. Portanto, não é verdade que não referi essa questão.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Em que sentido?

O Orador: — Quanto ao problema do sentido, não somos governo e, portanto, não é um problema que tenhamos de tratar aqui. Além disso, já tornámos pública muitas vezes a nossa posição, segundo a qual entendemos também que o *numerus clausus*, transitoriamente admitido, é também uma consequência de erros passados, designadamente da era gonçalvista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Só um momento, Sr. Deputado.

Sobre a questão do ensino particular existem, depois do 25 de Abril, salvo erro, duas situações: é a situação do ensino particular supletivo e a do ensino particular paralelo ao ensino oficial. O tratamento que dei na generalidade ao problema do ensino particular aplica-se tanto ao ensino paralelo como ao ensino supletivo. Mas o que frisei na especialidade foi exactamente o ensino particular supletivo e, em relação a este, permito-me discordar das opiniões do Sr. Deputado Vital Moreira, pela seguinte razão: o Governo, designadamente o I e o II Governos Constitucionais, legislou no sentido de o ensino particular supletivo funcionar em igualdade de circunstâncias com o ensino oficial. Mas o Estado, que daria um apoio a esse ensino, proíbe totalmente que o ensino particular supletivo possa cobrar qualquer espécie de verba aos alunos. Quer dizer, as fontes de receita do ensino particular supletivo são apenas aquelas que o Ministério da Educação lhe dá, uma vez que lhe proíbe expressamente a possibilidade de cobrar qualquer mensalidade aos alunos.

Ora, se o Ministério, não permitindo aos estabelecimentos de ensino particular supletivo que cobrem qualquer verba, lhes dá uma verba diminuta, considero que o Ministério da Educação está a explorar totalmente os professores do ensino particular supletivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É, pois, contra essa exploração dos professores do ensino particular supletivo que me bato e continuarei a bater.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Para que efeito é que o Sr. Deputado pede a palavra?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Gonçalves Sapinho não me deixou interrompê-lo — está no seu direito e não sou eu que lho vou contestar. Portanto, tenho de recorrer à figura de dar um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Então faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Queria dizer ao Sr. Deputado Gonçalves Sapinho que não respondeu à pergunta que fiz a propósito do *numerus clausus*. Isto é, em que sentido é que o PSD propõe a revisão do actual regime do *numerus clausus*. Outra pergunta que fiz é a seguinte: se considera que, não havendo discriminação entre escolas públicas e particulares, o regime do *numerus clausus* se deve aplicar também à Universidade particular e que, portanto, aqueles que têm dinheiro para ir para a Universi-

dade particular não devem estar numa situação privilegiada em relação àqueles que têm que ir para a Universidade pública.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalves Sapinho, para responder.

**O Sr. Gonçalves Sapinho (PSD):** — Pessoalmente considero que já respondi a todas as perguntas que o Sr. Deputado Vital Moreira formulou. Em relação à última parte, é uma inovação e por isso não me parece que seja regimental nem a pergunta nem a resposta.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não é inovação, não!

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — A nossa posição já foi enunciada imensas vezes!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não a querem explicar!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró, para uma intervenção.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo: O capítulo dedicado ao trabalho, emprego e formação profissional é, sem dúvida, aquele em que as inconsequências, as incoerências, as hesitações, as contradições e a demagogia do Governo de independentes se tornam mais patentes e notórias.

Toda a política de trabalho exige uma opção política clara sobre os principais temas que dominam a participação dos trabalhadores no Estado democrático, na empresa, nas suas associações de classe, nas suas relações com o Governo e outros Órgãos de Soberania e sabe-se que, apesar de terem decorrido mais de dois anos sobre a entrada em vigor da Constituição, muita da legislação ordinária nela prevista não está ainda aprovada e ao serviço das classes trabalhadoras.

Bastará dizer que o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho, que é a fonte das relações de trabalho e que determina o estatuto do trabalhador perante o empregador, é, ainda, em grande parte, regulado pelo Decreto-Lei n.º 49 408, elaborado pelos técnicos competentes e independentes do Sr. Marcelo Caetano, que então, mau grado as suas íntimas tendências anticorporativas e esquerdistas, gastaram o seu talento para construir um corpo compacto de comandos, para servir a apropriação privada dos meios de produção.

Certamente que não é indiferente, porque não é a mesma coisa, certas expressões como «política social», «estabilidade social», «recuperação económica», «reais interesses dos trabalhadores», «organizações representativas dos trabalhadores», «participação dos trabalhadores na vida económica», etc., no pensamento corporativo dos técnicos de Marcelo Caetano, dos técnicos ao serviço do regime democrático ou dos técnicos ao serviço do totalitarismo de esquerda, mesmo que todos eles se afirmem independentes e uns mais competentes do que os outros. Todos nós ouvimos das bocas dos altos dignitários do Estado Novo e dos golpistas de esquerda todas aquelas palavras e sabemos bem qual o sentido e o alcance que lhes é atribuído pelos seus autores.

Por isso mesmo, sem que nós saibamos com certeza e clareza as opções político-partidárias dos responsáveis pelo Ministério do Trabalho, torna-se sumamente difícil a tarefa de interpretarmos em termos políticos — que é a que interessa a esta Câmara — o programa de acção desse departamento governamental.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tal como no Programa do II Governo Constitucional, o Governo utiliza a expressão mágica — «estabilidade social» — mas não deseja assegurá-la já através do chamado pacto, acordo ou contrato social tripartido entre o Governo e associações profissionais dos trabalhadores e a organizações empresariais, mas através da consulta e negociação directa entre as forças sociais em presença.

O abandono, por parte do Governo, do projecto de «contrato social» é uma opção política de fundo, muito importante, e representa uma acentuada inflexão para a esquerda e uma conciliação com as críticas do Partido Comunista Português e da sua Intersindical.

**Uma voz do PCP:** — Ai que medo!

**O Orador:** — Todos estarão lembrados de como o Sr. Deputado Domingos Abrantes, na discussão do Programa do II Governo, criticou violentamente o «pacto social», afirmando que a concertação era a capitulação do movimento operário.

Sabe-se, por outro lado, e o próprio Primeiro-Ministro o reconheceu na sua alocução inicial, que ainda estamos muito longe do consenso sobre as «organizações representativas dos trabalhadores e dos empresários, independentes e autónomas» para se sentarem à mesma mesa e, também para em concertação, dialogarem sem a intervenção mediadora do Governo. Os insultos, as calúnias e a guerrilha ideológica que a Intersindical move às organizações empresariais — designadamente à CIP, CAP e CCP — são de si suficientes para não termos quaisquer dúvidas sobre a impossibilidade de se chegar a quaisquer soluções possíveis, muito menos realistas, para resolver os conflitos decorrentes das relações do processo produtivo, para utilizar a nova linguagem de sabor acutuadamente marxista do capítulo do Programa que estamos a criticar.

**A Sr.º Ercília Talhadas (PCP):** — É a voz da ITT!

**O Orador:** — Todavia, o problema não acaba aqui. Toda a política da Intersindical tem sido a de impedir na prática a substituição da lei sindical gonçalvista — o Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril —, que os comunistas consideram uma «conquista histórica» do seu movimento sindical. Não foi ainda possível à Assembleia da República — por o Partido Socialista não se ter ainda empenhado a fundo nesta matéria — aprovar a lei das associações sindicais consentânea com o princípio da liberdade sindical consagrado solenemente na Constituição e garantir a democraticidade interna das organizações profissionais dos trabalhadores portugueses. E sem a publicação da lei sindical, enquanto o País viver sob o império da lei gonçalvista de vocação unicitária e

antidemocrática, não poderá haver qualquer política social digna deste nome.

Mas o Programa do Governo passa como o gato sobre as brasas, prometendo vagamente a aplicação da lei sindical às recomendações da OIT e aceitando para imediato, como convém à Intersindical e ao PCP, a representatividade da central comunista e a ela confia o propósito de manter a estabilidade social, sem cuidar de gravíssimos inconvenientes e retrocesso que vai causar desta forma à formação e implantação das organizações sindicais verdadeiramente livres, independentes e autónomas.

#### **Uma voz do PCP: — O CDS talvez!**

**O Orador:** — O Governo compromete-se a tomar medidas que se imponham como necessárias para que o processo de contratação colectiva possa desempenhar a sua função normativa de relações laborais nos diferentes sectores da actividade, reduzindo ao mínimo necessário o recurso à via administrativa.

Dissemos já que não pode existir contratação colectiva capaz sem concertação prévia sobre a política social entre os parceiros sociais e o Governo. De outra banda, não existe ainda lei informadora de contratação colectiva, estando a matéria incompleta e rudimentarmente disciplinada em três diplomas publicados depois de 25 de Abril.

Ora, quando o Governo erige o princípio da contratação colectiva como único capaz de desempenhar a sua função de normalizador de relações sociais e de fixar todos os normativos que devem presidir às relações entre empregador e empregado, põe-se a questão de saber qual a opção do Governo quanto à natureza, extensão e âmbito das matérias que devem ser cobertas pela contratação, em prejuízo das normas imperativas que devem integrar a Lei do Contrato Individual de Trabalho.

Por outras palavras: o conteúdo da relação individual de trabalho pode ser obrigatório, limitando o direito da contratação às matérias da tabela salarial e cláusulas pecuniárias afins e aos aspectos que sejam verdadeiramente particulares, exclusivos e próprios de cada sector; ou, segundo a tese oposta, que é a da Intersindical, a liberdade de contratação deve ser plena, cabendo à lei geral tão-somente fixar a tutela dos interesses gerais de ordem pública.

O Governo passa ao largo destes problemas sem os equacionar e aceita, segundo uma interpretação objectiva do texto do Programa, as reivindicações da central comunista, porquanto não põe qualquer acento tónico na importância da revisão do Decreto-Lei n.º 49 408, que estava em curso na vigência do II Governo Constitucional.

Continuando nesta parte, que no capítulo aparece como «Considerações gerais», o Governo promete dar forma à concretização de uma política de apoio à participação dos trabalhadores na vida económica e social do País. Que entende o Sr. Ministro do Trabalho, concretamente, por esta expressão rebarbativa, «concretização de uma política de apoio à participação dos trabalhadores»?

Quererá com isto dizer que o Governo mais uma vez se submete à tese do PCP e da sua Intersindical, segundo a qual o artigo 56.º da Constituição define a competência da comissão de trabalhadores, sendo este normativo de aplicação directa, imediata e vin-

culativa, e qualquer regulamentação legal a seu respeito só poderá traduzir um desdobramento e pormenorização desse preceito com vista a melhor garantir a aplicação e eficácia do preceito constitucional?

Será este o sentido, como parece depreender-se do discurso governamental, quando se lê, a p. 231 do Programa, o seguinte naco de prosa: «[...] considerou o Governo [...] que se deverá passar da fase legislativa em que se encontram expressos direitos e deveres das partes em presença, para se entrar na sua efectiva realização prática [...]»? Será isto?

Neste particular domínio dos direitos das comissões de trabalhadores, o Governo propõe-se conciliar o exercício do direito de *contrôle* de gestão com a autonomia da gestão das empresas.

O que é que se pretende verdadeiramente dizer com esta expressão ambígua, «autonomia da gestão da empresa»? Sabido como é e como se viu durante a discussão da Lei das Comissões de Trabalhadores que esta Câmara está profundamente dividida sobre a noção e alcance do *contrôle* de gestão pelos trabalhadores, qual é a opção do Governo nesta matéria?

Entende o Governo que o elemento fundamental da estabilidade social é a política de salários, afirmado ser propósito firme seu não deixar deteriorar os índices de salários reais existentes. Mas não diz a equipa governamental como vai atingir este objectivo, remetendo a Assembleia, neste particular, para Conselho Nacional de Rendimentos e Preços.

Por outro lado, não fixa o Governo logo à partida o limite do aumento da massa salarial nem se compromete a manter a regra da revisão anual das remunerações.

Será que vamos passar a adoptar a regra de a Intersindical ditar quando devem ser revistas as tabelas salariais e fixar por seu livre alvedrio o montante periódico dos aumentos?

Na segunda parte do capítulo, quanto às medidas que o Governo pensa adoptar, elas só por si justificariam que a este Governo fosse concedido, excepcionalmente, um prazo de governação de pelo menos três legislaturas, se tivermos em conta a extensão e complexidade do rol das leis que ele pretende elaborar e fazê-las aprovar.

Esquecendo-se que se trata de um mero Governo de transição, cuja vida será de horas ou de dias, sem apoio de qualquer Deputado desta Câmara, o Governo de Nobre da Costa propõe-se legislar sobre as matérias mais polémicas e quentes que se pode imaginar: *contrôle* de gestão; lei da contratação colectiva; regulamentação do trabalho rural; lei do salário mínimo nacional; lei da duração do trabalho; lei de faltas, férias e feriados; lei dos contratos a prazo; lei dos despedimentos; lei de trabalho por turnos, etc., de modo a dotar o País com sólido, exaustivo e tecnicamente perfeito código de trabalho, que seria o monumento legado aos trabalhadores portugueses pelo Governo dos homens independentes e competentes do Governo do Sr. Engenheiro Nobre da Costa.

Simplesmente só o facto de o Governo querer fazer a revisão do curto prazo da sua existência sem o apoio das forças políticas e de todos os principais aspectos da relação jus-laboral é mero desejo febril e não um

propósito realista como conviria a um governo tecnocrata minimamente prudente.

Com que apoios parlamentares sonha o Governo para fazer passar a plethora da sua legislação social?

Com que forças extraparlamentares conta a nova equipa da Praça de Londres para adiar a resolução dos problemas urgentes que só um governo de base parlamentar estável poderia resolver?

Este Governo, na medida em que, como ficou demonstrado, satisfaz logo à partida as reivindicações da Intersindical, na medida em que introduz a indefinição e confusão no tratamento das matérias que reclamam uma opção política clara, adia a publicação dos principais instrumentos tendentes à democratização e desgonçalvização da política social e interrompe o sério esforço que neste sentido o Ministério do Trabalho do II Governo Constitucional, com o aplauso das forças democráticas, vinha desenvolvendo com persistência e idenodo, representa um recuo grave e uma ameaça séria para o desenvolvimento económico e a recuperação da crise.

Estão de parabéns a Intersindical e o Partido Comunista Português.

*Aplausos do CDS.*

**Vozes do PCP:** — Muito obrigado!

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Está cada vez menos português!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito é que o Sr. Deputado pede a palavra?

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente, é apenas para um breve comentário, a título de esclarecimento, à intervenção do Sr. Deputado Narana Coissoró.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — O Sr. Deputado Narana Coissoró é certamente um dos mais coriáceos e empedernidos adversários idos interesses dos trabalhadores nesta Assembleia.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Já o demonstrou várias vezes e a intervenção que acaba de produzir seria exemplar típico sem necessidade de repetição. As afirmações que produziu são de tal modo claras sobre a opção dos interesses de classe do grande capital que nos dispensam — e antes nos exigem que não lhe dispensemos — a honra de uma pergunta sequer, ou pedido de esclarecimento.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Narana Coissoró.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quase que me dispensaria de responder ao Sr. Deputado Vital Moreira, porque a pobreza

de espírito do Sr. Deputado Vital Moreira — que parece estar de serviço para pedir esclarecimentos a todos os Deputados que falam de outras bancadas — é tão grande que nem sequer produziu um único argumento de fundo ou de forma quanto à minha intervenção, dizendo unicamente o que ele próprio gosta de se ouvir para dizer que está ao serviço dos trabalhadores portugueses. Os trabalhadores portugueses sabem quem é Vital Moreira ...

**Vozes do PCP:** — Pois sabem, sabem!

*Aplausos do PCP.*

**O Orador:** — ..., qual o serviço que ele prestou e presta aos trabalhadores portugueses e que serviço é que ele é capaz de prestar a todos aqueles que defendem as teorias demagógicas que o próprio Dr. Vital Moreira, na Universidade, não defende.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

**O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Silva Lopes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na minha intervenção procurarei responder às principais críticas e questões que foram apresentadas a respeito da parte do Programa do Governo que trata da política económica global.

Essas críticas e questões são assaz numerosas. Não terei, certamente, tempo de responder a todas de uma forma suficientemente clara e completa. Por isso terei de optar entre procurar dar respostas sucintas a muitas dessas questões, independentemente da sua importância, ou concentrar a minha atenção preferencialmente sobre os pontos que me parecem mais relevantes.

Optarei por esta segunda alternativa. Peço, pois, desculpa aos Srs. Deputados por deixar sem resposta algumas questões que me parecem de importância secundária. Refiro-me, especialmente, a alguns dos reparos feitos pelos Srs. Deputados Sousa Franco e Carlos Carvalhas, que foram aqueles que até agora apresentaram críticas mais detalhadas à parte do Programa do Governo que trata da política económica global.

Vou tratar, essencialmente, de dois pontos: os problemas de equilíbrio entre o sector público empresarial e o sector privado e os problemas da dependência em relação ao FMI e ao endividamento externo.

No que respeita ao sector público empresarial e ao sector privado, o Sr. Deputado Carlos Brito, do PCP, acusa o Programa do Governo de estabelecer uma política de «grande severidade para com as empresas e sectores nacionalizados» e, além disso, afirma que «se multiplicam pelo Programa as indicações de medidas discriminatórias contra o sector público, entre outros, nos domínios do crédito, do investimento e do emprego».

Em contrapartida, o Sr. Deputado Freitas do Amaral, do CDS, acusa o Programa de não aludir, ao menos como objectivo prioritário, à racionalização do sector público.

O Sr. Deputado Sousa Franco faz, também, referência à necessidade de racionalização do sector público, dizendo que ela não aparece inscrita nos princípios gerais do Programa.

No que respeita à política a seguir em relação ao sector privado, o Programa é também atacado pelo PCP por definir «uma política de favor ao grande capital» — isto é uma transcrição — e por anunciar «a entrega de milhões de contos aos capitalistas», e é atacado pelo CDS por não incluir a referência «à devolução ao sector privado daquilo que lhe pertence à face da lei ou daquilo que seria legítimo e conveniente devolver-lhe para melhor eficiência da economia nacional» — isto é também uma transcrição.

O contraste entre estas duas opiniões mostra como é fácil a alguns Srs. Deputados extraírem de um mesmo texto conclusões diametralmente opostas.

Para tentar afastar as dúvidas que, pelos vistos, existem, vou procurar apontar as principais linhas de orientação da política a aplicar às empresas públicas e privadas, tal como estão definidas no capítulo sobre política económica global do Programa do Governo.

Para esse efeito considerarei os seguintes pontos:

Em primeiro lugar, o princípio da não discriminação entre o sector empresarial do Estado e as empresas privadas.

Em segundo lugar, o problema da racionalização da actividade do sector empresarial do Estado.

Em terceiro lugar, o problema da transferência das participações do Estado.

Em quarto lugar, o problema da criação das sociedades de investimento e outras parabancárias.

Por fim, o problema das indemnizações pelas nacionalizações e expropriações.

Quanto à não discriminação entre o sector empresarial do Estado e as empresas privadas, o Programa enuncia logo no começo do capítulo VIII um princípio bem claro:

A política do Governo em relação aos sectores empresariais público, privado e cooperativo será orientada pelo objectivo de assegurar um desenvolvimento equilibrado entre eles.

Este princípio implica que se procurem anular as discriminações e distorções injustificadas entre os diversos sectores.

Tenho de reconhecer que não é um princípio de aplicação fácil. As empresas públicas e as empresas privadas não são sempre comparáveis.

A actuação das empresas públicas não é sempre tão negativa como frequentemente se diz. É preciso não nos esquecermos de que as empresas públicas têm muitas vezes o encargo de manter serviços não rentáveis por razões de ordem social, são muitas vezes forçadas a vender os seus produtos abaixo do custo por razões de ordem social ou política e que, além disso, há algumas empresas públicas que funcionam em sectores internacionalmente em crise, sendo o caso mais destacado, como sabem, o da construção naval. Portanto, não se pode esperar que as empresas públicas que trabalham nestas condições apresentem sempre grandes lucros e resultados económicos brilhantes.

Por outro lado, as empresas privadas, embora na maior parte dos casos — este princípio não está em causa — dêem uma contribuição indubitavelmente positiva para a economia nacional, também podem, em certos casos, trabalhar em actividades de tipo espe-

culativo, ou actividades que contribuem pouco para o crescimento do produto nacional, ou que estão mais ligadas a actividades de importação, etc.

Portanto, não se pode querer sempre um tratamento linearmente igual para empresas públicas e para empresas privadas.

De qualquer maneira, é evidente que se deverá procurar abolir todas as discriminações injustificadas. Também é verdade que as empresas públicas têm sido nos últimos anos um factor importante de agravamento do desequilíbrio económico nacional e que é preciso fazer o possível para corrigir esse desequilíbrio. Essas empresas têm muitas vezes prejuízos elevadíssimos, que vêm da ineficiência no seu funcionamento. Por outro lado, têm-se lançado em investimentos de elevado montante e de fraca reprodutividade para a economia nacional, que absorvem recursos escassos da poupança que ficam a faltar para outros sectores.

Há, efectivamente, o risco de as empresas públicas absorverem uma parte desproporcionada da expansão do crédito que é tolerada pelo nosso acordo com o FMI. Devemos, por isso, fazer todo o possível para reduzir as necessidades de financiamento das empresas públicas, quer reduzindo os seus deficits, quer racionalizando os seus investimentos.

Essas empresas não podem continuar a ser, como têm sido até aqui, uma sobrecarga excessiva para o resto da economia.

Para atenuar os riscos de as empresas públicas absorverem uma parte desproporcionada do crédito, o Governo prevê no Programa várias medidas concretas.

Não é correcto dizer-se que o Programa do Governo não tem medidas de racionalização para o sector empresarial do Estado.

Essas medidas aparecem enumeradas com algum detalhe e incluem, nomeadamente, e peço desculpa por o lembrar, a introdução de um sistema de planeamento por objectivo para as empresas públicas com metas anuais para a produção, os custos, os efectivos de pessoal, a produtividade, a estrutura financeira e os investimentos.

Tenho de reconhecer que não é tarefa que se consiga realizar em um ou dois meses.

Montar um sistema de planeamento efectivo exige, realmente, tempo, mas é preciso que esse tempo não seja perdido e que se comece a avançar o mais rapidamente possível.

Este Governo anunciou no Programa a intenção de começar a trabalhar nesse domínio com mais efectividade do que até aqui.

Outro princípio que está mencionado no Programa é o da necessidade de maior flexibilidade, de maior realismo, nos preços de certas empresas públicas.

Eu bem sei que a elevação dos preços de algumas empresas públicas é por vezes impopular, na medida em que vai aumentar a inflação e vai criar reacções desfavoráveis por parte dos utilizadores dos serviços dessas empresas públicas.

No entanto, se nós continuarmos a financiar os deficits por criação monetária, a inflação virá na mesma e os encargos com os deficits, em vez de serem suportados pelos utilizadores, são suportados por toda a população, por vezes por aqueles que não têm qualquer acesso aos serviços das empresas públicas financiadas.

Portanto, quer por uma razão de combate à inflação, quer por uma razão de justiça social, é necessário que os preços das empresas públicas, mesmo alguns daqueles que se referem a serviços com carácter social, sejam fixados em bases mais realistas e mais flexíveis.

No Programa faz-se também referência ao saneamento financeiro e à selecção rigorosa dos investimentos. Aqui eu quero sublinhar que até esta altura, em meu entender, a política de investimento do sector público não tem sido suficientemente estruturada, têm-se feito alguns investimentos, na minha opinião de rentabilidade, em termos globais, bastante discutível, a absorver grande proporção dos fracos recursos nacionais que nós temos para o investimento, para produzir resultados bastante fracos, quer em termos de emprego, quer em termos de balança de pagamentos, quer em termos de contribuição para o produto nacional.

Faz-se também referência no Programa do Governo à introdução de métodos de auditoria mais eficazes, etc. ...

Não é, portanto, correcto afirmar, como aqui foi feito, que o Programa não se preocupa com a racionalização do sector empresarial do Estado. Preocupa-se. E preocupa-se em termos tais que o PCP chegou a afirmar que no Programa o sector empresarial do Estado é tratado «com grande severidade».

Não se procurou, evidentemente, fazer um ataque ao sector empresarial do Estado com a enumeração das medidas que o Programa prevê.

A convicção que está por trás deste Programa é a de que só com a racionalização do sector empresarial do Estado é que ele pode sobreviver e pode ser um factor positivo para o progresso económico nacional. Em vez de ser um peso para a economia, como tem sido nos últimos anos, deve ser um factor de dinamização, mas isso só se consegue com a racionalização em termos idênticos aos que foram propostos.

Como disse, a racionalização não se vai conseguir a curto prazo. Não é de um dia para o outro que se vai fazer da nossa marinha mercante uma marinha tão eficaz como a de outros países europeus ou que vamos fazer com que a refinaria de Sines se torne completamente viável.

De qualquer maneira, o Governo tem a intenção de reduzir alguns *deficits* através de medidas do tipo daquelas que eu fui apontando e, inclusivamente, de corrigir alguns dos privilégios de que as pessoas que trabalham nas empresas públicas gozam em relação aos trabalhadores dos outros sectores.

Falando agora do problema da transferência das participações do Estado, também sobre esta matéria nos fazem acusações contraditórias. O Governo é acusado, por um lado, de encarar as transferências de participações do Estado para o sector capitalista e é acusado, por outro lado, de não aludir «à devolução para o sector privado daquilo que lhe deve pertencer pela lei e em face daquilo que é legítimo e conveniente devolver-lhe para melhor eficiência da economia nacional».

Mais uma vez estamos perante críticas contraditórias.

O que se diz no Programa é pouco, mas parece-me suficientemente claro. O que se diz no Programa é

que se prosseguirá com os trabalhos de identificação e análise das participações do IPE que, pela sua natureza ou pelo reduzido valor, não interessa conservar nesse Instituto. Depois crescenta-se que tais trabalhos envolverão o estudo das condições em que tais participações podem vir a ser alienadas.

No que respeita ao primeiro destes pontos, é de mencionar aqui que a intenção do Governo é actuar rigorosamente dentro dos limites que estão inscritos no artigo 83.º da Constituição, no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 46/77, aprovada por esta Câmara, e nos artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 80/77, também aqui aprovada.

Portanto, o Governo apenas se propõe dar execução a legislação que foi aqui aprovada.

As participações do IPE são, actualmente, mais de mil e quinhentas. Dessas participações a grande maioria refere-se a empresas excessivamente pequenas ou a participações do Estado de tal maneira minoritárias que não interessa, de maneira nenhuma, conservá-las. Apenas em relação a umas oitenta a cem participações se põe o problema de saber se elas devem ser retidas no sector empresarial do Estado ou se haverá alguma vantagem em transferi-las para o sector privado ou para o sector cooperativo.

É em relação às mais de mil e quatrocentas participações pequenas que o problema da transferência se põe. Nalguns casos não se trata, sequer, de transferência, trata-se, pura e simplesmente, da extinção de empresas que não têm grande significado económico e às vezes só têm existência jurídica.

Em relação às oitenta a cem restantes, aquelas onde se pode pôr o problema de transferência ou não transferência para o sector privado, são, evidentemente, necessários estudos cuidadosos.

O Governo não tem qualquer intenção de tomar decisões neste domínio. A única coisa que anunciou foi que procuraria fazer estudos. Penso que, dentro do horizonte temporal que em qualquer hipótese este Governo tem, nunca terá necessidade de tomar decisões. Trata-se, no fim de contas, de uma opção política que melhor poderá ser tomada por um governo com outra estrutura e outras bases.

O Governo indicou também que iria estudar as condições em que as transferências podem vir a ser feitas. Trata-se também neste caso de um trabalho puramente técnico. O que se pensa é fazer algum avanço nos trabalhos de avaliação das participações, de definição dos processos competitivos de adjudicação e das condições para opções a dar a cooperativas de trabalhadores, tal como está previsto na Constituição. Trata-se, portanto, apenas de fazer trabalho preparatório e não de tomar decisões.

Passo agora a referir o quarto dos pontos que mencionei no início: a criação de sociedades de investimento, de desenvolvimento regional e de *leasing*.

As intenções anunciadas pelo Governo neste domínio subordinam-se rigorosamente ao que está disposto na Lei n.º 46/77.

É verdade que já aqui foi dito que essa lei dá uma possibilidade ao Governo, mas não impõe uma obrigação.

O Governo, apesar disso, entendeu que devia incluir esta iniciativa no seu Programa, por considerar que ela tem interesse para a economia nacional. Ela pode contribuir para a dinamização do investimento,

para a criação de novos empregos e para o progresso da exportação. Aliás, se o Governo aprovasse um diploma que desagradasse à Assembleia, não tenho dúvidas de que a Assembleia poderia corrigi-lo. Portanto, se neste aspecto o Governo vier a exorbitar, a Assembleia tem as possibilidades completas de corrigir os erros que venham a ser feitos. O PCP tem, nessa altura, possibilidade de tentar impor os seus pontos de vista aqui, em discussão, nesta Assembleia.

De qualquer forma, posso esclarecer que não é de maneira nenhuma ideia do Governo, na regulamentação das sociedades de investimento, prever a possibilidade de essas sociedades receberem depósitos ou praticarem operações de crédito a curto prazo ou praticarem operações cambiais do tipo das que os bancos fazem. Por conseguinte, não se trata, de maneira nenhuma, de criar sucedâneos para os bancos ou empresas que entrem a concorrer directamente com os bancos nas suas actividades essenciais.

O Governo foi também acusado de, neste capítulo do Programa, não ter feito referência às caixas de crédito agrícola mútuo, às cooperativas de crédito e a outras instituições parabancárias. Pretendia-se que o Governo promettesse a regulamentação deste tipo de instituições. Esta acusação vem do Sr. Deputado Sousa Franco.

A única resposta que tenho a dar é a seguinte: o Sr. Deputado, a certa altura, acusa o Governo de apresentar um Programa demasiado ambicioso, que, em termos optimistas, exigiria quatro ou cinco anos para ser executado e depois enuncia uma série de medidas que acha que deveriam constar do Programa do Governo. Afinal parece que acha que o Programa do Governo devia cobrir um período de cinco ou seis anos em vez de quatro. Efectivamente, dentro do horizonte de que este Governo dispõe, não seria possível estar a contemplar tudo. Não vemos que seja possível, portanto, em qualquer caso, para um Programa de alguns meses, estar a incluir a regulamentação de sociedades do tipo das que foram mencionadas.

Passo agora ao problema das indemnizações. Nesta matéria também a intenção do Governo é pura e simplesmente dar execução ao que está previsto na legislação aprovada pela Assembleia. Essa legislação é suficientemente detalhada quanto a critérios e quanto a processos. Em princípio, o Governo não tem grandes possibilidades de optar por uma solução ou por outra. Tem de dar cumprimento àquilo que está previsto.

Pode acontecer que em matérias como, por exemplo, a da mobilização antecipada de indemnizações possa haver às vezes uma certa possibilidade de escolha. Nesse aspecto, em princípio, o Governo nunca poderá ser muito generoso, até porque há limitações importantes que são impostas pelas restrições à política de crédito. No entanto, se o Governo não vier a fazer aqui as opções mais correctas, a Assembleia tem todas as possibilidades de o corrigir.

O Sr. Deputado Sousa Franco faz ao Governo uma crítica de tipo contrário, na medida em que diz que gostaria que o Governo tivesse dito alguma coisa sobre a possível revisão dos juros dos títulos de indemnização que tenha em conta as alterações ocorridas nos mercados do dinheiro e também sobre as eventuais alterações aos critérios de mobilização. Ora, isto não são assuntos da competência do Go-

verno. Estão regulamentados pela lei e o Governo não pode, de maneira nenhuma, estar a alterar a lei aprovada na Assembleia. Por outro lado, nem sequer acha que tenha a responsabilidade de apresentar a esta Assembleia iniciativas neste domínio. Trata-se de iniciativas de carácter marcadamente político e o Governo não se sente à vontade para tomar opções neste domínio. Portanto, se realmente a Assembleia pretende ver alteradas as taxas de juro dos títulos de indemnização, em princípio, a iniciativa deve ser tomada por ela.

Passo agora ao problema da dependência em relação ao Fundo Monetário Internacional e ao endividamento externo.

O PCP, pela voz do Sr. Deputado Carlos Brito, acusou o Programa do Governo de «uma chocante submissão fatalista aos empréstimos externos e às exigências do Fundo Monetário Internacional». Por outro lado, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas ataca o mesmo Programa por ele concordar com «as vexatórias imposições do Fundo Monetário Internacional.»

Para responder a estas críticas, vou considerar dois pontos: o primeiro é o da necessidade de um rigoroso cumprimento do acordo com o FMI; o segundo é o da indispensabilidade de continuarmos a recorrer em larga medida a empréstimos externos, para evitarmos o agravamento da crise económica nacional.

Começo, portanto, com o problema do cumprimento do acordo com o FMI.

Esse acordo é um compromisso internacional do País. Penso que ninguém propõe, certamente, que Portugal deixe consciente e deliberadamente de cumprir as obrigações internacionais a que se obrigou.

Aliás, se o fizesse, as consequências financeiras seriam extremamente sérias. Todos os empréstimos internacionais recentes foram conseguidos graças ao acordo com o FMI. Isto aplica-se quer ao empréstimo de 750 milhões de dólares, obtido de um grupo de países do Ocidente, quer ao empréstimo de 450 milhões de dólares, obtido de dois consórcios de bancos privados. Se o acordo com o FMI não for cumprido, nós teremos as maiores dificuldades em vir a obter novos financiamentos no futuro e teremos inclusivamente grandes dificuldades em manter alguns dos financiamentos actualmente existentes, nomeadamente no que se refere à renovação de empréstimos a curto prazo vigentes. Aliás, acho importante dizer que o montante de empréstimos a curto prazo que vão sendo sucessivamente renovados ao nosso país é bastante elevado. Além disso, mesmo em relação aos empréstimos a médio prazo, nós poderíamos vir a ter dificuldades se o acordo com o FMI não fosse cumprido.

A este propósito, lembremo-nos do exemplo do Peru. O Peru andou durante muito tempo a resistir a uma negociação com o FMI e viu-se em tais dificuldades cambiais que, a certa altura, acabou por ter de fazer um acordo que era difícil. Passado pouco tempo, não tendo dado cumprimento satisfatório a esse acordo, e tendo ele sido rompido, as dificuldades do Peru agravaram-se extraordinariamente. Agravaram-se a tal ponto que o Peru teve de solicitar a negociação de um novo acordo, que veio a ser muito mais difícil e mais exigente que o primeiro. Entre outras cláusulas, exigia a demissão de 30 000 funcionários públicos para aliviar o orçamento desse

país. Há pouco tempo havia perturbações em Lima por causa disso. Esperemos que nós saibamos evitar que se chegue a um estado destes.

É verdade que há quem diga que o problema com o Fundo Monetário Internacional não é cumprir o acordo, mas é renegociá-lo. O Programa do Governo dá a esse respeito algumas indicações.

Há quem pense, segundo me parece, que a renegociação do acordo com o FMI será para aliviar a rigidez dos limites às concessões do crédito, ou para baixar as taxas de juro, ou para modificar a política cambial.

Penso que é bom que não alimentemos ilusões. A carta de intenções ao FMI será, nos termos previstos dessa mesma carta, rediscutida em Janeiro próximo. A rediscussão poderá envolver algumas alterações. Mas essas alterações serão discutidas à luz dos resultados conseguidos na balança de pagamentos e do cumprimento das metas a que nos obrigámos. Se a balança de pagamentos de transacções correntes não estiver a caminhar para o objectivo que foi previsto, se estiver em riscos de vir a exceder esse objectivo — o que eu, aliás, não creio que venha a acontecer —, as condições da carta tornar-se-iam certamente muito mais drásticas. E só na hipótese de haver razões que nos levassem a crer que o *deficit* seria muito menos do que está previsto no acordo, é que nós poderíamos esperar uma modificação substancial nas condições restritivas que nele estão previstas.

Por outro lado, se eu penso que, pelo andar que as coisas levam, o *deficit* da balança de transacções correntes previsto na carta de intenções não será certamente excedido em quantia apreciável, também não creio que se fique muito abaixo dele. Portanto, não penso que seja realista pensarmos que logo a partir do começo do próximo ano seja possível abrandar, significativamente, algumas das medidas mais restritivas previstas no acordo com o FMI.

Além disso, refere-se no Programa que é necessário nós irmos pensando no que se terá de passar depois de Março do próximo ano. O acordo com o FMI termina nessa altura e Portugal vai ter de viver vários anos ainda com grande recurso a empréstimos externos. Adiante falarei mais sobre este aspecto.

Ora, para continuarmos a poder ter acesso aos financiamentos internacionais, será absolutamente indispensável que se faça um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional para o período posterior a 30 de Março próximo. Sem esse acordo, a obtenção de empréstimos internacionais, em condições satisfatórias, será extremamente difícil, se não impossível.

Não sei em que condições é que esse acordo pode ser negociado. É cedo de mais para se terem ideias a esse respeito. Mas é bom que vamos contando com ele.

Passo agora a falar da necessidade do recurso aos empréstimos externos:

O PCP, como já disse, acusou-nos de estar a prever uma submissão fatalista aos empréstimos externos. A necessidade desses empréstimos vem, como todos sabemos, dos *deficits* da balança de pagamentos. A persistência desses *deficits* não se deve, como todos sabem, essencialmente, a erros cometidos depois do 25 de Abril, embora essa opinião esteja bastante generalizada, penso eu que não nesta Câmara, mas em outros sectores do País. Se efectivamente tivesse havido maior contenção de gastos e se tivéssemos conseguido maiores resultados no aumento da expor-

tação, ou no aumento da produção agrícola, os resultados na balança de pagamentos seriam mais satisfatórios.

Mas a contribuição que daí nos poderia ter vindo, em termos realistas, não teria sido espectacular. As grandes causas das nossas dificuldades são, como já afirmei noutras ocasiões, o aumento dos preços dos produtos importados, que não foram compensados por aumentos correspondentes dos preços das nossas exportações e os efeitos da crise económica internacional. Só os aumentos dos produtos importados, não compensados por aumentos dos preços das nossas exportações, nos custam cerca de 1 bilião de dólares por ano. Quanto à crise económica internacional, se nos lembremos que antes de ela existir havia uma saída de cerca de 100 000 emigrantes por ano deste país, que depois passavam a mandar remessas, não nos custa a calcular que, se esse movimento tivesse prosseguido, hoje as remessas dos emigrantes podiam ser superiores em, talvez, cerca de 500 milhões de dólares, ao valor que elas atingem.

Portanto, embora os erros cometidos tenham alguma responsabilidade no montante enorme do *deficit* da balança de pagamentos, eles não constituem, de modo algum, a causa principal desse *deficit*.

Para financiar o *deficit* da balança de pagamentos pode contar-se, como todos sabem, com três vias: a utilização das reservas de ouro; a redução do *deficit*; ou os empréstimos externos.

Quanto à utilização das reservas de ouro, esperamos que não seja necessário ir mais além do que já se foi. Alguma coisa se utilizou durante o ano de 1977 e nos primeiros meses de 1978. Nos últimos meses tem sido possível evitar essa utilização. Será bom que essa situação se mantenha.

Portanto, restam-nos duas alternativas: ou reduzimos o *deficit* ou continuamos a endividar-nos exteriormente.

A primeira vista parece preferível que venhamos a reduzir o *deficit*. Porém essa redução não é fácil a curto prazo. Ela implica, quase inevitavelmente, a quebra da produção e o aumento do desemprego. O endividamento externo aparece assim como uma condição para que se evitem maiores quedas da produção, ou maiores agravamentos do desemprego.

A ligação entre o *deficit* da balança de pagamentos e o volume da produção é um ponto de tal modo importante que merece ser explicado, apesar de justificações várias terem já sido apresentadas a esse respeito. Para dar a explicação, eu vou servir-me de um exemplo numérico, com referência à nossa realidade.

A balança de transacções correntes do ano de 1977 apresenta as seguintes grandezas: as importações de bens e de serviços foram de 5,6 biliões de dólares; as exportações de bens e serviços foram de 3 biliões de dólares; as remessas dos emigrantes foram de 1,1 biliões de dólares; o *deficit* da balança de transacções correntes foi, consequentemente, de 1,5 biliões de dólares.

Nós não temos ainda possibilidades de fazer uma previsão correcta para o que vai acontecer este ano. Temos, no entanto, algumas indicações que vale a pena aqui mencionar. E, a este propósito, dou resposta a algumas das questões formuladas pelo Sr. Deputado Sousa Franco.

As exportações aumentaram, em dólares, no 1.º semestre do ano passado, de cerca de 15%. Estou a referir-me a preços correntes em dólares. Mas esta comparação não é a mais rigorosa. O melhor é nós compararmos o que aconteceu no 1.º semestre deste ano, com o 2.º semestre anterior, portanto o último de 1977, feitas as correções das variações estacionais. Essa comparação mostra que as exportações de mercadorias aumentaram 5% em volume, o que significa que, em dólares, deverão ter aumentado aí à volta de uns 11% ou 12%. Se atendermos a que nos serviços, nomeadamente no turismo, os progressos foram ainda mais animadores, nós podemos dizer que, finalmente, a exportação está a crescer de uma forma, que não é ainda inteiramente satisfatória, mas é, pelo menos, bastante melhor do que a dos anos passados. No que respeita às importações, verificamos que no 1.º semestre deste ano elas excederam as do período correspondente de 1977, em cerca de 13%, no que respeita ao valor em dólares. Se fizermos a análise, em volume, do que se passou no 1.º semestre deste ano, com a correção das variações estacionais, nós vemos que as importações praticamente estagnaram.

Como as medidas restritivas, nomeadamente sobre crédito, e a desvalorização foram introduzidas em Maio, é de esperar que as importações não aumentem muito até ao fim do ano e que este ano, em volume, as importações não sejam muito superiores às do ano passado. Não é o objectivo que está previsto nas negociações com o FMI, onde, efectivamente, o que se tinha previsto era uma queda em volume das importações na ordem dos 5%, virando, no entanto, a estagnar em valor. É de prever que haverá um aumento de 5% a 6% no valor em dólares das importações. Isso não é exactamente o que estava previsto no acordo com o FMI, mas, de qualquer maneira, há aqui uma inversão de tendências que contribui para melhorar a relação entre importação e exportação. Surgiu assim uma tendência para melhoria e equilíbrio da balança de pagamentos, embora estejamos ainda muito longe desse equilíbrio.

Para analisar o que pode acontecer nos próximos anos, temos de fazer previsões quanto ao que poderia ser o desenvolvimento da exportação quanto ao desenvolvimento do produto nacional e, naturalmente, quanto à evolução das remessas dos emigrantes. Só para dar uma ideia de como vai ser difícil evitar *deficits* substanciais, vou tentar apresentar uma projecção muito simples. Está provado, por simples observação estatística, não só de que se passa no nosso país, mas do que se passa em países com estruturas similares, que cada aumento de 1% na produção exige, em regra, a médio prazo, um aumento da ordem de 1,2% nas importações.

Portanto, se o produto nacional vier a aumentar ao ritmo de 5% ao ano e se esta relação se manter, as importações terão de aumentar, em volume, quer dizer, a preços constantes, na ordem de 6% ao ano. Vamos admitir essa hipótese. Vamos, além disso, admitir que a exportação cresce a 10% ao ano, em volume — e eu já referirei adiante como este objectivo é difícil. Vamos admitir, finalmente, que as remessas dos emigrantes se mantêm a preços constantes ao nível actual — o que também traduz um objectivo difícil, uma vez que a colónia de emigrantes não está a aumentar e que, por conseguinte,

não é previsível que haja grandes aumentos, a preços constantes, das remessas dos emigrantes. Ora bem, combinando estas três hipóteses nós verificamos que o *deficit* da balança de pagamentos correntes seria, para o ano, da ordem de 1,3 biliões de dólares e, nos anos seguintes, da ordem de 1,2 biliões de dólares. Portanto, o *deficit* manter-se-ia, durante quatro anos, mais ou menos, ao nível de 1,2 biliões de dólares, o que é uma quantia apreciável. Isto mostra que o endividamento externo tem de se manter ainda durante alguns anos, a nível relativamente elevado. Não pretendo que se tirem daqui conclusões excessivamente pessimistas. Se eu tivesse prolongado os cálculos, como na minha hipótese as exportações estavam a crescer mais do que as importações, ao fim de um certo tempo o *deficit* acabava por se reduzir. Com um prolongamento suficientemente grande no futuro até passaria a aparecer um *superavit*, mas evidentemente que se trataria de um exercício puramente aritmético.

Todavia, isto não significa que não consigamos acabar com o *deficit*. O que não temos é perspectivas de acabarmos com ele rapidamente.

Por outro lado, um endividamento ao nível de 1 bilião de dólares por ano não está fora das nossas possibilidades, se adoptarmos medidas de política económica eficazes, no domínio do investimento, da produção e da contenção dos gastos. O cálculo apresentado mostra que só poderá reduzir-se a dependência em relação ao endividamento externo por uma das três vias seguintes: ou aumentamos a exportação mais rapidamente, ou reduzimos mais a dependência em relação às importações ou afrouxamos o ritmo de crescimento do produto nacional.

Vou tratar destas três alternativas.

No cálculo que fiz, a título de exemplo, tomei como hipótese um crescimento das exportações, em volume, ao ritmo de 10% ao ano. É evidente que, se eu tivesse tomado uma taxa de 15% ao ano, os *deficits* seriam menores, ou então o crescimento do produto nacional poderia ser mais rápido. Isto mostra como é importante que se dê prioridade ao crescimento rápido das exportações. Pessoalmente considero que é este, talvez, o objectivo número um da política económica nacional.

Não é, no entanto, fácil conseguir que as exportações aumentem ao ritmo de 10% ao ano, como admiti naquele exemplo. É que, actualmente, não o podemos ignorar, a economia mundial está extremamente deprimida. O comércio mundial não vai de maneira nenhuma crescer nos próximos anos a um ritmo acelerado. Por outro lado, temos problemas da capacidade do sector exportador. Nos últimos anos não se investiu suficientemente neste sector, portanto, nós não temos, neste momento, possibilidade de produzir muito mais para exportar em condições competitivas. Além disso, sofremos de uma deficiência estrutural pelo facto de termos concentrado em produtos de exportação difícil uma grande parte das nossas exportações. Basta que vejamos o que acontece ao sector dos têxteis e ao da construção naval — dois sectores que enfrentam as maiores dificuldades no campo internacional e onde estamos a encontrar grandes resistências para escoar as nossas produções.

Mesmo durante a década de 60, quando o comércio mundial estava próspero, quando as economias

do ocidente cresciam rapidamente, quando a nossas exportações de têxteis e vestuários estavam a desenvolver-se com grande rapidez, quando se estavam a instalar entre nós as indústrias de electrónica, mesmo nessa década, o ritmo de crescimento das nossas exportações em volume não era muito superior a 10 %.

Portanto, é preciso efectivamente muita determinação e até muito optimismo para supormos que vai ser possível conseguir aumentos de exportações ao ritmo de 10 % ao ano nos próximos quatro a cinco anos. No entanto, tudo devemos fazer para que esse ritmo seja atingido, ou mesmo excedido. Por isso, é importante que haja uma política muito determinada de promoção das exportações.

O Governo reconhece essa situação e não deixa de lhe fazer as referências apropriadas no seu Programa. Ali estão mencionados os efeitos da política cambial que está a ser seguida. Essa política é responsável, em grande parte, pelo progresso que já está a ser sentido nas exportações e que se traduz pelos números que mencionei há pouco. Há também a política do crédito bonificado, posta em prática pelo Banco de Portugal, que está a dar um grande apoio ao sector da exportação e que permite baixar os custos dos produtos exportados em cerca de 2 %, o que é um incentivo muito importante.

O Programa prevê ainda a criação de bonificações para os juros destinados a financiar investimentos no sector da exportação. Trata-se de uma iniciativa que promovi quando estive no Banco de Portugal e que está, neste momento, em condições de ser posta em prática. O Programa prevê ainda o reforço de meios financeiros do Fundo de Fomento de Exportação. Apesar das dificuldades orçamentais que todos temos, há o firme propósito de pôr mais dinheiro à disposição do Fundo de Fomento de Exportação para apoiar certas acções imediatas. O Programa faz ainda referência ao estímulo ao trabalho por turnos, para contornar as dificuldades de limitação da capacidade que temos em alguns sectores, embora aí se trate de um objectivo mais difícil, por levar mais tempo a ser posto em prática.

Finalmente, é preciso referir que a eliminação da sobretaxa das importações, se nos cria algumas dificuldades, também favorece o sector da exportação, na medida em que elimina certos encargos que esse sector tem de suportar com a importação de produtos que precisa de incorporar nos seus fabrícios e na medida também em que torna as vendas no mercado interno menos rentáveis, em comparação com as de exportação.

Portanto, o Governo teve a intenção de pôr no Programa uma política de apoio à exportação muito definida e muito clara. Por isso fiquei um pouco surpreendido quando o Sr. Deputado Sousa Franco, na sua intervenção, disse que «continuamos a não ver no Programa medidas directamente orientadas para o fomento activo da exportação». Não sei se o Sr. Deputado tem outras medidas. Se tivesse, seria bastante útil que elas nos fossem comunicadas porque enriqueceriam certamente este programa de acção, que tão necessário é à sobrevivência da economia nacional.

Já agora, queria fazer uma referência ao problema da adesão à CEE que, em meu entender, é, sem dúvida, o factor mais importante de que depende o futuro das exportações portuguesas. Se essa adesão

for conseguida, é evidente que as perspectivas à exportação portuguesa serão muito mais animadoras. Assim nós saibamos manter as condições políticas e demonstrar a capacidade técnica para não atrasar, ou adiar, essas negociações.

Passo agora a referir a outra via, das três que mencionei, que é a redução do conteúdo da importação na procura global.

No exemplo que apresentei tomei por hipótese que cada 1 % de crescimento de um produto implicaria 1,2 % de crescimento nas importações. Mas é evidente que, com políticas apropriadas, nós podemos fazer com que este 1,2 % passe para 1 %, ou até 0,8 %. Isto pode conseguir-se com restrições aos consumos e aos investimentos com maior conteúdo de importações, ou com substituições de importações.

A restrição ao consumo dos produtos com maior conteúdo de importações já tem, em grande parte, estado a ser posta em prática. É por isso que os automóveis estão a ser tão tributados, que a gasolina também suporta impostos pesados, que há restrições quer fiscais, quer contingentárias para frigoríficos, electro-domésticos, etc. e que se introduziu o limite dos 7 contos às viagens ao estrangeiro.

O problema está, como é bem sabido, em que é muito fácil iludir estas restrições. O contrabando está muito desenvolvido.

#### *Risos do PSD.*

Como todos sabem, as restrições aos gastos de divisas com idas ao estrangeiro não são muito efectivas. Por isso, estas medidas não produzem resultados tão efectivos como aqueles que nós pretendímos.

A depreciação do escudo é, também, um factor importante da redução dos consumos com grande conteúdo de produtos importados, na medida em que torna esses produtos mais caros.

Onde ainda não se avançou suficientemente foi talvez na redução do conteúdo das importações no investimento. Nós temos feito alguns investimentos de interesse duvidoso, com grande conteúdo de importações. No entanto, essa política já começou a ser corrigida de há uns tempos para cá. O Banco de Portugal introduziu um sistema de bonificação ao investimento que está dependente do conteúdo de importações. Os investimentos que envolvem menos gastos de divisas têm uma bonificação maior. Por outro lado, o Governo anunciou no Programa, aliás à semelhança do que já acontecia no Programa anterior, que procurará aplicar maior severidade à selecção dos investimentos inscritos no PISEE e no PIDAP.

Passo agora ao problema da substituição de importações. É evidente que todos nós estamos de acordo em que há grandes possibilidades para essa substituição na agricultura. Simplesmente, a julgar pela experiência passada, elas não se podem concretizar a curto prazo. A agricultura portuguesa não progrediu nada nos últimos dez anos — a produção agrícola talvez até tenha descido um pouco — e eu ficaria surpreendido se a visse começar, nos próximos meses, a crescer ao ritmo de 4 % ou 5 % por ano.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Depende do Governo.

**O Orador:** — Portanto, será ainda necessário bastante tempo antes que nós possamos encontrar no aumento da produção agrícola uma contribuição satisfatória para a eliminação do *deficit* da balança de pagamentos.

No que respeita à política financeira, pode, no entanto, ser aqui adiantado que tudo será feito para que o desenvolvimento do produto agrícola não sofra impedimentos. Prevê-se dar uma grande prioridade ao crédito agrícola, há intenção de dinamizar a acção do IFADAP, que ainda não começou a funcionar de forma efectiva, e há a intenção de manter e racionalizar a política de bonificações de juros aos empréstimos agrícolas.

Quanto à substituição de importações nos produtos industriais, eu vejo aí menos possibilidades. Por vezes, a substituição de importações dos produtos industriais é enganosa, na medida em que os custos directos e indirectos com matérias-primas (energia, produtos intermediários, serviços e equipamentos) são frequentemente tão elevados como os preços dos produtos que sejam importados já completamente fabricados. Em tempos fiz um cálculo (que aliás não é fácil) em relação à montagem de automóveis e cheguei à conclusão de que, se os automóveis fossem comprados já inteiramente montados e se os operários da nossa indústria de montagem de automóveis recebessem os mesmos salários para ir para a praia, o País gastava exactamente as mesmas divisas que gasta assim. (*Risos.*) Há até casos de indústrias em que se gasta mais produzindo cá do que comprando lá fora. Penso que, se neste momento nós importássemos já refinado o petróleo que se está a refinar em Sines, os gastos de divisas seriam menores.

**Uma voz do PCP:** — Tssss ... sss ... s ...

**O Orador:** — É evidente que estes são casos extremos. A substituição de importações é necessária e em muitos casos pode dar uma contribuição interessante e valiosa para o progresso da economia nacional. Simplesmente é necessário que ela se faça sem protecções excessivas e que não afecte a eficiência produtiva de outros sectores. A substituição de importações ao abrigo de protecções excessivas seria incompatível com os nossos compromissos para com a CEE e para com a EFTA. Além disso, se a substituição de importações se fizesse ao abrigo de restrições excessivas — como, por vezes, o PCP parece ter pretendido —, rapidamente se criariam distorções e factores de bloqueamento muito importantes na economia nacional.

O que se passou recentemente com os BRI, com as restrições à emissão de boletins de registo de importações, é perfeitamente elucidativo. Houve quem neste país pensasse que os mecanismos burocráticos de emissão de BRI são mais eficientes na distribuição das divisas para importação do que os mecanismos de mercado. O resultado foi que rapidamente muitas empresas tiveram de reduzir a sua produção. Eu tive uma vez conhecimento de que uma empresa, que só precisava de importar matéria-prima numa quantidade que representava 1% dos seus custos e para o qual não obtinha boletim de importação, esteve em riscos de paralisar. Este exemplo serve para demonstrar quais podem ser os riscos de uma política baseada em restrições excessivas e em actuações

de tipo burocrático para as quais nós não estamos preparados em condições de eficiência satisfatória.

Como disse, eu não quero, no entanto, que se tire daqui a conclusão de que a substituição de importações é de condenar sempre, ou que não oferece possibilidades. Nalguns casos ela tem de ser apoiada com protecções e com subsídios. Por exemplo, no esquema de bonificação ao investimento, cujo estudo eu promovi no Banco de Portugal, e que está pronto para ser publicado, prevê-se que também haja bonificações para projectos de substituição de importações que realmente possam conter um efeito positivo sobre a balança de pagamentos, sobre o emprego, sobre os produtos, etc., em comparação com os recursos que absorvem.

Portanto, não se tire daqui de maneira nenhuma a conclusão de que a substituição de importações não oferece alternativas. Simplesmente, o que quero dizer — e este é que é o ponto importante — não oferece alternativas suficientes para permitir resolver a curto prazo, isto é, no prazo de um, dois ou três anos, as dificuldades da balança de pagamentos que nós estamos a enfrentar.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro Silva Lopes, desculpe-me interrompê-lo, mas recebi da parte do Governo o pedido para informar V. Ex.<sup>a</sup> de que o Governo dispõe somente de vinte e cinco minutos e que, como eles se estão a esgotar, seria bom que V. Ex.<sup>a</sup> abreviasse as suas considerações.

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Presidente. Eu vou acabar já.

Portanto, eu estava a dizer que, se as exportações não aumentarem mais rapidamente, se o conteúdo de importações na produção nacional não puder ser reduzido rapidamente — e eu penso que a curto prazo nem uma coisa nem outra pode acontecer —, não nos resta outra alternativa que não seja afrouxar o ritmo de expansão do produto nacional, por mais doloroso que isso seja. É essa a razão da política que nos foi imposta pelo FMI. Efectivamente, não havia outra alternativa para conseguir a curto prazo uma redução substancial do *deficit* da balança de pagamentos. É isso que explica que nós, infelizmente, tenhamos de suportar dificuldades tão grandes com a política restritiva de crédito ou com a necessidade de contenção do *deficit* orçamental. É por isso que o produto nacional este ano crescerá só 3% e que certamente para o ano não poderá crescer tanto como nós quereríamos. É por isso que o desemprego não pode ser absorvido com a rapidez que nós pretendíamos, embora no que respeita ao desemprego devamos fazer tudo o que for possível para que a severidade da política de crédito restritiva seja conduzida de forma a afectar o menos possível o nível de emprego.

Tenho dito.

**O Sr. Presidente:** — Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

*Pausa.*

Estão inscritos os Srs. Deputados Carlos Carvalhas, Carlos Brito, Veiga de Oliveira, António Guterres, Sousa Marques, Sousa Franco, Sousa Gomes, Amaro

da Costa, Cavalheira Antunes, Macedo Pereira e Vítor Louro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Ministro Silva Lopes, ouvi com toda a atenção a sua exposição e queria fazer-lhe algumas breves perguntas.

O Sr. Ministro com certeza que me acompanha no entendimento de que o sector nacionalizado inclui sectores básicos da economia e que este representa efectivamente um núcleo central da economia, núcleo capaz de arrastar as outras formações económicas, nomeadamente o sector privado, e que, portanto, da eficiência do sector nacionalizado e da sua dinamização depende a realização dos outros sectores. Por isso, o que eu lhe queria perguntar era qual a razão da existência de discriminação em relação a este sector, por que razão, relativamente aos preços, os preços deste sector precisam de autorização prévia e em relação às outras formações económicas isso não acontece, por que razão tem este sector uma taxa de juro elevadíssima — embora isso aconteça para todos os sectores —, o que tem como consequência que a banca tenha milhares de contos de lucros, tendo acontecido que o ano passado, como o Sr. Ministro sabe, foi necessária uma informação interna para a banca dissimular esses lucros com artifícios contabilísticos.

Sendo isto assim, penso que o Sr. Ministro não comunga da ideia de que no nosso país, com a nossa realidade concreta, o sector privado se contrapõe ao sector nacionalizado. Pelo contrário. E aqueles que pensam que o sector privado se contrapõe ao sector nacionalizado — e há forças que efectivamente pensam assim — são os representantes do grande capital, são representantes dos Melos e dos Champallimauds, que, assim, sendo desapossados da banca e dos sectores nacionalizados, pensam que o melhor seria desapossar o sector nacionalizado do que foi nacionalizado.

A segunda pergunta que eu lhe queria pôr é esta: o Sr. Ministro considera que conhece a proposta do Partido Comunista Português. Pode ter em relação a ela pontos de vista diferentes, mas com certeza que comunga também da ideia de que é uma proposta democrática, constitucional, coerente, e uma alternativa viável. E eu pergunto-lhe se é ou não de ter em apreço e em atenção para a saída da crise e para apresentarmos um modelo mais adequado à nossa realidade do que aquele que apresentou aqui. E isto leva-me à terceira pergunta, Sr. Ministro, que é esta: relativamente ao modelo que V. Ex.<sup>a</sup> aqui apresentou, com algum jogo de hipóteses que até o melhor seria ter sido feito num computador, eu penso que o Sr. Ministro apresentou um modelo abstracto que podia ser aplicado a Portugal ou a qualquer outro país. O Sr. Ministro não teve nem tem em conta a realidade concreta de Portugal. O aumento da produção não conta para si, só conta o aumento das exportações, e aí o Sr. Ministro foge a uma questão fundamental que é a crise do mundo capitalista. O Sr. Ministro não conta com os trabalhadores, não conta com um grande esforço nacional e patriótico que é necessário fazer. O Sr. Ministro tem reservas que não consegue explicitar, apesar dos exemplos académicos que deu e da impossibilidade do aumento da produção nacional por causa dos produtos im-

portados. E nós dizemos que num prazo de dois anos — e está quantificado, Sr. Ministro — se pode aumentar substancialmente a produção não só na agricultura, como também na indústria. O Sr. Ministro foge a uma questão fundamental que é a da limitação das importações dos bens supérfluos, dos bens desnecessários, dos bens sem os quais a comunidade portuguesa pode muito bem passar. Ainda uma outra questão relativa às desintervenções. Não sei se o Sr. Ministro leu o Programa todo, mas efectivamente ao longo dele há graves contradições. Por exemplo, em relação ao capítulo do turismo, quando se fala de desintervenções, elas são para fazer entregas na totalidade ao sector capitalista. Não se põe qualquer outra alternativa, Sr. Ministro, e será isso o que V. Ex.<sup>a</sup> pensa? Mas em face disto o Sr. Ministro poderá dizer: eu é que tenho razão, o senhor e o seu partido têm a vossa opinião e nós temos a nossa. Porem eu pergunto, Sr. Ministro: e a vida o que é que diz? Quem é que tem razão?

Já passaram três anos, a política tem sido a mesma, as medidas têm sido as mesmas, e então? A balança de transacções correntes tem diminuído quer em dólares quer em escudos? No 1.º trimestre — e os números estão publicados — 50% em escudos de agravamento do *deficit* da balança de transacções correntes e 30% em dólares. Está ou não demonstrado que a política que está a ser seguida é errada?

Uma última questão, Sr. Ministro: não é só o problema do FMI e dos acordos com ele feitos. O problema é mais grave: é que o Sr. Ministro concorda com essas medidas. E então a minha pergunta daí decorrente é a seguinte: o Sr. Ministro tem alguma estimativa das falências que se vão produzir em Portugal caso os acordos com o FMI sejam rigorosamente cumpridos nos diversos sectores?

Era só isto, Sr. Ministro.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro Silva Lopes deseja responder já ou aguarda os restantes pedidos de esclarecimento?

**O Sr. Ministro das Finanças e do Plano:** — Respondo já, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então, faça favor, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro das Finanças e do Plano:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Sr. Deputado Carlos Carvalhas começa por me pôr uma questão relativa ao sector nacionalizado, sobre se eu considero que esse sector, pelo facto de ser dinamizador do resto da economia, deverá ser discriminado, por que razão se impõe a aprovação prévia dos preços ao contrário do que sucede com o sector privado, por que razão nesse sector se aplicam juros elevadíssimos e por que razão a banca tem lucros excessivos à custa do sector nacionalizado. Ora, no que respeita à primeira parte, eu devo dizer que efectivamente não creio que deva haver discriminações entre o sector público e o sector nacionalizado e se, por exemplo, na política de preços essas discriminações existem, a minha opinião é que devem ser eliminadas. Eu no programa que expus indiquei que, no meu entender, deve haver uma

grande flexibilidade dos preços das empresas públicas e, portanto, que essas empresas, em certos casos, devem ser autorizadas a rever esses preços segundo um mecanismo flexível. Por exemplo, não vejo por que é que os preços dos produtos siderúrgicos não são alterados periodicamente em função da evolução dos preços da CECA. Aliás, penso que isso já está a acontecer.

Portanto, penso que deve haver uma grande flexibilidade no ajustamento dos preços das empresas públicas, o que de resto eu defendi.

No que respeita à acusação de que as empresas nacionalizadas pagam juros mais elevados do que as empresas privadas, julgo que não é correcta. As regras são exactamente as mesmas para umas e para outras e até acontece que foi recentemente criada uma solução de saneamento financeiro das empresas públicas que envolve empréstimos a taxas de juro bonificadas em condições que não são facilmente acessíveis a todas as empresas.

Finalmente, no que respeita aos lucros excessivos da banca eu queria dizer o seguinte: a banca também é um sector nacionalizado e é até mais dinamizador do resto da economia do que algumas das empresas do sector nacionalizado que estão a absorver uma parte importante da poupança nacional.

Ora, o País tem todo o interesse em que a banca seja um pólo de acumulação de poupança, como aliás acontecia quando era do sector privado. Portanto, mesmo que a banca esteja a acumular grandes lucros, o País só tem vantagens com isso, porque efectivamente a poupança do sector público empresarial tem de ser positiva e é razoável que uma boa parte da contribuição para essa poupança positiva venha do sector bancário.

Mas, já agora, eu quero dizer que os chamados lucros excessivos da banca infelizmente são ainda ilusórios. Com a inflação que tem existido no nosso país as contas de ganhos e perdas das empresas não nos dão de maneira nenhuma uma imagem real do que estão a ser os lucros e os prejuízos. As empresas que têm grandes activos em capital fixo têm uma mais-valia oculta resultante dos aumentos dos preços desse capital fixo que não aparece no balanço. Assim, normalmente o prejuízo da empresa é de facto muito menor do que aparece no balanço e às vezes até pode acontecer que haja lucro embora isso não apareça no balanço. É por isso, aliás, que o Governo se propõe introduzir a prática de métodos de contabilidade indexada no nosso país, embora essa seja uma tarefa que exige algum tempo e para a qual são precisos estudos preparatórios para os quais não estamos ainda bem preparados. Países com taxas de inflação muito inferiores às nossas preocuparam-se com este problema e fizeram avanços. Nós, com taxas de inflação da ordem dos 25% a 30%, damo-nos ao luxo de manter um sistema contabilístico que já não representa nada, porque hoje olha-se para o balanço de uma empresa e não se tem a mínima ideia sobre se essa empresa esteve a perder ou a ganhar dinheiro. Como não se faz a correcção dos valores dos activos e dos custos em função da alta inflação, os resultados registados não servem para nada.

No caso da banca acontece o seguinte: a banca tem poucos activos fixos, tem, portanto, poucas mais-valias resultantes das correcções inflacionárias. Efec-

tivamente, o valor real do capital da banca está-se a depreciar. Se nós fizéssemos uma correcção dos efeitos da inflação sobre os balanços da banca, nós teríamos talvez de chegar à conclusão de que os resultados estão longe de ser suficientes.

Eu penso — e volto a dizer que não estou a defender os interesses de ninguém, a banca é nacionalizada tal como outras empresas — que a economia nacional tem todo o interesse em que os lucros do sector bancário venham ainda a aumentar substancialmente.

Quanto à outra questão, sobre se eu conheço a proposta do PCP, que é uma proposta democrática, coerente, uma alternativa mais razoável para sair da crise do que aquela que eu proponho, a resposta à pergunta ressalta da exposição que eu fiz. Realmente a minha opinião é a de que a proposta do PCP não é uma solução satisfatória para sair da crise. Eu acho que aquela que nós propusemos é mais satisfatória, mas, enfim, temos o direito de ter opiniões diferentes.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E os resultados?**

**O Orador:** — Quanto aos resultados, eu queria dizer o seguinte: efectivamente este país teve uma grande crise económica em 1975, ...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Ah, teve?**

**O Orador:** — ... o produto nacional desceu 4% ou 5%, as exportações, não me lembro do número exacto, desceram 14% ou 15%, ...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E nos países capitalistas?**

**O Orador:** — ... muitas empresas estavam praticamente à beira da falência e depois, à medida que se foram eliminando certos bloqueamentos de preços, à medida que se adoptou uma política mais realista de taxas de juro e de taxas de câmbio foi possível aumentar significativamente a produção — o produto nacional aumentou, salvo erro, 6% em 1974 e 6% em 1977. É verdade que o deficit da balança de pagamentos se agravou, mas foi exactamente porque a produção se recompôs. De resto, entre outras coisas, foi preciso reconstruir os stocks que tinham sido praticamente esgotados em 1975. A maior parte das empresas estava praticamente exausta no fim do ano e foi preciso começar a importar outra vez.

É verdade que o ano passado se passou um pouco para uma situação contrária: acumularam-se stocks excessivos. Como as taxas de juro eram baixas, evidentemente toda a gente ganhava, e, como se falava muito em novas desvalorizações do escudo, toda a gente tinha interesse em especular, em acumular stocks excessivos porque pagava uma taxa de juro de 12%, os preços aumentavam 30% ao ano e ganhava-se uns 18%.

Ora, é evidente que essa política não era correcta e explica em parte por que é que as importações aumentaram tanto o ano passado. Este ano já foram tomadas medidas mais correctas com o aumento da taxa de juro. As importações estão finalmente estacionárias e, embora não estejam ainda a descer,

como tinha sido previsto, este é já um resultado positivo. E possivelmente se não estão a descer é porque o produto nacional, mesmo assim, está a aumentar 3%, o que não é mau de todo.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Estará?

O Orador: — E quanto à exportação há realmente sinais — não sei se eles se manterão, mas há realmente sinais — de que a exportação, que já o ano passado progrediu razoavelmente, este ano está a progredir de uma forma muito mais satisfatória, nomeadamente no sector do turismo. Os números que eu citei são realmente números saídos da estatística oficial.

É evidente que, mesmo que as exportações aumentem 10%, como eu expliquei, e as importações aumentem só 5%, vai passar muito tempo antes que o *deficit* possa passar a diminuir. Como os 5% de aumento das importações incidem sobre um montante muito maior do que os 10% das exportações, o *deficit*, em termos absolutos, continua a alargar. Isso resulta do desequilíbrio inicial, e o Sr. Deputado sabe isso muito bem.

Finalmente, o Sr. Deputado pergunta-me que comentário é que eu tenho a fazer sobre as eventuais falências resultantes da política restritiva de crédito. Realmente eu devo dizer-lhe que esta política restritiva de crédito não é isenta de dificuldades. Políticas deste tipo produzem sempre dificuldades em todos os países. Ora eu não seria honesto se estivesse a excluir a hipótese de haver falências. Evidentemente que temos de aplicar a política de crédito de uma forma tanto quanto possível selectiva para evitar este problema. Uma das coisas necessárias para esse efeito é que o crédito seja distribuído de forma mais equitativa entre o sector público e o sector privado e que nós não estejamos a financiar *deficits* excessivos no sector público à custa de crédito que nos vai faltar depois para aguentar empresas viáveis do sector privado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, em princípio deveríamos fazer agora um pequeno intervalo, mas não sei se os Srs. Deputados querem que se termine primeiro este período de perguntas ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano, continuando a sessão, ou se devemos interromper por agora, durante trinta minutos, para recomeçarmos depois.

Pausa.

Vamos, portanto, fazer o intervalo. Antes, porém, eu queria comunicar ao Governo que esgotou o seu tempo programado para hoje, de modo que o que utilizar ainda hoje ser-lhe-á descontado amanhã e amanhã só tem disponíveis 15 minutos.

Peço ainda aos presidentes dos grupos parlamentares o favor de se reunirem com o Sr. Presidente da Assembleia no seu gabinete.

A sessão está suspensa até às 18 horas e 5 minutos.

Eram 17 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro das Finanças e do Plano, também eu ouvi com toda a atenção a sua intervenção e devo começar por lhe dizer que nos sentimos honrados por tomar as nossas críticas como o ponto de referência das suas alegações, o que mostra duas coisas: primeiro, que nós debatemos o Programa do Governo e, segundo, que temos uma alternativa democrática para a saída da crise e para a recuperação económica nacional.

A propósito das considerações que fez acerca da nossa alternativa democrática, devo dizer-lhe que da sua já se conhecem os resultados e, apesar das opiniões optimistas que agora nos manifesta, no final do ano voltaremos a conversar sobre esta matéria. Devo dizer-lhe ainda que, no ano passado, o agora Primeiro-Ministro manifestava-se optimista acerca da evolução da balança comercial e da balança de pagamentos. Toda a gente sabe que não foi nada do que o actual Primeiro-Ministro via que se verificou.

Devo ainda dizer-lhe, Sr. Ministro, que não só ouvi com atenção a sua intervenção, como também com algum proveito, fundamentalmente, mas não só, por ver confirmadas muitas das críticas que fizemos ao Programa do Governo, designadamente no que toca à severidade com que o sector nacionalizado é tratado pelo Governo. Na verdade, creio que depois da sua intervenção temos razões mais fortes para dizer que o Governo trata o sector nacionalizado como madrasta e trata o grande capital como mãe extremosa.

Sr. Ministro, queria fazer agora referência ao que disse relativamente às sociedades de investimento, desenvolvimento regional e de *leasing*, para uma vez mais lhe dizer que neste caso não se trata da aplicação de uma lei aprovada pela Assembleia da República no sentido estrito. Trata-se de uma opção de fundo que o Governo toma, naturalmente ao abrigo dessa lei, mas não a toma por ser obrigado ou por ser forçado pela lei. Toma-a porque quer. Não comprehendo como o Sr. Ministro em relação a outras questões diz que não são adequadas ao horizonte limitado do Governo e relativamente a esta tem uma opinião diferente. O que está em causa aqui não é o ponto de vista do PCP. Esse está mais do que definido nesta matéria. Efectivamente, se o Governo passasse e se fizesse um decreto-lei permitindo este tipo de sociedades, com certeza que nós o chamariam a ratificação. Contudo, não é isso o que está em causa. O que está em causa é a posição do Governo e fizemos perguntas ao Governo nesta matéria para definirmos uma posição sobre o Governo. Essa é que é a questão.

Queria ainda dizer-lhe, Sr. Ministro, que, relativamente ao rigoroso cumprimento — como voltou a dizer — do acordo com o FMI, muito do que disse continua a ser para nós extremamente chocante. Não há da parte do Programa do Governo, nem da parte do Sr. Ministro, nenhuma afirmação relativamente à

severidade das exigências que nos são impostas, às suas desastrosas consequências, quer no que toca à degradação das condições de vida do povo português, quer no que toca ao agravamento das condições de numerosas pequenas e médias empresas, quer no que toca ao alastramento do desemprego. Não há uma só referência da parte do Governo a estas questões, o que surpreende. Em contrapartida, também se não vê da parte do Governo nenhum esforço de imaginação para nos furtarmos ao «garrote» dos empréstimos e ao «garrote» das exigências do Fundo Monetário Internacional. Pelo contrário, o Governo e o Sr. Ministro na sua intervenção parecem ter a preocupação de destruir, uma a uma, todas as sugestões que são feitas no sentido de se encontrar outras saídas, para que a nossa dependência das exigências do FMI não seja aquela que o Governo aqui reproduz e como a reproduz.

Finalmente, Sr. Ministro das Finanças e do Plano, queria fazer-lhe sobre a mesma questão uma série de perguntas. Referem-se à matéria tratada na p. 97 do Programa do Governo, na alínea g), quando se afirma que, «em princípio, o montante dos juros a pagar aos detentores dos títulos de indemnização pela nacionalização de várias das actuais empresas públicas será considerado em cada exercício como encargo fixo de tais empresas». Pergunto: não é isto uma forma de transformar os expropriados, grandes senhores do capital, em obrigacionistas das empresas nacionalizadas? Isto não é uma forma de restabelecer os vínculos entre os Melos, os Champallimauds, os Espíritos Santos e os outros e as empresas nacionalizadas?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Isto não é uma forma de continuar a drenar para os antigos monopolistas a mais-valia formada nos sectores básicos da nossa economia? Isto não é, no fundo, criar condições para a restauração dos grandes grupos monopolistas?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por fim, é esta a concepção do Governo acerca da maneira de transformar em factor de dinamização o sector empresarial do Estado?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Deseja responder já, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Uma vez que o Governo dispõe de pouco tempo, responderei no fim de todas as perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Ministro das Finanças e do Plano, apesar do intervalo, continuo ainda sob a impressão do seu discurso, impressão essa que é de acabrunhamento. Acabrunhamento pela falta de perspectivas que o Sr. Ministro aqui revelou, acabrunhamento pela perspectiva de des-

graça que nos apontou — e apontou-a de uma forma fria, de uma forma quase professoral, de uma forma escolástica.

O Sr. Ministro em tudo o que disse e naquilo que não disse também não fez mais do que fazer a figura de quem se mete numa camisa de onze varas, de quem se mete dentro de baixas ideológicas, porventura tecnicistas também. Diz depois, simplesmente, que não pode sair delas.

O Sr. Ministro ilustrou a sua visão da política e do rumo que se nos oferece para sairmos da crise com exemplos pontuais e anómalos, pretendendo tirar da anomalia a regra, do pontual o geral.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro não disse que o acordo com o FMI pode ser outro, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que pode ser outro. O Sr. Ministro não disse que quem negoceia negoceia com alguma coisa, mas sabe que negoceia com alguma coisa.

O Sr. Ministro ignorou completamente, em toda a sua lógica, em toda a sua filosofia da desgraça, as virtualidades da realidade portuguesa, as possibilidades de trabalho dos Portugueses, a capacidade de fazer um esforço para sairmos da crise. Mais do que isso, o Sr. Ministro não se deu conta — ou talvez sim — de que, pelas contas que faz, tudo aquilo que se pode vir a configurar no futuro é o endividamento crescente, sem limites, neste país, é a perda da independência nacional. Se outras vias não houvesse, se outro rumo não fosse possível, Sr. Ministro, a um prazo relativamente curto perderíamos a independência.

A primeira pergunta que lhe faço é esta: para si não tem nenhum significado a independência nacional? É que pode ser que não tenha, Sr. Ministro. Há quem defenda Luxemburgo, não nós. Gostaria de saber a sua opinião a esse respeito.

Em segundo lugar, pergunto: o Sr. Ministro disse há pouco que as propostas do PCP não eram aceitáveis, nem possíveis, nem viáveis. Então, se as nossas propostas ou quaisquer outras que lhes estejam próximas ou que sejam resultado de acordos, de caminhos intermédios, não são viáveis, pergunto: o rumo que aponta conduz ou não a um endividamento crescente, sem saída? Esse endividamento foi apontado por si, aliás, dizendo que o que se previa de imediato era o aumento do endividamento, aumento da dívida externa, aumento ainda da necessidade de recurso a mais empréstimos, sem que sequer haja um projecto para modificar aquilo que estruturalmente, e não só, é causa profunda da nossa situação.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — O Sr. Ministro Silva Lopes acaba de fazer perante esta Assembleia o maior elogio à política económica do II Governo Constitucional que alguma vez aqui foi proferido por um elemento que não seja do Partido Socialista.

Cumpre-nos registrar e agradecer esse facto.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Tinha, naturalmente, apesar de tudo, muitas observações a fazer, mas terei, no entanto, em conta as dificuldades de tempo em que o Governo está e limitar-me-ei a pôr-lhe uma questão que penso ser uma questão essencial: não houve, nas suas palavras, uma única referência à inflação. O Programa do Governo é extremamente equívoco em relação a esse objectivo, ou seja, o da contenção da inflação. Fica-nos a impressão — direi mesmo a convicção — de que o Governo não está convencido de que seja possível contê-la nos limites para que é normal e usual apontar nos últimos tempos, ou seja, cerca de 20% ao ano. Ficamos mesmo convencidos de que para o Governo a inflação é um objectivo secundário e que, portanto, se necessário, o abandonará a outros objectivos que entenda mais importantes. Gostaria de lhe perguntar se, sinceramente, está convencido ou não de que da sua política vai derivar um aumento mais acentuado dos preços.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — O Sr. Ministro das Finanças e do Plano referiu que o facto de o Grupo Parlamentar do PCP criticar a política económica apontada por este Governo era uma tradição. De facto, a tradição é outra. O que se tem passado é que quer o I e II Governos Constitucionais quer este apresentaram programas económicos com os quais nós não estávamos de acordo, e por razões fundamentadas, pelos próprios resultados que se têm obtido.

A tradição tem sido outra, ou seja, a de os Governos constituídos — a partir do I Governo Constitucional — apresentarem um programa económico que não tem em conta as realidades nacionais, que não tem em conta a situação económica concreta que é preciso resolver no nosso país.

Há ainda uma outra tradição, Sr. Ministro. É a tradição da direita e de todos aqueles que pretendem destruir as grandes conquistas económicas da Revolução e que afirma que a actuação das empresas públicas é sempre negativa. O Sr. Ministro não disse que era sempre negativa, disse que não é sempre tão negativa.

Passando às perguntas, Sr. Ministro, gostava de me referir muito concretamente à situação das empresas públicas e a alguns dados que o Sr. Ministro avançou.

Disse V. Ex.<sup>a</sup> que havia prejuízos elevadíssimos. Depreendeu-se que era em todas as empresas públicas, que era em todo o sector empresarial do Estado, quando o Sr. Ministro sabe que isso não é verdade. Apontou como única causa para esses elevadíssimos prejuízos o deficiente funcionamento, a deficiente gestão dessas empresas. Pergunto, muito concretamente: qual era a estrutura de capital dessas empresas antes de serem nacionalizadas? Quais eram os passivos dessas empresas? Qual foi a política de investimento e preços seguida nessas empresas antes de serem nacionalizadas? Quais os salários dos trabalhadores dessas empresas na altura da nacionalização? Qual a ligação estreita entre essas empresas e o capital financeiro? O Sr. Ministro sabe e com certeza conhece as actividades especulativas dos grupos mono-

polistas que dominavam esses sectores básicos, por exemplo, o grupo CUF, que antes do 25 de Abril se preocupava mais com a especulação bolsista do que em definir uma política correcta de investimento e desenvolvimento para as suas empresas. O Sr. Ministro conhece este facto tão bem como eu.

Por outro lado, outra questão que já aqui foi colocada e que consta da p. 147 do Programa. O sector público inclui sectores básicos da economia e eu pergunto: há ou não condições para ele servir de motor de arranque da economia? Tem ou não condições para servir de motor de arranque para a resolução e ultrapassagem da crise?

Por último, Sr. Ministro, refiro-me à questão da substituição de importações, particularmente no sector industrial. O Sr. Ministro deu aqui dois exemplos lamentáveis. Disse que talvez fosse preferível pôr os trabalhadores da indústria automóvel e da indústria petroquímica na praia a receberem os seus salários e importar directamente do que acrescentar valores nessas indústrias aqui em Portugal. Sr. Ministro, a questão é outra: se esses trabalhadores fossem para a praia, recebiam os salários que estão a receber hoje, recebiam subsídio de desemprego ou não recebiam coisa alguma? Esta é uma questão.

Outra questão é esta: esses cálculos do Sr. Ministro não deviam ser feitos de outra maneira, isto é, não devia ter feito os cálculos com base naquilo que há que fazer, com base naquilo que havia que fazer para reestruturar esses sectores, para sanear esses sectores? Esta é que é a questão que tem de ser resolvida, porque temos a indústria que temos e é esta indústria que temos de transformar, com medidas concretas e não com o mandar trabalhadores para a praia a receberem os salários antigos, o que é uma hipótese não só académica como ridícula em termos de discussão do Programa do Governo.

Quanto aos produtos siderúrgicos, o Sr. Ministro referiu concretamente a questão dos preços e, muito rapidamente, gostava de lhe dizer: nós não defendemos o aumento dos preços dos produtos siderúrgicos numa forma proporcional em relação aos aumentos de preços da CECA. O Mercado Comum tem os seus problemas, a CECA tem os seus problemas. Defendemos uma política de preços na siderurgia nacional de acordo com os custos de produção, de acordo com a realidade da empresa, defendemos a expansão da empresa, defendemos um plano siderúrgico que só platicamente, como outros investimentos do Programa, estão contemplados.

Gostaríamos de saber se este Governo avança ou não com esses investimentos, que, para não perder tempo, vêm referidos nas pp. 164 e 165 do Programa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco, também para pedir esclarecimentos.

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Sr. Ministro, algumas das perguntas que lhe queria fazer já estão formuladas. De qualquer das maneiras, restringirei os pedidos de esclarecimento ao essencial, visto que me parece que o Sr. Ministro talvez não tenha administrado o seu tempo com aquele rigor com que esperamos administre os dinheiros públicos.

Restringindo as perguntas ao que me parece que poderá responder neste momento, faço um comen-

tário inicial. A exposição do Sr. Ministro confirmou aquilo que já foi dito aqui, ou seja, que não há dúvida de que o projecto político deste Governo assenta numa defesa e numa continuação daquilo que é essencial no projecto político, económico e financeiro global do II Governo Constitucional.

Compreendo as limitações que o determinam. Não se pode andar a mudar de política de dois em dois meses, mas sublinho também uma limitação fundamental que daí vem: trata-se de um projecto tecnocrático e não político — continuamos a não ter um projecto político no domínio da política económica e financeira global —, trata-se de um projecto de mera estabilização a curto prazo e não de um projecto de desenvolvimento a longo prazo. Não estou a defender expansionismos utópicos. Estou a verificar — sublinho, verificar — que continuamos a não ter projectos nem globais, nem em muitos casos sectoriais, de desenvolvimento a longo prazo. Faço esta verificação naturalmente com pena, mas parece-me que ela deve ser feita aqui.

Três verificações adicionais tirei da exposição, longa e bem fundamentada, como seria de esperar do Sr. Ministro.

A primeira é esta: não há dúvida — e isso é algo que todos aceitaremos como uma inevitabilidade — de que a austerdade tem de continuar. Mas parece-me que, sublinhando isto, também surge aqui alguma contradição com afirmações expansionistas e, às vezes, um pouco viradas para o investimento, do tipo do «elefante branco», que foram em outros momentos feitas aqui e que constam de outros pontos do Programa. Talvez haja aí um conflito interno de economistas com engenheiros, mas de qualquer das maneiras a compatibilização entre os grandes projectos de investimento e essa política de austerdade é um ponto que também me não parece ficar claro, sobretudo depois de o ter ouvido.

O segundo ponto que sublinho é o de que quanto a alguns dos objectivos e metas traçados no Plano de 1978 e na Carta de Intenções ao FMI, desde a taxa de inflação aos objectivos relativos ao déficit da balança de pagamentos, designadamente na sub-rubrica das transacções correntes, até ao objectivo referente à manutenção do nível de emprego, se admite desde já a não realização desses objectivos. Em alguns outros aspectos houve manifesto optimismo na tomada de posição que o Sr. Ministro aqui teve. Sobre estes o tempo virá a revelar que, apesar de o Sr. Ministro não ser conhecido como sendo um optimista, antes tendo mais alguma propensão pessimista, essas afirmações pessimistas têm fundamento e as optimistas, infelizmente, não têm fundamento. Tudo isto significa que os efeitos desta política só num ponto devem ser acentuados, e esse ponto é positivo. Começa a haver numa inversão das tendências fundamentais, mas quanto ao resto houve irrealismo no cálculo das metas, ou houve insuficiência na análise da situação, ou então o delineamento e a execução da política não são satisfatórios.

Em terceiro lugar, pela escolha dos temas que o Sr. Ministro aqui fez, verifico — ou julgo verificar — que há, quanto a uma das críticas fundamentais que veio da minha bancada, porventura a admissão implícita da validade dessa crítica. Trata-se da crítica seguinte: o Programa do Governo não clarifica e valo-

riza suficientemente o papel da iniciativa privada no modelo de desenvolvimento. O silêncio do Sr. Ministro parece-me que neste caso pode ser interpretado de acordo com a regra de «quem cala consente».

Passo a fazer algumas breves perguntas adicionais. A primeira é esta: julgo que, tendo em conta os efeitos de uma política de austerdade e tendo em conta a situação concreta da economia portuguesa, agora e a longo prazo, na perspectiva de uma modernização concorrencial, que resulta da integração no espaço europeu, deve haver uma política global de apoio às pequenas e médias empresas. Sabemos que o IAPMEI se vira exclusivamente para as pequenas e médias empresas industriais e os problemas que se colocam, para além da especificidade sectorial da agricultura, situam-se largamente também no domínio dos serviços, designadamente do turismo. Existe ou não a intenção de traçar essa política, designadamente nos sectores mais carecidos? Existe ou não a intenção de tomar medidas concretas de compensação e apoio naqueles sectores onde as pequenas e médias empresas são mais atingidas pelas medidas de restrição resultantes do acordo com o FMI, como altas taxas de juro, restrição global de crédito, e quais são esses sectores, selectivamente, em termos de prioridade? Há ou não uma política de apoio às pequenas e médias empresas que não tenha em vista apenas o futuro a longo prazo, mas compense de imediato a situação cada vez mais delicada dessas pequenas e médias empresas?

Segunda pergunta, que se refere ao princípio, que não contestarei, nos termos em que o Sr. Ministro o expôs, da não discriminação entre empresas públicas e empresas privadas, salvo no caso de se tratar de discriminações justificadas por imposições feitas excepcionalmente às empresas públicas, que muitas existem e nas quais se justifica que continuem a ser feitas e compensadas. Concretamente, quais são os domínios prioritários em que essa política de não discriminação injustificada vai ser aplicada e de acordo com que critérios precisos? Não discriminação, por exemplo, em matéria de preços, não discriminação em matéria de concursos públicos, não discriminação em matéria fiscal, não discriminação em matéria social? Gostaria de saber se isso está pensado, se há opções do Governo a esse respeito, porque, ao contrário do que muitos pensam, não é uma medida contra o sector público, mas sim uma medida que simultaneamente racionalizará o sector público e o sector privado.

Uma terceira pergunta e que tem que ver com a racionalização do sector público. Essa racionalização não a entendo apenas como racionalização de gestão e produtividade, entendo-a também como racionalização global do sector, ou seja, reorganização e reestruturação do sector. Neste domínio, em termos de reorganização e reestruturação do sector, parece-me que a insuficiência das medidas globais e sectoriais constantes do Programa é notória. Só para dar exemplos, porque não tenho tempo para mais, pergunto: que critérios irão ser seguidos para atacar a situação financeira de algumas daquelas empresas que se encontram numa «bola de neve» financeira? Que critérios irão ser seguidos, no plano estritamente financeiro e de imediato, porque este é um Governo com um horizonte limitado de gestão, embora tenha de enfrentar esses problemas desde já, para resolver a situação financeira das empresas como a CP ou a

Rodoviária Nacional? Por outro lado, existe alguma ideia acerca da racionalização das tutelas? Existe alguma ideia acerca do modelo de organização do sector público empresarial? Vamos caminhar para *holdings* sectoriais, como uma das formas de racionalização de tutelas? Vamos caminhar para a tutela administrativa concentrada? Vamos manter o sistema dos múltiplos fios de tutela hierárquica confusa, que é o actual, o que significa que na prática o *contrôle* governamental ou administrativo do sector público não existe e o *contrôle* interno, pela deficiência de mecanismos de auditoria, também não? São estes alguns dos problemas, e alguns deles problemas imediatos, do sector público que me parece que estão realmente omissos do Programa do Governo.

Finalmente, e esta é a penúltima questão, no que se refere às indemnizações, é evidente que há uma lei que o Governo tem de cumprir, mas é evidente também que o Governo goza de iniciativa legislativa — e o Sr. Ministro já declarou que não pretendia usá-la —, mas é também fundamental saber a posição do Governo para apreciar a viabilidade de iniciativas legislativas de grupos parlamentares nesta Assembleia. E designadamente em relação a esses pontos — ajustamento das taxas de juro, de títulos do Tesouro, com os quais serão feitos os pagamentos de indemnizações devidas por nacionalizações e expropriações, e ajustamento eventual fora dos casos que a lei já prevê, dos critérios de mobilização — foi em boa parte devido a objecções postas pelo Governo que a lei, contra o voto do meu grupo parlamentar, não foi modificada. A pergunta é muito simplesmente a de saber se o Governo mantém essas objecções ou se encararia de maneira diferente alguma iniciativa legislativa que surgisse nesse domínio.

Finalmente — e isto não é uma pergunta, é uma afirmação —, é óbvio que o Sr. Ministro justificou, e fê-lo positivamente, com factos que são inquestionáveis, a sua política de governador do Banco de Portugal no que se refere à dinamização do crédito à exportação, mas isso não esgota uma política activa de exportação. Eu apontaria a ausência de um sistema selectivo de estímulos fiscais à exportação, aliás mencionado no Programa do Governo, mas em termos bastante vagos, a ausência de um regime de empresas *holdings*, o funcionamento deficiente do seguro de crédito, dos pré-financiamentos e também dos contratos de desenvolvimento. Quantos contratos de desenvolvimento terão sido celebrados, por exemplo, no 1.º semestre deste ano?

Justificariam os elevadíssimos custos portuários e aeroportuários que existem em Portugal, a ineficiência dos serviços públicos e empresas públicas respectivas? E, naturalmente, sem esquecer que a exportação é sobretudo resultado da iniciativa privada, diria que estes pontos e muitos outros são essenciais para haver uma política activa de estímulo à exportação, que continua a não haver.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — A sua intervenção, Sr. Ministro das Finanças e do Plano, designadamente na parte em que justificou a situação de dependência externa da nossa economia e a necessidade de

uma política restritiva a curto prazo, deixou, como seria de supor, legítimas interrogações a esta Câmara. Não é bem a questão do Fundo Monetário que me parece que deva ser agora posta em debate, não é tão-pouco a personalidade do Dr. Silva Lopes nem a consideração pessoal que nos merece que estão em causa. O que está em causa é antes o problema político subjacente à constituição do III Governo Constitucional e à adequação da sua proposta de programa à realidade política, social e económica que o País vive neste momento. O exemplo vivo desta situação de contradição encontra-se no carácter ditoso transitório com que este Governo se apresenta à assembleia da República, sem que, ao mesmo tempo, não deixe de apresentar em vários domínios um programa que só tem justificação num contexto de médio prazo.

É conhecida a caracterização da nossa situação económica — e não vamos entrar agora na discussão nem no aprofundamento dessa problemática. Nessa situação tomam, como se sabe, grande relevo a situação de desequilíbrio da balança de pagamentos e a situação de inflação. Mas a situação económica presente tem, apesar de tudo, elementos positivos que não têm sido relevantes. Isto refere-se, designadamente, a aspectos que, mercê da política do I e do II Governos Constitucionais, tal como, de resto, o Programa escrito do III Governo Constitucional deixa entender, permitiram uma evolução positiva e favorável. E refiro-me concretamente à política de desenvolvimento industrial, ao crescimento industrial que que se verificou no País. Desde 1976 que, de forma sustentada, se vem verificando um ritmo de crescimento positivo — em alguns casos significativamente positivo — que, no actual contexto de depressão económica mundial e mesmo europeia, tem um significado muito particular. Poucas vezes e poucos países poderão, neste momento, apontar as taxas de crescimento que desde 1976, e nomeadamente em 1977 e nos primeiros meses de 1978, a indústria portuguesa vem verificando. Também no próprio domínio do investimento, não obstante as críticas formuladas, não tem sido no sector industrial que se tem verificado a quebra que jusifica alguma das críticas à falta de investimento. Não significa isto que eu seja adepto da tese de que todo o investimento feito tem sido bem orientado e que os projectos de investimento apresentados tenham sido os mais correctos e os mais necessários. Mas vem isto para dizer que o Programa do III Governo é uma pública manifestação de aplauso à política seguida até agora pelo I e II Governos, pelo menos em matéria industrial, e que neste contexto a única estranheza que temos é ver reproduzida, também pelo III Governo, a política prevista no âmbito do Programa do II Governo, para um contexto de legislatura e com o apoio e um suporte político que este Governo, à partida, declara não ter nem pretender.

Esta contradição é, em meu entender, grave porque permite pôr esta questão: afinal, da longa lista de investimentos, de projectos, de decisões que o Governo pretende propor a esta Assembleia no seu Programa, quais são efectivamente aqueles que, num contexto de curto prazo e de limitação económica restritiva, como aquela que o Sr. Ministro das Finanças nos descreveu, poderão ser lançados e rea-

lizados? Além disso, tem subjacente uma segunda questão que é saber quais serão os critérios efectivos de política industrial selectiva que poderão ser prosseguidos num contexto de curto prazo e de domínio restritivo no domínio do crédito e do financiamento. É evidente também que o nosso projecto de adesão à CEE e o imperativo de incremento das nossas exportações tornam indispensável e necessária a formulação de uma política selectiva de créditos extremamente correcta, mas que não possa funcionar como desculpa, como escusa à tomada de decisões que são imperativas e urgentes no domínio da política de investimento industrial. E, para não tomar muito tempo, iria reportar-me, como exemplo concreto, aos investimentos que há que fazer, desde já, no sector energético. Nós sabemos que em breve poderá esta Assembleia discutir, a propósito do livro branco sobre a energia nuclear, um programa energético global para o País, mas todos sabemos que entretanto, e não obstante essa discussão, é imperativo não protelar um conjunto de decisões necessárias para que não haja, no processo de desenvolvimento, sérias restrições futuras no domínio da energia. E quero referir-me concretamente aos projectos ligados ao aproveitamento dos nossos recursos energéticos hidráulicos, por exemplo no rio Guadiana e no rio Minho. No rio Guadiana, como se sabe, estão projectados dois empreendimentos: o do Alqueva e o da Rocha da Galé; no rio Minho terá grande importância o projecto do Alto Lindoso. No conjunto, estes dois projectos poderão em ano médio produzir cerca de 2000 GW/hora, ou seja, poderão substituir a necessidade de importação de cerca de 2 milhões de contos de produtos petrolíferos. Eu sei que há algumas indefinições e alguns esclarecimentos a fazer em torno do projecto de aproveitamento, para outros fins, das águas do Alqueva.

Mas pergunto se, num período de cinco anos, aproveitando integralmente os recursos energéticos desses dois rios, o País não tem necessidade de avançar decididamente, desde já, para a sua realização. Se queremos, efectivamente, uma política que permita poupar os nossos recursos, poupar o nosso endividamento externo, melhorar a nossa dependência externa, como é possível protelar estes projectos? A minha questão tem como razão o facto de que estes dois projectos aparecem condicionados na longa lista de médio prazo, apesar de tudo, que o III Governo decidiu apresentar.

Finalmente, ainda ligado a esta área, eu queria perguntar se o Governo tem consciência dos atrasos que se observam na realização dos aproveitamentos hidráulicos dependentes de convénios com a Espanha, se tem consciência das responsabilidades que decorrerão para o Governo Português do protelamento de decisões relativas à execução desses empreendimentos. E pergunto ainda se o Governo não pode, a este propósito, dar garantias de que, pelo menos no sector energético, e não obstante as condicionantes restritivas postas à expansão da economia portuguesa, possam desde já ser lançadas as bases que permitam, no futuro, não encontrar dificuldades ainda maiores no prosseguimento do nosso crescimento económico.

*Entretanto, assumira a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Em primeiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, julgo que não tenho muitos pedidos de esclarecimento a fazer, dado que o Governo não tem muito tempo para responder.

Queria, aliás, começar por dar dois esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano. Não deve V. Ex.<sup>a</sup> chocar-se nem surpreender-se com o facto de que o PCP e o CDS formulem críticas contraditórias em relação ao Programa do Governo. De estranhar seria que ambos os partidos formulassem críticas idênticas ao Programa do Governo. O problema é o de saber se o ponto de vista do Governo se aproxima mais do PCP, do CDS, do PS ou do PSD, isto é, qual é a opção política concreta que o Programa do Governo, no fundo, perfilha. Não é, pois, lícito, a nosso ver, argumentar-se no sentido de dizer que as críticas dos partidos são contraditórias entre si. Isso é que é natural, isso é que é salutar, isso é que é democrático.

Em segundo lugar, o Sr. Ministro das Finanças e do Plano surpreendeu-se com certas referências que por nós foram feitas acerca de um certo empolamento dado ao tratamento do sector empresarial do Estado e viu nisso uma omisão da nossa parte, no sentido de que nós não teríamos estado suficientemente atentos, porventura, aos aspectos do Programa — que os tem — relacionados com a racionalização do sector público. Eu recordo ao Sr. Ministro que no elenco de objectivos económicos que o Programa do Governo propõe, logo nas suas primeiras páginas, a redacção expressa que se encontra nelas contida é a seguinte: «consolidar o sector público e apoiar a iniciativa privada». Por consequência, em termos de objectivos gerais, seleccionados pela sua importância política, a expressão utilizada é consolidar, não é racionalizar, embora não se exclua nem deixe de admitir-se que o Programa do Governo contempla também necessariamente aspectos relacionados com a racionalização do sector público. Mas é importante a circunstância de ter sido seleccionada esta forma de falar, ou esta forma de escrever, no Programa do Governo. Sobretudo, quando se fala de consolidação do sector público, em contraponto com apoiar a iniciativa privada. Sabe o Sr. Ministro das Finanças e do Plano que nós acreditamos, não só por razões políticas, mas também por razões de análise concreta e pragmática sobre a realidade, que o sector privado tem, em Portugal, características tais que o tornam inevitavelmente o sector chave, o sector motor do desenvolvimento económico, pelo seu peso nas exportações, pelo seu peso no mercado da mão-de-obra. Essas duas razões, quando outras mais não houvesse, seriam já de si suficientes para sublinhar o excepcional papel que está reservado à iniciativa privada no nosso país em matéria económica.

Nós também não fazemos contrapontos desajustados entre o sector público e o sector privado. O que não queremos, necessariamente, é que se deixe, por omissão, de sublinhar as excepcionais virtualidades do sector privado. E, do nosso ponto de vista, isso tem uma razão adicional de ser, qual seja a de que nós estamos convencidos de que é através da iniciativa privada, através da criatividade de empresários pri-

vados, que se pode consolidar um desenvolvimento económico mais rápido, mais imaginativo e mais moderno.

Postos estes dois esclarecimentos, gostaria, se isso vier a ser possível, de conhecer o pensamento do Ministro das Finanças e do Plano acerca da temática da indexação. Referiu-se à necessidade de introduzir métodos de contabilidade indexada para as empresas, a fim de que elas revelem na sua contabilidade, de uma forma mais rogorosa, a sua própria situação em face da evolução da economia, designadamente em face da evolução da inflação, mas é evidente que o raciocínio se pode pôr e formular em relação a outras matérias. Não se trata apenas de indexar os instrumentos contabilísticos — isso é, em si mesmo, já uma certa forma de indexar a vida económica da empresa, isto é, de a adaptar ao fenómeno da inflação. A pergunta que queria fazer é se considera que se devem circunscrever apenas à contabilidade das empresas, e aquilo que lhes está associado, os métodos possíveis de indexação selectiva. Sabe o Sr. Ministro das Finanças e do Plano que nós, de há muito tempo, temos defendido o ponto de vista de que a introdução de formas ajustadas, seleccionadas e selectivas de indexação pode constituir um instrumento importante de adaptação das variáveis económicas a uma situação inflacionária, embora também conheçamos os riscos que os sistemas automáticos ou excessivamente automatizados de indexação podem introduzir no sentido de dar maior inércia e permanência aos fenómenos inflacionistas. Estamos, no entanto, em crer que em situações como a portuguesa é possível estudar sistemas mistos onde a introdução do sistema de indexação para certas variáveis económicas permite a melhor compatibilização geral das variáveis, sobretudo quando elas estão em sistema de rotura. Queria, portanto, saber se, em relação, por exemplo, aos depósitos e empréstimos — aos instrumentos normais de uma política de crédito —, seria pensamento do Ministro das Finanças e do Plano adoptar sistemas de indexação, se os encararia, por exemplo, para as rendas de casa, se os encararia para outros sistemas de preços e rendimentos.

Uma segunda ordem de reflexões tem a ver com a promoção do investimento e do emprego. O Sr. Ministro das Finanças e do Plano referiu, e bem, que nos últimos anos não houve investimento suficiente no sector exportador. E referiu, de passagem, como um dos métodos de incentivar a exportação o reforço de verbas do Fundo de Fomento de Exportação, coisa que aliás — entre parêntesis lho digo — me surpreendeu, porque penso que não é através do reforço das verbas do Fundo de Fomento da Exportação que este poderá ser mais efectivo e mais eficaz. Creio que há muitos outros aspectos relacionados com a representação externa portuguesa, que não tem apenas a ver com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que devem ser acautelados e nisso não encontro no Programa do Governo suficiente empenho, pese embora a preocupação do Ministro dos Negócios Estrangeiros em dar o primado ao económico. De qualquer modo, quais seriam em concreto as vias preferenciais do fomento de emprego e de criação de postos de trabalho que o Governo pretendia adoptar, tendo sobretudo em conta que, por um lado, o sector público está amarrado a uma política de capital intensivo, da qual lhe é difícil fugir

e, por outro lado, é sobretudo no sector privado que o maior volume de emprego se encontra e as maiores possibilidades de criação de emprego se encontram. Isto implica, necessariamente e por reflexo, algumas considerações acerca da política de investimento mais ajustada a essa política de emprego e era sobre esse tema que gostaríamos de conhecer mais em pormenor os pontos de vista do Governo.

A terceira ordem de questões diz respeito à articulação política entre a banca nacionalizada e o Governo. É juízo do Ministro das Finanças e do Plano — por sinal, antigo governador do Banco de Portugal — de que a banca comercial, nacionalizada, responde de uma forma correcta aos impulsos políticos e às orientações políticas que lhe vêm do Governo? As responsabilidades dos conselhos de gestão dos bancos comerciais estão no pensamento do Governo claramente definidas em termos de reforma da situação actual? Qual é o estilo de actuação que o Governo se propõe neste domínio, já que, como se sabe, há aqui uma certa tendência de ir de Herodes para Pilatos que é como quem diz de banca comercial nacionalizada atacar o Governo por aquilo que o Governo não faz, e de o Governo atacar a banca comercial dizendo que ela não cumpre aquilo que o Governo quer que ela cumpra.

Nisto quem paga são os utentes da banca, como é evidente, que se vêem em palpos de aranha para conseguir perceber qual é, em cada momento, o critério que o banco vai seguir e em função de que e de quem. Uma última ordem de questões, acerca do processo de indemnizações, tem a ver com uma questão muito simples: qual é o calendário previsível de concretização do processo de indemnizações? O Ministro das Finanças e do Plano, em particular, para além daquilo que a lei dispõe, sente-se satisfeito, pelo menos no plano técnico, com as faculdades que os instrumentos jurídicos actualmente prevêem em termos de mobilização das indemnizações para investimento, sobretudo em sectores de crise, em sectores de exportação e em sectores criadores de mão-de-obra?

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cavalheira Antunes.

**O Sr. Cavalheira Antunes (PCP):** — Prescindo.

**O Sr. Presidente:** — Tem então a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira para o mesmo efeito.

**O Sr. Macedo Pereira (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Ministro das Finanças levanta-me apenas duas questões muito concretas, não académicas, que qualquer homem de rua certamente poria, nesta ou em qualquer outra bancada.

O Sr. Ministro Silva Lopes, que já em 1973 integra a equipa que preparou para o Governo do Dr. Marcelo Caetano os acordos com a CEE e que até há poucos dias presidiu à Comissão de Integração na CEE, acredita nesse projecto de adesão como um projecto político que assim possa dar novos rumos ao País? Se acredita, como pessoa altamente responsável e conhecida de *dossiers* a que não tenho

acesso e da crise política que atravessamos, de que não teve culpa e a que é estranho, como também os outros Ministros nomeados, pode dizer-me se o espaço de tempo que mediava entre o nosso pedido e o da Espanha, isto é, o avanço que tínhamos em relação à Espanha, será compensado com acções que o Sr. Ministro prevê ir a curto prazo aplicar? Quais?

Uma segunda ordem de questões é a seguinte: novos tempos, Revolução de 25 de Abril, novos ventos políticos — e dá-se a nacionalização da banca. Aquando da discussão do Plano Melo Antunes — alguns portugueses têm a memória curta, felizmente não a tenho —, o Sr. Ministro terá, em Conselho de Ministros, apontado como desejável a referida nacionalização, apenas apontando como senão as reacções internacionais a tal acto político. Pergunto-lhe — o meu colega Amaro da Costa já falou da desarticulação entre as comissões de gestão e o Governo — quais as medidas concretas que o Sr. Ministro prevê quanto à reorganização do sistema bancário. Estou a pensar, muito concretamente, nas pequenas e médias empresas, por exemplo, da construção civil, que estão todas à beira da falência, porque, por critérios que por vezes não se entendem, a banca comercial chega a negar a concretização de contratos de financiamento que estavam anteriormente aprovados. Isto é uma coisa concreta que tem a ver, de facto, com o dia-a-dia de todos os portugueses.

O próprio Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção inicial, referiu-se aos sete contos de saída para o estrangeiro. Julgo que o Sr. Ministro Silva Lopes também se referiu a eles. Com uma certa ironia, perguntava: os novos valores serão sete contos e cem, dez contos, vinte? Quais?

A terminar, e pegando numa questão levantada pelo Sr. Deputado António Guterres, que focou, e muito bem, o aspecto da inflação, e dado que no Programa do Governo se refere o aumento que o imposto de transacções irá ter, dado que se dá aquilo que nós, economistas, chamamos a «repercussão para a frente», quais os artigos, quais os produtos que irão ser agraviados e, por consequência, as camadas mais desfavorecidas da população irão suportar?

Esperava ainda que o Ministro das Finanças e do Planos tivesse palavras sobre a forma como os estudos sobre o imposto único e a introdução da TVA em Portugal irão prosseguir sobre a sua égide.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro, também para pedir esclarecimentos.

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — O Sr. Ministro disse que não acreditava que em tempo útil fosse possível alterar significativamente o quadro das importações agrícolas. Olhou para o passado e disse que não acreditava nisso. O PCP, na sua conferência económica, apontou várias medidas que permitiram a transformação muito rápida desse quadro, e, por exemplo, em números que tenho aqui à mão, com a política de produção que propomos, era possível, em dois anos apenas, conseguirmos uma economia de importação de 2 380 000 contos apenas em carne e leite, sem contar com mais nada. O próprio Ministro da Agricultura disse ontem aqui, perante esta Câmara, que com a aplicação do seu programa integrado de desenvolvimento agrícola — creio que lhe chamou assim —

era possível, em seis anos, apenas em matéria de cereais e oleaginosas, chegarmos a uma poupança de 28 milhões de contos. A experiência recente deste país mostra, por exemplo, que em matéria de leite a resposta da agricultura é tão rápida que foi possível em 1976, em relação a 1975, conseguir-se um aumento de produção da ordem dos 30 % nas áreas mais próprias para a produção de leite.

Perante isto, pergunto-lhe se acredita no que disse, e portanto desconhece esta característica que o sector tem para responder rapidamente, e, nesse caso, se atribui a culpa ao sector e não aos governantes, como faz o seu colega da Agricultura, ou se então fez essa afirmação porque está acabrunhado pelo programa agrícola do III Governo e justamente não acredita nele.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano para responder, se assim o desejar.

**O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Silva Lopes):** — Sr. Presidente, como tenho pouco tempo, não poderei certamente responder às observações todas. Vou escolher algumas que me parecem mais importantes.

No que respeita às observações do PCP sobre o endividamento externo e sobre a diferença entre o modelo que esse partido propõe e o modelo que o Governo propõe, penso que a diferença está essencialmente nas possibilidades de substituição de importações. Como eu disse aqui, o ritmo de endividamento externo só pode reduzir-se substancialmente se reduzirmos o deficit da balança de pagamentos e só poderemos fazê-lo por três vias: ou aumentamos mais rapidamente as exportações, e eu demonstrarei que aumentá-las a um ritmo superior a 10 % ao ano é extremamente difícil; ou substituímos rapidamente importações, reduzindo rapidamente consumos de produtos importados, que é a via que o PCP propõe, ou afrouxamos o ritmo de crescimento do produto nacional. Só há estas três vias.

**Vozes do PCP:** — Não é só!

**O Orador:** — Quais são as outras?

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Aumentar a produção e diminuir a importação.

**O Orador:** — Quando eu digo reduzir o consumo de produtos importados para substituir importações, isso implica o aumento da produção. Se calhar exprimi-me mal. Queria referir-me à redução do conteúdo de importações no produto nacional, portanto abrangendo tudo.

Significa então que uma das vias é reduzirmos o consumo de produtos importados, e aí já muita coisa foi feita. O PCP continua a dizer que há muitos produtos supérfluos que se importam. Efectivamente, as possibilidades de poupança de divisas que nos restam por essa via são limitadas. É preciso sermos um pouco realistas. Se, por exemplo, pusermos uma tributação de três contos por garrafa de whisky, só servimos os contrabandistas; se estivermos a aumentar excessivamente o preço dos frigoríficos, também não

vamos poupar muito na sua importação, porque eles entram de outra maneira. O Sr. Deputado Carlos Carvalhas, no entanto, fez uma sugestão positiva no seu discurso, que eu não tinha referido ainda. Disse que é possível desenvolver certas produções que têm fraco conteúdo de importação. Essa sugestão é realmente positiva. Eu vejo que há todo o interesse em acelerar, na medida em que os recursos o permitam, a construção de casas que têm um conteúdo de importação relativamente pequeno e satisfazem uma necessidade social prioritária. Há também todo o interesse em desenvolver a produção de certos serviços que têm realmente um pequeno conteúdo de importação. Portanto, nesse aspecto, há uma sugestão positiva, que me esqueci de mencionar.

Quanto às possibilidades de substituição rápida das importações, continuo a ter as minhas dúvidas no que respeita, por exemplo, à agricultura, que foi o último problema levantado. Foi-nos dito que em dois anos é possível substituir 2 380 000 contos — gosto da precisão — em carne e leite. No entanto, penso que é preciso dizer que estas poupanças às vezes são ilusórias, pois passámos a produzir mais leite mas passámos a importar mais milho. Portanto, a poupança de divisas não é tão grande como à primeira vista parece.

Por outro lado, se as possibilidades de aumento da produção são tão rápidas, se se pode aumentar a produção agrícola tão depressa, por que é que na área do Alentejo não se progrediu tanto como isso nos últimos anos? Foi por causa da ineficiência do Governo?

Quanto à possível contradição entre aquilo que eu disse e o que disse o Sr. Ministro da Agricultura, penso que ela não existe. Eu disse que a importação de produtos agrícolas não pode descer rapidamente a curto prazo. Utilizei no meu exemplo um período de três anos e o Sr. Ministro da Agricultura falou de seis anos. Acho que é um bocado diferente.

No que respeita aos produtos industriais, foi aí também criticado o facto de eu ter dado o exemplo dos automóveis. Eu dei esse exemplo para ilustrar o que é uma política de investimentos insuficiente, que aparentemente poupa divisas mas que de facto não poupa. Mas não quis extrair daí a conclusão de que o sector não devia ser racionalizado. O Governo tem até um projecto de lançamento do fabrico de automóveis em Portugal que possivelmente permitirá racionalizar o sector. Por essa via pode efectivamente vir a conseguir-se uma poupança de divisas positiva. O exemplo que utilizei não era para justificar que se devia deixar estar tudo como está.

Outra observação importante que foi feita pelo PCP e que penso dever esclarecer é aquela que se refere ao facto de o Governo ter previsto que os juros das indemnizações venham a ser imputados, como custos, às empresas nacionalizadas.

Foi dito, a propósito disso, que se ia estabelecer um elo de ligação entre os antigos accionistas e as actuais empresas, que isso era restabelecer os grandes grupos monopolistas, etc. Ora bem, os títulos a emitir para indemnizações terão de ser emitidos pelo Estado. Os encargos com os juros não podem, no entanto, ser suportados directamente pelo OGE, que está muito sobrecarregado. Os encargos com os juros são aqueles que resultam da lei enquanto a Assem-

bleia da República não a substituir. Simplesmente esses encargos não podem ser imputados directamente ao OGE porque são demasiado pesados para esse Orçamento. Pareceu perfeitamente razoável imputá-los como custos às empresas públicas. Elas representam custos do capital utilizado que pertence à comunidade. Aliás, as empresas públicas têm, por lei, de pagar uma remuneração de capital. Portanto, não se trata de uma medida inédita. Os países socialistas também têm uma tributação do capital das empresas públicas e no nosso país existe um regime semelhante. A essa tributação será deduzido o encargo com os juros. Não há qualquer risco de ligação directa entre as empresas públicas e os antigos proprietários.

O Sr. Deputado António Guterres fez uma pergunta relativa à inflação. Há vários métodos de calcular a inflação do 1.º semestre deste ano. Se calcularmos o que aconteceu no 1.º semestre pela média dos aumentos mensais, encontramos um aumento de 24 %. Se fizermos o ajustamento de uma recta de tendência, encontramos cerca de 28 % para o 1.º semestre. A comparação do 1.º semestre deste ano com o 1.º semestre do ano passado não é muito representativa, uma vez que está influenciada pelo que aconteceu no 2.º semestre do ano passado. Para o que aconteceu no 1.º semestre deste ano, temos duas medidas, uma que dá 24 % e outra que dá 28 %. Isso não é de estranhar, uma vez que o II Governo teve de actualizar muitos preços de empresas públicas e de produtos que tinham preços controlados. No meu entender, essa foi uma medida perfeitamente correcta e salutar.

Espero que no 2.º semestre não tenha de haver aumentos similares e que a taxa de inflação para o ano todo não venha a ser muito superior aos 20 % que o II Governo tinha anunciado. Efectivamente, quando no Programa se diz que vai ser relativamente difícil atingir a meta dos 20 %, é porque, entretanto, no 1.º semestre a taxa de inflação já foi alta. Mas como se espera obter uma compensação suficiente no 2.º semestre, é natural que no fim acabemos com uma taxa de inflação da ordem dos 20 %, no máximo 22 %.

No que respeita ao meu pretenso desinteresse pelo fenómeno da inflação, queria dizer que no Programa se anuncia, embora em termos que não podem ser muito claros, o propósito de para o ano se conseguir uma taxa de inflação bastante mais reduzida.

Para isso haverá que contar com uma política orçamental que preveja um deficit menor, que se possa passar a adoptar uma política de desvalorização cambial muito mais lenta, que as taxas de juro possam ser reduzidas e que a norma salarial possa ser consistente com uma taxa de inflação mais pequena. Simplesmente o Governo não está neste momento em condições de fazer uma previsão rigorosa de qual será a taxa de inflação para o ano que vem. O II Governo fez uma previsão desse tipo mas fê-la em Abril, quando já tinham passado três meses do corrente ano, quando já se sabia claramente quais eram muitas das medidas de política económica que iam ser tomadas. Este Governo, se chegar a apresentar um programa das opções do Plano para o ano que vem, não deixará de fazer uma proposta sobre a taxa de inflação, não pode é fazê-lo agora. Seria uma grande leviandade.

O Sr. Deputado Sousa Franco põe muitas questões e se calhar não consigo responder a todas. Respondo primeiro à última que se refere às suas sugestões sobre medidas a incluir na promoção das exportações. Referiu os estímulos fiscais. Sobre isso quero dizer-lhe que já há estímulos fiscais. Alguns deles, que até foram aprovados por esta Assembleia, têm de ser corrigidos porque não são aplicáveis. O sistema não é exequível.

No que respeita às empresas de *trading*, não sei se se queria referir a empresas de *trading* do Estado. Eu, realmente, não tenho grande fé nessas empresas. O Estado herdou uma empresa de *trading* com as nacionalizações e, que eu saiba, não tem feito nada de jeito. Se o Sr. Deputado tem grande fé nelas, enfim, talvez isso seja um caminho. Pessoalmente, não acredito.

Referiu-se a uma medida que, no meu entender, é perfeitamente correcta e não figura no Programa do Governo por lapso, que é a necessidade de dinamizar a figura dos contratos de desenvolvimento à exportação. Aí, realmente, penso que há progressos a fazer e dou-lhe inteira razão. É mesmo, de todos os pontos que mencionou, o único em que lhe dou bastante razão.

No que respeita aos outros problemas do seguro de crédito, dos custos portuários, das ineficiências dos serviços públicos, isso são dificuldades de estrutura que já existem há muitos anos. Não é nos três ou quatro meses que este Governo pode durar que esses males podem ser corrigidos. Efectivamente, de todas as medidas que o Sr. Deputado mencionou, há uma que realmente acho que deve ser registada que é a que se refere aos contratos de desenvolvimento.

Falou no problema do apoio às pequenas e médias empresas. No Programa refere-se efectivamente que haverá um reforço das capacidades de actuação do IAPMEI, nomeadamente no domínio do apoio financeiro. É uma ideia à qual se dá grande prioridade.

É verdade que não se faz referência a outros sectores da actividade económica. Mas em relação ao turismo não deixará de haver uma preocupação de dar tratamento prioritário ao crédito a esse sector. Aliás esse sector também já recebe bonificações de crédito e o sistema de bonificações ao investimento no sector da exportação não deixará de favorecer o sector de turismo, como sector de exportação que é.

Quanto ao sector comercial, realmente não se prevê nada de especial. Não vejo também que este Governo em três meses possa fazer grande coisa.

O Sr. Deputado Sousa Gomes levantou problemas sobre os investimentos no sector energético. É evidente que o sector energético dentro da política de investimentos do Governo tem de merecer a prioridade necessária. Referiu-se concretamente ao empreendimento do Alqueva. Em meu entender, esse empreendimento tem de ser estudado com muito cuidado. Até agora a única coisa que sei é que o Banco Mundial se recusou financiá-lo, que os alemães se recusaram financiá-lo, que outras organizações internacionais não têm querido ouvir falar nele, porque têm muitas dúvidas sobre a sua viabilidade. Penso que a viabilidade deve ser estudada com todo o cuidado, antes que venhamos a criar um outro elefante branco que nos custe muitos milhões de contos.

O Sr. Deputado Amaro da Costa pergunta qual é o meu pensamento sobre a indexação. Pelos vistos,

o CDS não acredita na indexação generalizada. Eu também não. Penso que é necessário corrigir algumas distorções da inflação através de formas muito limitadas de indexação. É por isso que se fala da indexação de contabilidades, mas mesmo essa não deverá ser automática nem permanente, porque se começamos a entrar em esquemas de indexação automática e permanente criamos um foco de resistência à luta anti-inflacionária e a inflação tenderá a explodir. A ideia que está expressa no Programa é de que o problema da indexação só pode ser encarado de uma forma muito limitada. A única referência que se faz a este problema noutro capítulo é a de introdução de obrigações indexadas, mas mesmo essas serão emitidas em quantidades limitadas e apenas reservadas à pequena poupança e a companhias de seguros. Não há de maneira nenhuma a ideia de indexação de todo o mercado financeiro, porque, uma vez que se começa a alargar as formas de indexação, elas espalham-se rapidamente a toda a economia e criam, por sua vez, distorções importantes.

O Brasil, que é muitas vezes apresentado como um caso de indexação com sucesso, consegui-o, nomeadamente nos anos iniciais, à custa de uma redução brutal dos salários reais. Teoricamente eles tinham feito uma indexação de salários, mas na prática reduziram os salários reais de uma forma acentuada e só assim é que o esquema da indexação no Brasil pôde funcionar com uma eficiência razoável. Cá em Portugal é evidente que uma solução dessas não seria admissível.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, falta um minuto.

**O Orador:** — Acho que não vale a pena dizer mais nada.

*Neste momento registraram-se aplausos nas galerias.*

**O Sr. Presidente:** — O público não pode manifestar-se!

**Uma voz do PS:** — A família pode!

*Risos.*

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para intrepelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Presidente, era apenas para dizer que por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não há nenhum inconveniente em que o Sr. Ministro das Finanças possa continuar a sua exposição até responder a todas as perguntas que lhe forem feitas.

**O Sr. Presidente:** — Se os outros grupos parlamentares estão de acordo, o Sr. Ministro pode completar as respostas.

*Pausa.*

Como estão todos de acordo, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para continuar a responder aos pedidos de esclarecimento.

*Risos gerais.*

**O Sr. Ministro das Finanças e do Plano:** — Penso que deixei o Sr. Deputado Sousa Franco com muitas perguntas sem resposta e portanto vou começar por aí.

Algumas das coisas que disse, como, por exemplo, que este Programa não define um projecto de desenvolvimento a médio prazo, são verdadeiras e explica-se lá claramente porquê. Um Governo que, na melhor das hipóteses, durará uns meses, não pode ter a ambição de apresentar aqui um programa de desenvolvimento a médio prazo. Aliás, a Constituição, salvo erro, diz que os planos de desenvolvimento devem coincidir com a legislatura. Não sei que possibilidade é que há neste momento de apresentar um plano de desenvolvimento a médio prazo. Efectivamente, o Sr. Deputado tem razão, o Governo não apresentou esse projecto, nem acha que o possa fazer.

Quanto à maneira como estão a ser cumpridos os objectivos do FMI queria sossegá-lo. No que respeita ao objectivo da balança de pagamentos, que é de longe o mais importante, não há razões para deixarmos de acreditar que os objectivos vão ser cumpridos. De facto, o objectivo do *deficit* que está fixado para Setembro não será sequer atingido. A perda de activos líquidos do sector bancário será inferior àquela que o FMI fixou para nós, se as coisas correrem bem em Setembro. Este é o objectivo mais importante e aí as coisas estão a passar-se de uma forma perfeitamente aceitável.

No que respeita a outro objectivo importante, que é o do crédito, houve uma ultrapassagem em relação ao objectivo de Junho. Está a fazer-se um grande esforço para reconduzir o volume de crédito ao objectivo de Setembro. Não sei se isso será inteiramente possível. O desvio não é grande. Mas não há razões para não acreditarmos que em Março estaremos dentro dos limites.

O Sr. Deputado Sousa Franco falou também dos objectivos de emprego da carta do FMI. Que eu saiba há lá uma referência ao fenómeno do emprego, mas isso não é um objectivo.

O Sr. Deputado acusa também o Governo de não clarificar suficientemente o papel da iniciativa privada. Penso que clarifica. Já vi que pessoas diferentes lêem de maneira diferente o mesmo texto. Acho que o papel importante da iniciativa privada está perfeitamente reconhecido e clarificado. Solicitou mais precisões a respeito da política de não discriminação entre o sector público e privado. Procurava saber o que se pretende fazer em matéria de preços, de concursos públicos e em matéria fiscal. O Governo anunciou esse objectivo, mas também expliquei na minha intervenção que nem tudo pode ser conseguido em três meses.

Há, evidentemente, a ideia de ir reduzindo algumas diferenças que possam existir. Por exemplo, em matéria fiscal seria irrealista estar a pensar que empresas com enormes prejuízos fossem pagar contribuição industrial. Aliás, a contribuição industrial nunca incide sobre os prejuízos. Por outro lado, estar a pedir alguns impostos a certas empresas públicas que têm um *deficit* é estar a tirar por um lado aquilo que se tem de dar por outro. Efectivamente estes objectivos não podem ser cumpridos a curto prazo. Mas alguma coisa se pode realizar e o Governo tem intenção de o fazer, dentro de um prazo curto, se tiver oportunidade para isso.

O Sr. Deputado Sousa Franco pretende também que os objectivos de racionalização do sector público fossem mais completos e fossem ao ponto de encarar a reestruturação. Eu penso que isso já é mais tarefa de fundo, de médio prazo e de opções políticas. O Governo não vê grande prioridade, dentro do seu Programa de três ou quatro meses, em entrar por esse caminho. Não penso que seja caso de reduzir as companhias de navegação a duas ou três, de reunir todas numa só, ou de estar a reagrupar as empresas químicas e do sector dos transportes ou de estar a dividir-las.

Quanto ao problema das indemnizações, já esclareci a nossa posição. Acho que o Governo não tem de tomar iniciativas neste domínio. Em minha opinião acho que vai haver muitas limitações no domínio do crédito para que seja possível aumentar as taxas de juro do tipo da indemnização de uma forma sensível e significativa.

Quanto à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Amaro da Costa sobre a articulação política entre a banca nacionalizada e o Governo, como ele não se encontra presente, penso que poderei passar a outro pedido de esclarecimento.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Ministro, penso que o Sr. Deputado Amaro da Costa não falou em nome pessoal, mas em representação do seu grupo parlamentar.

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Deputado.

Eu penso que os bancos têm, na sua actividade, dois condicionamentos. Por um lado, devem respeitar as directivas gerais da política monetária e da política cambial; por outro lado, devem actuar como empresas. As directivas da política monetária e cambial são cada vez mais detalhadas em virtude da dificuldade da nossa situação económica, porque há um propósito de impor critérios selectivos e porque temos de impor severas restrições à expansão de crédito em virtude do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Os bancos não podem deixar de cooperar com estas directivas. Isto, aliás, acontece pelo facto de serem bancos nacionalizados, mas aconteceria também se fossem bancos privados. Simplesmente, o facto de serem bancos nacionalizados dá-nos a tranquilidade de que eles respeitam estas directivas de uma forma muito mais eficaz e muito mais correcta, porque no tempo dos bancos privados havia, neste domínio, muitas fraudes que vieram posteriormente a descobrir. Os bancos devem, dentro daquelas limitações e com obediência àqueles regulamentos, actuar como empresas, e, portanto, não devem ser introduzidos critérios de natureza política na apreciação de operações individuais.

Tenho conhecimento de algumas divergências de opinião entre as administrações dos bancos e o Governo a propósito deste último ponto.

Tem havido, às vezes, no Governo quem pensa que os bancos são repartições e que o dinheiro que lá está está à disposição dos governantes. Ora, o dinheiro que está nos bancos pertence, em geral, aos depositantes e não está à mercê do despacho de qualquer Secretário de Estado. Tem realmente havido alguns problemas no passado. O Governo pode, às vezes, chamar a atenção para o interesse económico

de um determinado financiamento; ou para o risco de desemprego numa determinada empresa se não for dado crédito, mas não deve poder impor às administrações dos bancos que façam determinadas operações individuais. Pode, por exemplo, impor aos bancos que distribuam uma determinada proporção do crédito ao sector público e isso é uma medida de natureza geral que tem correspondência na legislação de outros países — mesmo na legislação de países onde há a banca privada. Portanto, é perfeitamente razoável que o Governo diga aos bancos: os senhores têm de aplicar 20% do vosso crédito na agricultura ou 30% do vosso crédito no sector da exportação ou no sector das empresas públicas. Mas o que não pode é estar-se a dizer que se tem que fazer um empréstimo de tantos milhares de contos à empresa X, tantos milhares de contos à empresa Y e a uma taxa de juro especial. Isso seria uma intromissão do Governo na actividade de uma empresa que acabaria por afectar gravemente o funcionamento do sistema bancário.

O Sr. Deputado Macedo Pereira fez-me umas perguntas sobre a integração europeia. Eu penso que não estão suficientemente concretas. Se é para pôr em dúvida o meu interesse sobre a integração europeia — penso que não será esse o objectivo —, acho que já fui bastante claro ao dizer que considero que o projecto de integração de Portugal na CEE é um dos desafios fundamentais que se põe ao nosso país. Estou realmente com receio de que venhamos a ter atrasos nesse caminho e que esses atrasos venham a ser provocados por duas ordens de factores: um é de natureza política, as condições políticas em que o País tem vivido desde há dois meses não nos ajudam, pois podem atrasar as nossas negociações e até podem fazer com que percais a oportunidade de acompanhar as negociações dos outros países candidatos. Por outro lado, temos sérias limitações de ordem técnica na preparação das negociações. Tive a experiência disso durante o tempo em que estive ligado a essa preparação. Penso que o Governo anterior não deu atenção suficiente à preparação da máquina técnica para acompanhar as negociações. Espero que essa máquina venha a ser rapidamente aperfeiçoada no futuro.

Pergunta-me o Sr. Deputado qual o aumento que este Governo vai propor para o limite de divisas que se podem levar nas viagens ao estrangeiro e quais são os produtos em que se vai aumentar o imposto de transacções e de quanto será o aumento. Eu acho que é melhor o Sr. Deputado refrear um pouco a sua curiosidade e esperar que o Governo estude este assunto como deve ser e apresente as medidas concretas. Se eu tivesse já a lista do imposto de transacções com todas as mercadorias, era melhor já trazer aqui o decreto em vez de trazer o anúncio da ideia de aumentar o imposto.

Quanto à pergunta de saber como prosseguirão os trabalhos sobre o imposto único, eu considero que esses trabalhos são importantes. Penso que, se este Governo tivesse o tempo suficiente para governar, tomaria iniciativas importantes neste domínio. Penso que a comissão para estudo do regime de imposto único devia ser substancialmente reforçada. Suponho que não vai haver grande oportunidade para o fazer, mas, se houver, não deixarei de prestar a isso toda a atenção.

Penso que foram estas as perguntas a que não tinha respondido, mas, se houver mais alguma, estou à disposição dos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Visto não haver mais pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano, vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Galvão de Melo.

O Sr. Galvão de Melo (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Dois anos: uma política, uma só — incoerência.

Política de incoerência quando se pretendeu fundar a administração pública em um Governo sem base parlamentar suficiente. Isto é, um Governo cujas decisões, afinal, sempre eram demasiado pendentes do consentimento parlamentar: ora colhido à direita, ora colhido à esquerda. O Governo não dispunha da necessária liberdade de acção.

Política de incoerência quando se quis resolver aquelas contradições, sobretudo a instável base parlamentar, imaginando e compondo Governo bipartidário de compromisso marxista-cristão (*risos*). Imaginou-se e conseguiu reunir-se elenco governamental cujos componentes teriam de acordar soluções comuns partindo de bases ideológicas e de intenções não apenas divergentes mas opostas!

Política de incoerência todas as vezes que, sem planos concretos, sem se explicar como um dia se poderá voltar à normalidade, pedimos ao estrangeiro quantias avultadíssimas para aguentar uma economia que, no interior do País, é consentidamente destruída. Tão consentida e livremente destruída como quando em 1974 e 1975 foram criadas — e instruídas para fins específicos — as tristemente célebres comissões administrativas.

Este o ambiente em que os I e II Governos Constitucionais pretendiam governar: por isso caíram.

E quando, agora, procurados por muitos e diversos lugares, se reúne um grupo de portugueses independentes, isto é, de portugueses que não aceitam nenhum dos ideais políticos que a Nação escolheu, que não se identificam, portanto, com o modo de pensar daqueles que a mesma Nação, livremente, elegera seus delegados à Assembleia da República, e com eles se decide formar governo, eu atrevo-me a afirmar que também esta vez, mais que das outras vezes, estamos a ser incoerentes.

De direito e de facto, o Partido da União Democrática Popular, o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Social-Democrata e o Partido Centrista são os partidos em que a Nação votou na esperança de, com eles e por eles, ser governado. Em mais nenhuns outros grupos políticos os Portugueses delegaram poderes.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim sendo, o actual Governo é estranho à Nação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já lhe chamam III Governo Constitucional. Constitucional pode ser que seja, democrático não parece.

O I Governo caiu por falta de apoio parlamentar. Que apoio se pode garantir ao Governo que já neste momento está suspenso do voto de duas centenas e meia de Deputados, entre os quais nem um só lhe é obrigado? E, se hoje tiver sorte, que sortes lhe espera o futuro?

O II Governo caiu por incompreensão interna, pela incapacidade de duas correntes de pensamento — apenas duas — chegarem a acordo. Que força, que ideia comum será capaz de unir os pensamentos, as vontades de homens independentes que, pela primeira vez, foram juntos para se constituírem num todo governamental?

Antiparlamentarismo? Antipartidos? Antidemocracia? Ou será que foram chamados em nome da minoria abstencionista? É verdade que, sempre crescendo de eleição para eleição, pode o que antes foi menos no futuro ser mais. Nessas circunstâncias, este Governo seria antecipação de acontecimentos que não desejamos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É o momento de perguntar à Nação, de perguntar aos portugueses egoisticamente passivos, perigosamente passivos: não é esta uma estranha maneira de servir a Pátria, abstendo-se? Não é esta uma contraditória maneira de consolidar a democracia, abstendo-se?

Srs. Deputados, neste momento, ao presenciar o que se passa nesta Assembleia, que hei-de pensar do espírito e do patriotismo de grupos políticos que, embora afirmando-se democráticos, abrem as portas à não democracia? Onde estão as convicções que lhes deram vida e o orgulho dos seus militantes? Como é possível aqueles que foram escolhidos e, com essa escolha, honrados por todo um povo, tão cedo esquecerem suas obrigações, deixando entrar quem dentro desta Casa não tem lugar merecido?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porquê tal intromissão? Porque os partidos que formam esta Assembleia, ainda que afirmando-se portugueses e democráticos, não se entendem para servir Portugal. Não se importam de não servir Portugal só para de seu nada abdicarem.

Srs. Deputados, acaso já vos destes conta de que, com semelhante atitude de intransigência, estais fornecendo prova que mais pode a força do partido que a força nacional? Já reparastes que estais alardeando excessiva ambição de poder, atitude muito consentânea ao egoísmo totalitário mas que contraria a generosidade democrática?

Democracia é diálogo. Diálogo é dar e receber na procura sincera da verdade comum a todos ou à maioria.

Recusando sistematicamente o diálogo, não o diálogo consumidor de palavras, mas o diálogo que é cedência e concordância, dia virá em que seremos forçados a admitir que a Assembleia da República, tal como foi votada em 1976, deixou de poder representar a vontade dos Portugueses. Ou porque os partidos se desviaram dos rumos ao começo prometidos ou porque os Portugueses, agora mais experientes, já não querem o que julgavam querer,

temos de aceitar que daqui para o futuro o que sobre esta Assembleia for edificado é construir para cair. A menos que profundamente se altere a compreensão e a coragem de todos nós. A menos que se fortaleça acima de todo o querer: o querer bem servir Portugal.

**Senhoras e Senhores:** A mim o que preocupa é fez subir a esta tribuna não é criticar o Programa do III Governo, não é olhar de perto os novos governantes, de alguns dos quais o que sei chega para os considerar e respeitar, com relevância indiscutível no caso do Sr. Primeiro-Ministro, cujas obras, por de mais conhecidas, não podem ser-lhe negadas mas por elas o devemos louvar. Não, não estão em causa os novos Ministros, o que está em causa é não deixar a outros fazer o que a nós compete, é não deixar a poucos decidir o que a todos os portugueses compete decidir. O que se impõe é transformar o abstencionismo de vencidos em combate de vencedores. O que é necessário é definir e proceder de acordo com o futuro que queremos: aceitando uma política que se há-de justificar por verdades de conveniência, ou impondo uma política que por si se há-de afirmar com verdades espontâneas. Isto é, temos de escolher entre a imagem da verdade e a própria verdade.

A Nação, não tenho dúvidas, sempre há-de querer a verdade: porque só a verdade é digna de ser vivida.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estava agora inscrito o Sr. Secretário de Estado das Pescas, mas, dado que o Governo não tem tempo e como penso que a Assembleia não lhe vai conceder mais, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Leite para uma intervenção.

**O Sr. Jorge Leite (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A política de restauração dos privilégios do capital seguida pelo I Governo do PS com o apoio e o aplauso da direita e continuada pelo II Governo da coligação PS/CDS ou, como também se lhe chamou, do PS com personalidades do CDS, curiosamente também competentes, e que até puderam despartidarizar-se (julgue-o quem não pode experimentá-lo), conduziu a uma política social assente na intensificação da mobilidade da mão-de-obra, na insegurança no trabalho, na redução progressiva dos salários reais dos trabalhadores, na restrição dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações. Tal política assentou no medo e na repressão e acarretou pesados sacrifícios para os trabalhadores portugueses à custa dos quais e, mais importante do que isso, contra os quais se estava a levar à prática uma tal política. Tratava-se, no fundo, de uma política inconsistentemente reclamada pela CIP e pelos representantes do capital estrangeiro, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo então embaixador norte-americano Frank Carlucci (conhecido dirigente da CIA) e chegou mesmo a ser reclamada, em terras portuguesas, pelo embaixador da Grã-Bretanha em Portugal e, entre outros, pelo chefe da Democracia Cristã da República Federal da Alemanha.

Tendo em vista a sua concretização, procurou-se esvaziar de conteúdo os direitos conquistados e minar a resistência dos trabalhadores empenhados na sua defesa. Esta função procurava cumprí-la, por exemplo, a lei de liberalização dos despedimentos, a lei dos contratos a prazo, as leis do 2.º pacote sobre

a suspensão dos contratos individuais de trabalho, etc. Tais medidas, conjugadas com as de congelamentos dos salários e de liberalização dos preços, com a lentidão da justiça do trabalho e com a ineficácia da administração do trabalho, visavam permitir a reposição do poder social e político que sempre o capitalismo ligou, obviamente, ao poder económico. Cresceu, assim, a arrogância do patronato mais reacionário, intensificaram-se os despedimentos, aumentou o desemprego, desceram os salários reais, agravaram-se, em suma, as condições de vida e de trabalho da maioria dos portugueses.

Por outro lado, esta política visou, sem êxito, liquidar as experiências de gestão operária e de *contrôle* de gestão pelos trabalhadores e, ao mesmo tempo, enfraquecer o poderoso movimento sindical e todas as estruturas representativas dos trabalhadores.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Neste rápido resumo de medidas de política social, jogadas como peça da estratégia da recuperação capitalista, não pode esquecer-se o escandaloso processo de desintervenções da responsabilidade dos dois primeiros Governos. Incapazes de resistir às pressões internas e externas, ou concordantes com os seus objectivos, os dois primeiros Governos não se limitaram a proceder, com sacrifício dos interesses económicos nacionais e do projecto constitucional, à entrega de empresas intervencionadas ao patronato sabotador e nostálgico da protecção que o fascismo lhe dispensou. Os dois primeiros Governos esqueceram igualmente os crimes praticados pelos anteriores patrões contra a economia e a democracia e abandonaram os trabalhadores dessas empresas à fúria revanchista que corroía os patrões reembolsados.

*Aplausos do PCP.*

Para os responsáveis pelas desintervenções e para o responsável pela política do trabalho as razões do capital pareciam ser tudo e as razões dos trabalhadores quase nada.

Nisto salientou, aliás, o então Ministro da Indústria e hoje Primeiro-Ministro, engenheiro Nobre da Costa, que primou pela ausência de diálogo com os trabalhadores e pela execução pronta e míope do processo de desintervenções. Os casos da Copam, da Facar e da Mundet, aí ficam como exemplos do mais absoluto desrespeito e atropelo dos legítimos interesses dos trabalhadores.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Dois tipos de considerações urge fazer a propósito do Programa do III Governo no domínio da política do trabalho. Por um lado, é justo reconhecê-lo, o Programa enuncia algumas medidas positivas, de entre as quais se podem destacar: o propósito de respeitar a autonomia das organizações de classe e da sua intervenção na vida social e política segundo a sua representatividade; a afirmação da intenção de utilizar os meios ao dispor do Governo para se entrar na efectiva realização dos direitos e deveres constitucionais; o reconhecimento do direito à efectiva contratação colectiva com re-

curso excepcional à via administrativa e sempre com a participação dos interessados; o propósito de manter e, se possível, melhorar o nível dos salários reais, enfim, o propósito de manter e aumentar o nível de emprego.

Por outro lado, o Programa contém algumas medidas que nos merecem reservas, quer porque discordamos delas, quer porque, não estando as mesmas explicitadas, é impossível determinar se a sua concretização acabaria por ser de sentido positivo ou de sentido negativo. Assim, por exemplo, que sentido e alcance pensaria o Governo dar à revisão dos diplomas mencionados na p. 236, alínea e), sobre salário mínimo nacional, limites aos rendimentos do trabalho, contratos a prazo, e às férias, faltas e feriados? E sendo certo que a questão dos contratos a prazo está já prevista na referida alínea e), como interpretar o propósito de definir «o regime de prestação temporária de trabalho» referido na alínea f)? Visar-se-á com esta expressão, que já constava, aliás, do Programa do II Governo, legalizar, e porventura incrementar, as empresas negociadoras de mão-de-obra, isto é, as empresas cuja actividade consiste no comércio de mão-de-obra?

Iguais reservas e discordâncias nos merecem outras medidas enunciadas noutras pontos do Programa relativas à política de trabalho e também suas condicionantes.

Entendemos, por exemplo, que este Governo, se passasse na Assembleia da República, não podia nem devia prosseguir a tarefa anunciada na p. 22, alínea i), relativa, cito, «à organização de forma sistemática, integrada e coerente da profusa legislação do trabalho». Trata-se de uma medida iniciada pelo Ministro Maldonado Gonçalves, à sombra dos gabinetes, demasiado ampla para tão curto Governo, isto é, trata-se de uma medida que, pelo seu alcance, se não coaduna com o carácter precário deste Governo.

Finalmente, uma outra intenção do Governo chamou a nossa particular atenção. A fúria regulamentadora do Governo Nobre da Costa ia tão longe que se propunha regulamentar, sublinho regulamentar, a lei relativa às comissões de trabalhadores após a sua promulgação, porventura porque a referida fúria regulamentadora o não deixou ver que o diploma aqui aprovado sobre este assunto foi declarado inconstitucional e ao qual a Assembleia recusou os votos necessários à sua confirmação. Melhor avisado pareceu andar o Ministro do Trabalho, que se limitou a anunciar, no programa do respectivo sector, que, cito, «promoveria a definição do regime jurídico das comissões de trabalhadores».

Mas se algum mérito tem a expressão daquela fúria regulamentadora, esse reside no facto de revelar também aqui os reais objectivos do Governo Nobre da Costa. Aí se afirma, nomeadamente, que tal regulamentação tinha em vista, cito, «permitir que o exercício do direito do *contrôle* de gestão se efectue dentro de um quadro compatível com a autonomia da gestão das empresas». Que é isto, Sr. Primeiro-Ministro? Então agora o *contrôle* de gestão é, como quer a direita e todo o patronato, o direito de não intervir na gestão normal das empresas?

Sendo certo que tal entendimento se não colhe nem da prática quotidiana dos trabalhadores nem da Constituição, onde respirou o Governo tão bizarra interpretação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro do Trabalho: Apontámos reservas e discordâncias quanto a algumas medidas do Programa do Governo no que toca à política do trabalho e salientámos algumas medidas que objectiva e razoavelmente não podem deixar de ser consideradas como positivas. Só que entendemos que algumas destas últimas não são exequíveis por contraditorias com a política global deste Governo e, designadamente, da sua política económica. Esta acabará por revelar que não é com tal política que se podem conseguir tais objectivos.

*Aplausos do PCP.*

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A política económica e financeira do novo Portugal democrático deve ter como objectivo servir o povo trabalhador e o País, deve significar, não o enriquecimento de uma pequena minoria à custa da miséria da esmagadora maioria da população, mas antes a elevação do nível de vida material e cultural de todo o povo português.

*O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!*

**O Orador:** — A política de recuperação capitalista já demonstrou, ao longo destes quase três anos, os seus efeitos no plano social.

Da política dos «pacotes» nada mais esperam os trabalhadores que não sejam a descida dos salários reais e o agravamento das suas condições de vida. Das receitas do Fundo Monetário Internacional e do imperialismo só pode resultar mais desemprego, mais miséria. Das exigências da CIP, dos grandes capitalistas e da sua aceitação (explícita ou implícita) resulta necessariamente o aumento dos lucros à custa da maior exploração dos trabalhadores. Das manobras e chantagens dos partidos da direita só se podem esperar tentativas de desestabilização social, de divisionismo do momento sindical, de enfraquecimento do movimento dos trabalhadores.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — Uma alternativa democrática para a saída da crise concretiza-se com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, realiza-se na defesa dos seus direitos e interesses e não seguramente na degradação das suas condições de vida, na dramática inssegurança do desemprego, na ameaça da retaliação e do despedimento e outras sanções abusivas e ilegais, no ataque à gestão dos trabalhadores e ao *contrôle* operário.

A alternativa democrática para a saída da crise — para cuja formulação e divulgação o PCP tem dado uma contribuição decisiva — exige a mobilização e participação criadora dos trabalhadores e essa mobilização e participação só são possíveis, só podem realizar-se com uma política que atenda às suas legítimas reivindicações, que defende os seus direitos e interesses, que respeite a autonomia do movimento sindical e dos trabalhadores.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — A política de salários e preços deve ser — tem de ser — encaminhada, com toda a fir-

meza, para defender os salários reais dos trabalhadores, não só através da contenção dos preços e medidas eficazes contra a especulação, mas também no desbloqueamento da contratação colectiva, na adopção de medidas firmes contra a sabotagem dos contratos colectivos de trabalho.

*A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!*

**O Orador:** — Urge, por outro lado, corrigir os gravíssimos erros contidos no decreto-lei do Governo PS/CDS sobre salário mínimo!

A prática dos despedimentos selectivos — quer de membros de comissões de trabalhadores, quer de dirigentes e delegados sindicais — exige não só medidas legislativas eficazes, como exige igualmente da parte de um Governo democrático a adopção de uma prática capaz de efectivar a legislação existente, impedindo o alto patronato revanchista de os levar à prática.

Os despedimentos, colectivos e individuais, o desemprego, têm de ser combatidos, designadamente, pela adopção de uma nova política que ponha o acento tónico no aumento da produção nacional, no apoio às pequenas e médias empresas, na consolidação do sector nacionalizado e da Reforma Agrária.

Os sectores mais desfavorecidos da população e, de entre eles, os reformados, os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas, os resineiros, os mineiros, os pescadores — devem ser objecto de medidas especiais de protecção, não só através de adequada regulamentação legal, como pela elevação das pensões e dos salários mínimos e por adequada protecção social.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — Urge terminar com a política de desintervenções, bem como reconsiderar as desintervenções já executadas e de que tem resultado, no essencial, novas e graves dificuldades para as empresas e exploração e repressão para os trabalhadores.

A gestão dos trabalhadores em numerosas empresas, o *contrôle* operário, devem ser respeitados e defendidos, não só como um imperativo constitucional, mas como uma contribuição fundamental para a defesa dos direitos dos trabalhadores e para a recuperação da nossa economia.

Esta é — nalguns traços significativos — a política necessária no plano social. Estas têm sido — entre outras — as reivindicações e propostas adiantadas pelo movimento dos trabalhadores.

Unido em torno da poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, a CGTP — Intersindical Nacional, o movimento sindical português está consciente de que o reforço da sua unidade e a defesa intransigente da sua autonomia e independência são um factor determinante na concretização dessas reivindicações.

Os trabalhadores portugueses já demonstraram mais de uma vez que não pouparão esforços para defender a democracia e que sabem e saberão lutar, dentro da democracia, para a consolidar.

Ouvir os trabalhadores, atender às suas reclamações mais instantes, respeitar a independência das suas organizações, são traços fundamentais de uma política que sirva os interesses do povo e do país.

Não são nem nunca foram os sacrifícios que assustam os trabalhadores. Não é o trabalho que mete medo a quem trabalha. Aquilo que os trabalhadores não aceitam é que se lhes peça mais trabalho e mais sacrifícios para beneficiar quem os explora e reprime.

*Aplausos do PCP.*

Aquilo que recusam é o regresso ao passado, o regresso à política de escandalosa protecção do grande patronato; aquilo a que resistiram e resistirão é à prossecução de uma política ditada pelos interesses do capital internacional; aquilo, enfim, que recusam é o congelamento do projecto constitucional.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues, para uma intervenção.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É certamente com espanto e indignação que a população trabalhadora deste país toma conhecimento, pelos meios da comunicação social, que o Gabinete Nobre da Costa ainda se encontra em S. Bento, apesar de já rejeitado pela maioria dos Deputados desta Assembleia.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Essa agora!

O Orador: — E a pergunta que sairá inevitavelmente de todas as bocas daqueles que de norte a sul do País lutaram para impor a democracia, as conquistas do 25 de Abril, nas fábricas e nos campos, nas cidades, vilas e aldeias, é esta: que esperam ainda em S. Bento?

Este Gabinete, derrotado desde o início pela maioria dos Deputados presentes na Câmara, espera apenas que um qualquer artificio no mecanismo da votação das moções de rejeição possa fazer um milagre?

O povo não deixará de concluir que o Gabinete do engenheiro Nobre da Costa, que aceitou formar-se à revelia da Constituição, à revelia dos resultados eleitorais, aceitaria também violar a mais elementar regra da democracia, o respeito pela vontade da maioria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há razão para o povo se inquietar com a escalada contra a democracia. O povo sabe que a presença do Gabinete Eanes/Nobre da Costa nesta Assembleia é parte integrante dessa escalada.

O povo trabalhador deste país não foi um mero espectador da Revolução de Abril, como alguns interessadamente procuram fazer crer. O povo trabalhador deste país inscreveu na sua memória colectiva, antes e em particular depois do 25 de Abril, a luta pelas liberdades de reunião e associação sindical e política, pela liberdade de expressão, pela democracia política através de eleições livres com base nos partidos políticos.

O povo trabalhador inscreveu na sua memória colectiva, depois do 25 de Abril, a luta pela defesa das liberdades, da democracia, das conquistas da Revolução, contra sucessivas tentativas de golpe por parte das forças políticas e sociais do passado, herdeiras do regime de opressão, terror e obscurantismo, que durante quase cinquenta anos reinou no País.

Por isso, o povo não deixará de associar este golpe contra a democracia, contra a vontade do povo, contra o Partido Socialista, com o golpe desencadeado por Palma Carlos no I Governo Provisório e que abriu as portas ao general Spínola para a sua tentativa abortada do 28 de Setembro.

Também nessa altura, os Ministros do PPD, partido de natureza idêntica à do CDS, pediram a sua demissão alegando que não podiam governar com poderes paralelos. Os poderes paralelos eram as comissões de trabalhadores, então nascentes.

O CDS, que entrou para o anterior Governo dizendo que o fazia para melhor combater o PS, desencadeou a actual crise na base de exigências e chantagens que implicaram a completa destruição do Partido Socialista, coluna vertebral da democracia e das liberdades, para também ele abrir a porta ao golpe antidemocrático do general Eanes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O povo não quer mais golpes que apenas conduzem ao caos e à miséria. O povo quer paz e democracia e por isso votou esmagadoramente no Partido Socialista, garante da paz e da democracia.

Por isso, quando, há alguns dias, camponeses do Baixo Mondego, reunidos com militantes socialistas, clamavam indignação, dizendo: «O general Ramalho Eanes quis rasgar os nossos votos» — exprimiam o sentimento geral dos trabalhadores deste país.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o general Ramalho Eanes quis rasgar os votos do povo. O general Ramalho Eanes quis rasgar os votos dos socialistas. Mas acrescentavam os camponeses do Baixo Mondego: «Somos socialistas, morreremos socialistas na luta, se necessário for.»

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permito-me citar o pensador e dirigente socialista francês, assassinado nas vésperas da I Guerra Mundial, Jean Jaurès: «O capitalismo transporta a guerra e o caos como a nuvem transporta a tempestade.»

O povo português, votado à incultura e ao obscurantismo durante décadas, não conhece certamente, na sua maioria, Jean Jaurès. Mas sabe, pela sua experiência, quem são os responsáveis por todas as crises depois do 25 de Abril: as forças políticas representantes do passado: o PPD, o CDS, a hierarquia militar.

O 28 de Setembro de 1974 foi a desestabilização e a aventura. A crise do Verão de 1978, aberta pelo CDS, impulsionada pelo PPD, desenvolvida pelo general Eanes, leva à desestabilização, à aventura, ao caos.

Não foram os trabalhadores, não são os trabalhadores que desestabilizaram o País. Aqueles que em nome da estabilização do País pregam e defendem à revelia das aspirações dos seus militantes e simpatizantes a estabilidade da Presidência da República ajudam, na prática, a desestabilizar o País e impedem a unidade dos trabalhadores portugueses, garantia, essa sim, da estabilidade, da democracia, da paz!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos responsáveis da crise do Verão de 1978, o Prof. Freitas do Amaral, veio declarar nesta Câmara, no início da sua intervenção, que a queda deste Gabinete não punha em causa o Sr. Presidente da República.

Em política, como na vida, a hipocrisia deveria ter limites. Não é porém o caso. E o Prof. Freitas do Amaral, elemento detonador da crise, apoiante

entusiástico da solução apontada pelo general Eanes em 1 de Agosto, veio depois, após as declarações de oposição firme por parte do PS, descolar-se momentaneamente do Presidente da República, para de novo se colar ao Partido Socialista. Não esqueceu porém de ressalvar e procurar defender a imagem do Sr. Presidente da República.

Srs. Deputados do CDS, repito, a hipocrisia deveria ter limites. Descolem-se definitivamente do PS. O passado e o futuro, a água e o fogo não são passíveis de casamento.

Este debate, se teve algum mérito, foi o de tornar claro, límpido, cristalino, aos olhos da população portuguesa, que, por detrás deste Gabinete, se perfila a figura do general Eanes. As conclusões são, pois, também claras, límpidas, cristalinas.

A derrota do Gabinete Nobre da Costa é a derrota do general Eanes.

A ilegitimidade do Gabinete Nobre da Costa é a ilegitimidade do general Eanes como Presidente da República.

A estabilidade social e política, a democracia e a paz exigem que os responsáveis da crise saiam do Poder. A estabilidade social e política, a democracia e a paz exigem que o Partido Socialista, seu principal garante, assuma todas as suas responsabilidades. É a maioria do povo português, que votou no Partido Socialista, que não quer ver os seus votos rasgados, que quer a estabilidade e a paz. São eles quem exige um socialista para a presidência da República.

Sim, com a maioria do povo, com a maioria dos trabalhadores, disso estou certo, declaro desta tribuna que à frente da Revolução Portuguesa, pelo lugar que nela ocupou e ocupa de pleno direito, deve estar um socialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A unidade dos trabalhadores contra este Gabinete, contra o seu principal responsável, existe no País. A unidade dos trabalhadores contra este Governo e o seu responsável pode ser feita nesta Câmara.

O PS, o maior partido dos trabalhadores, apresentou uma moção de rejeição, sem qualquer ultimato. O PCP apresentou a sua moção, declarando não votar quaisquer outras. Mas terá a direcção do PCP o direito de, em nome da estabilidade da Presidência da República, factor de divisão dos trabalhadores, recusar-se a fazer a unidade dos trabalhadores portugueses? A unidade contra este Governo é possível! A unidade para um Governo socialista, que aplique uma política socialista, é possível, ou sob a forma de um Governo PS/PCP, ou sob a forma de um Governo socialista homogéneo apoiado pelo PCP no Parlamento.

O apoio entusiástico que tal Governo suscitaria entre os trabalhadores criaria a base mais sólida, mais estável e mais coerente deseável por qualquer Governo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres, para uma intervenção.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quando o I Governo Constitucional submeteu a esta Assembleia, em Dezembro do ano passado, uma moção de confiança, tive ocasião, durante o respectivo debate, de proceder ao balanço

rápido da actividade governativa nos domínios económicos e financeiros, pondo em evidência as enormes dificuldades que foi preciso ultrapassar e os resultados que, em circunstâncias bem difíceis, foram, apesar de tudo, conseguidos.

A exoneração do Primeiro-Ministro do II Governo Constitucional, feita sem que esta Assembleia se tivesse pronunciado sobre a questão da confiança, não tornou possível que até a este momento idêntica avaliação fosse feita, quanto à política económica e financeira que o II Governo adoptou e quanto aos objectivos já alcançados, apesar do seu período extremamente curto de vigência.

Estou em crer que é este o momento de o fazer, antes de me pronunciar sobre o Programa do Governo presidido pelo engenheiro Nobre da Costa.

Coube ao II Governo Constitucional — e em particular à equipa dirigida pelo Ministro Vítor Constâncio — explicitar de forma rigorosa e coerente um programa de estabilização económica e financeira, dirigido ao combate prioritário, a curto prazo, do deficit da balança de transacções correntes e do ritmo elevado da inflação.

A defesa corajosa dessa política, indispensável mas necessariamente impopular, feita pelo então Ministro das Finanças e do Plano, perante esta Assembleia e perante o País e as vitórias parlamentares que a ratificaram, derrotando as posições demagógicas que se lhe tentaram opor, sem consistência nem fundamento, foram essenciais para assegurar a aceitação pública das medidas que urgia adoptar, sem sobressaltos de natureza social, sem agudizar contestações ou controvérsias.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Permitir a criação de um consenso generalizado, de que à partida se não dispunha, em torno de um programa de austeridade justo e rigoroso foi uma inestimável contribuição do II Governo Constitucional para a consolidação da democracia política e da paz social, facilitando extremamente a tarefa aos Governos futuros.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

Não basta, porém, reafirmar o êxito dos esforços alcançados para assegurar o financiamento externo do deficit. Importa que nos debrucemos também sobre os progressos obtidos na ordem interna, apesar do reduzido tempo de que se dispôs, para podermos concluir do realismo e do acerto das políticas aplicadas. Assim, comparando o 1.º semestre de 1978 com o 1.º semestre de 1977, as importações FOB cresceram cerca de 11,7 %, em dólares, enquanto as exportações, também FOB, registaram um ritmo superior, estimado em 14,7 %, revelando clara inversão das tendências anteriores. A comparação é ainda mais favorável se for feita com o 2.º semestre de 1977, conforme acaba de reconhecer, na sua intervenção, o Sr. Ministro das Finanças e do Plano. É verdade que o desequilíbrio em valor absoluto anteriormente existente fez com que o deficit da balança comercial registasse ainda um agravamento de cerca de 9 %, simplesmente foi já possível contê-lo no 1.º semestre por forma a representar apenas 53 % do deficit anual previsto, o que, tendo em conta o tempo

de maturação das medidas adoptadas, faz encarar com optimismo o 2.º semestre deste ano. Estes resultados devem ainda ter em conta que o nosso país realizou, na primeira metade deste ano, cerca de 40% das importações anuais previstas de bens alimentares essenciais, contra apenas 25% no mesmo período do ano anterior, por razões de oportunidade comercial, e que as importações do petróleo bruto, elemento de grande peso relativo, como é do conhecimento geral, cresceram 25% em volume, visando a constituição dos stocks necessários ao arranque próximo da refinaria de Sines.

Em contrapartida, o 1.º semestre deste ano, período de vigência do II Governo Constitucional, veio a assistir, também em dólares e em relação a igual período do ano anterior, a um aumento das receitas líquidas do turismo próximo de 28% e das remessas dos emigrantes que se avizinhou de 24%.

O mês de Julho e a primeira quinzena de Agosto registaram mesmo, pela primeira vez desde há alguns anos, saldos positivos na balança comercial do Banco de Portugal, respectivamente de 62 e 67 milhões de dólares. Isto, e é bom que todos o saibam, não inclui o produto dos empréstimos contraídos para financiar o deficit da balança.

É pois verdade que as reservas do Banco de Portugal se encontram hoje numa situação bem mais confortável para o Governo e para o País que aquela que foi herdada pelos Governos Constitucionais.

Também a inflação registou nos sete primeiros meses de 1978 uma desaceleração — face a igual período de 1977 —, pois o aumento dos preços cifrou-se apenas em 20,8%, apesar de neste período terem ocorrido os aumentos de carácter administrativo, que têm uma incidência anual que permitia encarar com optimismo a possibilidade de conter próximo do objectivo de 20% a meta da taxa de inflação em 1978.

Duas notas adicionais apenas: a primeira para referir o esforço empreendido de consolidação do sector empresarial do Estado com a atribuição atempada dos subsídios justificados e dos aumentos de capital, processados em íntima ligação com projectos de investimento e ainda com a celebração dos primeiros acordos de saneamento económico-financeiro de empresas públicas, estando vários outros em preparação; a segunda para referir que até a crítica apontada em alguns sectores, referente à suposta morosidade com que se estaria a processar o tratamento das indemnizações, encontrou afinal resposta cabal no que é expressamente reconhecido pelo próprio Programa do actual Governo no n.º 4 do capítulo referente ao sector privado, a pp. 104 e seguintes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Algumas palavras agora sobre a política económica e financeira, ou melhor, sobre as políticas económicas e financeiras do Programa do Governo presidido pelo engenheiro Nobre da Costa. É que, na realidade, há duas filosofias inteiramente distintas sobre estas matérias, quando compararmos os capítulos de natureza global, que supomos da responsabilidade do Sr. Ministro Silva Lopes, com o aglomerado dos capítulos anteriores, algo incoerentes entre si, quase todos, no entanto, coerentes na qualidade de pouco terem a ver, che-

gando nalguns casos à oposição frontal — como mostrarei —, com a política global previamente definida.

Talvez por isso nos não pareça correcta a observação aqui feita pelo Sr. Prof. Freitas do Amaral, assimilando de certa maneira o actual Governo ao comunismo soviético. Cremos que com maior propriedade se deve falar de um Governo em autogestão.

Começarei por apreciar a primeira política económica e financeira do Governo, a que consta do capítulo III do Programa.

Antes de mais, dois aspectos positivos que importa considerar:

O primeiro consiste no reconhecimento expresso da correcção da estratégia do II Governo Constitucional nesta matéria e na colagem quase total do Programa agora apresentado com os aspectos de curto prazo do Programa anterior.

O segundo corresponde à aceitação do carácter provisório e precário do Governo, que por isso mesmo se confina essencialmente nesta parte do Programa a enfrentar problemas de natureza conjuntural.

Outros poderão considerar como negativos os dois aspectos que acabo de referir, porque reveladores de falta de originalidade ou porque limitando a possibilidade de equacionar e resolver problemas de fundo, cuja solução é necessariamente morosa.

Pela nossa parte, no entanto, só podemos registar com prazer que o Governo confirme as nossas teses quer quanto à necessidade e principais características de um programa de estabilização económica a curto prazo, quer quanto ao carácter precário e de recurso que ele próprio tem.

Quero seguidamente sublinhar que o Programa não confirma algumas promessas demagógicas que aquando da formação do Governo foram suscitadas junto da opinião pública. Refiro-me, em concreto, ao abrandamento da política de austeridade e à renegociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Quanto ao primeiro ponto, as pretensas novidades deste Programa — como, por exemplo, o fim ou o alargamento do limite de 7 contos nas saídas para o estrangeiro e as propostas de revisão das taxas dos impostos profissional e complementar — foram afinal anunciadas em tempo ao País pelo Ministro Vitor Constâncio em diversas declarações públicas anteriores à queda do II Governo Constitucional.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro afirmou, aliás, na introdução que aqui fez que o Governo reafirmava a política de austeridade e admitiu até o seu agravamento. É consolador verificar que a realidade fria das coisas cedo se impôs à precipitação motivada pelo natural entusiasmo inicial.

Quanto ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Programa do Governo desmente a intenção de o renegociar e prevê, isso sim, o entabular de conversações para a celebração de novos acordos quando expirar o prazo que este prevê e a concretização das cláusulas da carta de intenções quanto à reapreciação prevista para o meio da vigência do acordo em vigor, em função dos resultados obtidos.

Um aspecto apenas nos causa neste domínio comprehensível perplexidade. O Programa do Governo revela uma verdadeira obsessão em relação ao Fundo Monetário Internacional, FMI, citando expressamente o FMI vinte e três vezes, quer na justificação de medidas concretas, quer na formulação de orientações gerais.

Numa primeira impressão pareceu colher-se a ideia de que o Governo pretendia desvincular-se das suas responsabilidades na política que formula, atribuindo-as por inteiro ao acordo celebrado com o Fundo.

O Governo desmente, no entanto, tal interpretação ao afirmar sem margem para dúvidas, na p. 28 do seu Programa, que as medidas previstas no acordo «são de facto necessárias para combater de forma efectiva o deficit da balança de pagamentos, como, de resto, já estará a acontecer», e para garantir a confiança em Portugal nos mercados financeiros internacionais.

A preocupação obsessiva em citar o Fundo Monetário Internacional só pode, pois, corresponder a uma confirmação de fraqueza do actual Governo, consciente da débil posição política em que está, para defender com eficácia os interesses nacionais em situações que reconhecidamente exigem, como exigiram já, em passado recente, firmeza, determinação e uma base sólida de apoio político, quer interno, quer externo.

#### Vozes do PSD: — Muito bem!

**O Orador:** — Acresce a isto que a negociação que o Governo prevê, visando o período que se inicia em Março de 1979, terá em vista o acesso de Portugal às chamadas facilidade suplementar de crédito e facilidade alargada do FMI, o que pressupõe um financiamento a prazo de três anos orientado para soluções de carácter mais estrutural, só possíveis na base de um projecto político e económico a médio prazo, que o actual Governo, como ele próprio confessa, não está em condições de poder formular com segurança.

Aliás, atitude de fraqueza semelhante está também presente no capítulo respeitante à adesão às Comunidades Europeias. Nele o Governo se reconhece pronto a discutir com a Comissão da CEE «a concertação da política industrial no domínio dos produtores siderúrgicos e dos têxteis e noutras indústrias onde sejam necessários esforços similares». Não está em causa discutir a necessidade de tais negociações. Incluir, porém, pressurosamente o seu reconhecimento num programa de Governo é que enfraquece frontalmente a nossa posição negocial, face a parceiros que nem sempre têm, à partida, ideias muito lisonjeiras quanto às nossas próprias necessidades de desenvolvimento industrial. Portugal não pode aceitar qualquer congelamento da estrutura industrial existente, sob pena de se inviabilizar como país desenvolvido.

Observação de fundo merece-nos o tratamento dado ao problema da inflação.

Não se indicam objectivos quantificados, abandona-se a ideia do Código de Preços que estava em preparação, anuncia-se o agravamento do imposto de transacções e mantém-se uma grande ambiguidade em todo o capítulo que ao problema se refere. Fi-

ca-nos a convicção íntima de que o Governo — e a resposta do Sr. Ministro das Finanças não foi inteiramente tranquilizadora — se prepara para sacrificar o objectivo do combate à inflação a outras prioridades, que aliás não explicita claramente, fazendo com que os preços possam vir a ser deixados um pouco à sua sorte. Esta convicção é, para nós, particularmente preocupante. Consideramos essencial que se continue a reduzir gradualmente o ritmo da subida dos preços, sob pena de se criarem as maiores distorções na vida económica do País e no comportamento dos respectivos agentes e de nos distanciarmos perigosamente das formas de comportamento típico das economias europeias.

Várias observações poderia ainda acrescentar.

Não valerá, porém, a pena perder com isso muito tempo e limitar-me-ei a sublinhar que por debaixo de uma neutralidade de pendor tecnocrático, comum, aliás, a quase todo o texto, se deixam aflorar aqui e ali diversas notas que fazem supor que o Governo poderá acabar, na prática, por optar em favor de interesses económicos privados quando estes se oponham às necessidades do sector público ou até ao bem comum, como nós o entendemos.

Alude-se, por exemplo, à possível falência de empresas públicas. Critica-se indiscriminadamente o sector empresarial do Estado, sem distinguir o comportamento e a situação das empresas de carácter financeiro ou produtivo das dos transportes, onde são mais graves os problemas, afirma-se, enfim, que se irão encarregar entidades estranhas ao Estado, eventualmente privadas ou até estrangeiras, nada o desmente, das avaliações das empresas nacionalizadas para efeitos de indemnização definitiva.

Gostaria, aliás, que ficasse claro para o Governo, se vier a passar nesta Assembleia, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará particularmente atento a tudo quanto vier a ser feito neste último domínio e que não deixará de utilizar os meios constitucionais ao seu alcance se ele se vier a processar, em contraste com o espírito da lei, evidenciando a intenção de favorecer a criação de um novo poder económico, com a natureza daquele que foi em Portugal um dos principais sustentáculos do regime fascista.

#### Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é muito o tempo de que disponho para criticar a segunda política económica do Governo, a que corresponde à juxtaposição de diversos capítulos de natureza sectorial.

Duas observações apenas: a primeira para dizer que esperávamos deste debate e deste Governo, que incluiu tão apreciável número de gestores na sua composição e que se confina na sua acção a um horizonte temporal limitado, a proposta de um conjunto de medidas imediatas orientadas para resolver os problemas mais urgentes. Debalde procurámos, a título de exemplo, como vai ser resolvido o problema da CP ou a da Setenave, como iremos superar as dificuldades que provêm do nosso excesso de capacidade na refinação de petróleos, e este Governo pareceria, à partida, particularmente bem dotado para nos trazer essas soluções.

Em vez disso fomos encontrar uma extensa listagem, confundindo objectivos, meios e medidas de política, quase nunca estabelecendo de forma clara hierarquizações ou prioridades e apontando sempre, ainda que mal, para horizontes temporais mais próximos de um Governo de legislatura.

A segunda observação para pôr em evidência a flagrante contradição entre essas políticas e a política económica global, ou seja, entre a primeira e a segunda das políticas económicas do Governo. Contradição que está, à partida, na incompatibilidade entre as limitações orçamentais que se afirmam e os vastos programas de realização que se alardeiam. Mas contradição que é também de orientação e de filosofia política, quanto aos objectivos e à estratégia do desenvolvimento.

Um exemplo tirado de entre muitos chega para o mostrar. Comparem os Srs. Deputados a estratégia referida na política de investimentos global, no que diz respeito à indústria, apontando para o fomento prioritário de projectos industriais de tipo trabalho intensivo, com a lista de investimentos, quase todos de elevada intensidade em capital que constituem o capítulo de investimento referente às indústrias transformadoras.

Nem num lado nem no outro, nos extremos opostos do espectro de uma política, se encontra qualquer referência às indústrias de tecnologia intermédia que parecem talvez, naturalmente sem exclusividade, as mais adequadas ao nosso actual estado de desenvolvimento.

É aliás no domínio da política industrial que é mais confrangedor encontrar neste Governo a ausência de uma política clara, com objectivos precisos, definidos no tempo com meios inventariados com medidas eficazes e inovadoras para resolver tanta problemática urgente que todos reconhecemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminei as minhas palavras citando uma cena académica da facultade de Direito de Lisboa, tanto do agrado dos meus colegas de bancada José Luís Nunes e Alberto Arons de Carvalho. O Programa económico do Governo presidido pelo engenheiro Nobre da Costa tem coisas boas e tem coisas originais. Só é pena que as boas não sejam originais e que as originais não sejam boas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Deputado António Guterres, o Sr. Deputado fez um rasgado elogio ao II Governo Constitucional e à sua política económica. Dir-se-ia que tínhamos voltado para trás, que estávamos em Janeiro e que estava a apresentar o II Governo. Por mim, diria que não será necessário rebater o optimismo com que se referiu e os elogios que fez, porque acho que os resultados práticos da política económica do Governo são bem conhecidos pelo povo. E, se é verdade que pode ser que não tenham razão aqueles que dizem que tudo o que o II Governo fez foi mal feito, de certeza absoluta que não têm razão nenhuma aqueles que dizem que tudo o que fez foi bem feito.

A questão que lhe queria pôr é a seguinte: nos elogios que fez ao II Governo Constitucional teve o bom senso de não lhe atribuir a qualidade da solidez, porque de facto não a teve, tão curta foi a sua duração. O que eu queria saber era se, no entender do Sr. Deputado, se assim pode ser interpretada a sua intervenção, a aliança PS/CDS tem viabilidade e é deseável que volte a ser reposta, ou se na verdade a actuação do CDS — já denunciada em termos energéticos pelo Secretariado do seu partido — demonstrou que é extremamente perigosa a fórmula que foi encontrada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado pode responder, se assim o desejar.

O Sr. António Guterres (PS): — Com todo o gosto.

Penso dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Partido Socialista não tem intenção de voltar a reeditar o acordo PS/CDS. Só desejo é que em breve os militantes da UDP não venham a ter saudades dos tempos do II Governo Constitucional.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Disso pode estar também descansado!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Alda Nogueira.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: No momento da discussão do Programa apresentado a esta Assembleia pelo Primeiro-Ministro Nobre da Costa, importa reassumir aqui as posições do PCP no campo das relações externas do nosso país.

Importa aqui reafirmar que o PCP sempre defendeu e continua a defender a diversificação das relações de Portugal com todos os povos do mundo, na base de vantagens recíprocas (ou seja com respeito dos interesses mútuos) e de não ingerência nos assuntos dos outros Estados.

Cabe, aliás, ao PCP particular autoridade neste campo, pois, como é sabido, tempos houve em que nos encontrámos praticamente sozinhos, defendendo relações com todos os povos do mundo, nomeadamente com os povos africanos, vítimas do colonialismo português. E tivemos de o fazer contra ventos e marés, à custa de muitos e pesados sacrifícios.

*Aplausos do PCP.*

Só na base dos três princípios já enunciados — diversificação, vantagens mútuas e não ingerência —, nas relações com todos os países do mundo, pensamos, poderá ser levada a cabo uma política de verdadeira independência nacional, sem a qual não poderá, aliás, haver a recuperação económica necessária para a saída da crise que o País atravessa.

Ora, a integração de Portugal na CEE, que se pretende erigir em primado no campo das nossas relações externas, conduz ao afunilamento destas mesmas relações, é contrária à diversificação que a Constituição da República defende.

Com efeito, trata-se da integração de Portugal na mini-Europa dos monopólios, de que fazem parte apenas nove dos mais de trinta Estados soberanos da Europa. Não se pode pois falar com propriedade de qualquer «opção europeia», como se tem falado.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Também não é uma opção económica, no sentido em que se tem pretendido — o de ajuda à nossa economia para vencer as dificuldades com que esta se debate.

Com efeito, da integração de Portugal, com uma economia atrasada em relação à dos países da CEE, do desaparecimento da protecção aduaneira actualmente existente, resultaria não a melhoria mas o agravamento da crise da nossa economia, como, aliás, já aqui o demonstrou o meu camarada Carlos Carvalhas.

Não há, pois, qualquer vantagem mútua da integração de Portugal na CEE. Bem pelo contrário. As vantagens advêm sim para a mini-Europa dos monopólios.

Tal opção é sim uma opção política contrária aos interesses do Portugal democrático. A integração de Portugal na CEE é um pretexto ou antes um meio através do qual as forças da reacção internacional, as forças imperialistas tentam impor de novo em Portugal o seu domínio, o domínio dos monopólios que o 25 de Abril abalou seriamente.

E sobre as consequências de tal domínio o nosso povo tem uma experiência dolorosamente vivida e sabe que ele significa, entre outras coisas, exploração inaudita da mão-de-obra das massas trabalhadoras, subdesenvolvimento para a nossa economia, cerceamento das liberdades democráticas para todo o povo, numa palavra, ingerência de todas as formas na vida política e económica nacional, com os evidentes e sérios perigos para a independência de Portugal.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Por tudo isto, somos contra a integração de Portugal na CEE, o que não significa, como já o temos dito, que sejamos contra a assinatura de acordos com os países da CEE e com a própria CEE, desde que mutuamente vantajosos e respeitadores da independência nacional.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Já aqui foi dito, pelos meus camaradas que a este assunto se referiram, que neste Programa, quer no que respeita à agricultura, quer no que respeita à economia geral, tudo se passa como se já estivéssemos plenamente integrados na CEE, isto quando ainda nem sequer se concretizaram na prática as negociações (que levarão anos, se alguma vez se chegarem a realizar), quando ainda não há qualquer estudo sério sobre o assunto.

Porquê esta pressa, porquê esta corrida no escuro? Porque fazer da questão da chamada «opção europeia» um quase teste de democracia, acusando à partida como menos democratas os que são contra, quando se sabe que na Europa há países capitalistas como a Áustria, Suíça, Suécia, Finlândia, Islândia,

Noruega e outros, com níveis de desenvolvimento muito mais altos que Portugal e que não estão na CEE? Serão estes países menos democratas para os que fazem tais acusações?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O menos que se pode dizer é que ao mobilizar desta forma os meios de comunicação e outros para pressionar as forças democráticas, para tentar desvirtuar ante a opinião pública a imagem da posição das forças democráticas neste campo das relações externas, as forças da reacção revelam mais uma vez o seu receio de perder o comboio da contra-revolução. Sabem que o tempo não joga a seu favor.

Quanto às relações com os outros países da Europa para além dos da CEE, bem como com todos os outros países do Mundo, defendemo-las naturalmente dentro dos princípios que atrás referi, incluindo as relações com os países socialistas e as relações com os povos e países recém-libertados do colonialismo português.

Somos, finalmente, e de acordo com a Constituição da República, por uma política activa de defesa da paz, da segurança, do desarmamento, do desanuviamento na Europa e em todo o mundo.

Estas são no essencial as posições que pensamos devem ser levadas à prática por um governo democrático no campo das relações externas, pois só elas servem os interesses do povo e do País e estão de acordo com o que a Constituição da República neste aspecto estabelece.

**Aplausos do PCP.**

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Vieira.

**O Sr. Ângelo Vieira (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É esta a mais curta intervenção de todas as que aqui passaram, mas tal deve-se ao facto de não ser minha intenção discutir o que não há mas, apenas, fazer um reparo ao que no Programa se diz sobre o problema dos desalojados.

É a população desalojada imensamente sacrificada pelos vários «jogos» políticos que desde 1974-1975 se têm feito em torno deles.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — E antes de 1974!

**O Orador:** — Também, Sr.ª Deputada, também!

É a população desalojada imensamente sacrificada pelos vários «jogos» políticos que desde 1974-1975 se têm feito em torno deles. Primeiro, porque foram esquecidos; depois, porque, em algumas ocasiões, foram lembrados em demasia.

Ainda hoje são eles que continuam a pagar a factura de uma revolução que, pouco ou nada, os teve em conta.

Os desalojados, também designados por retornados, foram sempre tratados como os parentes pobres da revolução que, a ter sido das rosas, lhes destinaria, certamente, os espinhos.

Em todos os tempos foram os que em África trabalhavam tidos como portugueses e se o fascismo lhes chegou a chamar de segunda, a verdade é que a democracia não os fez subir de categoria.

Por simples decreto nega-se a cidadania àqueles a quem, em passado recente, se atestava com selo branco que outra coisa não podiam ser que portugueses.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O termo «retornado», porém, passou a ter como significado (e por isso se manteve) que se tratava de um português de pleno direito para o qual o Governo assumia uma obrigação de ajuda. Ajuda que não deve ser mendigada (como na maioria das vezes acontece), mas de direito, sem jogos de oportunidade.

**O Sr. Malhó da Fonseca (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, quando se esperava que o Programa do Governo apontasse para uma classificação etária e profissional, para uma revogação de decretos racistas, verificamos, com enorme espanto, que tudo se remete para o I Programa dos Governos Constitucionais, o que, na prática, quer dizer: nada, e, para a extinção do organismo de apoio a desalojados, com o pretexto de acabar com a designação de «retornados», passando todos a serem portugueses.

**O Sr. Malhó da Fonseca (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — É aqui, precisamente, que surgem as principais dúvidas dos desalojados. Pois será que o Governo agora aqui presente pensa que os retornados não são portugueses?

Ou, pelo contrário, pretende, por um jogo habilidoso de palavras, ficar sem responsabilidades sobre essa imensa massa humana?

É que portugueses sempre nós fomos, e o facto de nos designarem por «retornados» ou «desalojados» quer apenas dizer que o País, independentemente do Governo, tem responsabilidades sobre nós, até porque o nosso bilhete de identidade sempre ostentou, em cabeçalho, as palavras «República Portuguesa», à qual nunca renunciámos e à qual queremos continuar a pertencer, se possível com o respeito dos Governos, sejam eles de gestão ou não.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em última análise, a UDP toma por base, na apreciação do Governo, a atitude que este toma face às lutas dos trabalhadores, face às suas reivindicações e anseios.

E não se pode dizer que o povo não tenha deixado claro, por várias vezes, quais são as suas legítimas aspirações, qual o país que quer construir. Basta ver a forma entusiástica como foi recebida a nova Constituição da República, o facto de em três eleições livres a maioria do povo ter votado pelo socialismo e pela Constituição e, finalmente, as pequenas e grandes jornadas de luta em que, no dia-a-dia, a grande massa dos trabalhadores tudo fez para travar a política antipopular dos sucessivos Governos.

Com o custo de vida a subir desta maneira quem é que pode viver? E com um desemprego assim, com que confiança se pode olhar para o futuro?

E, francamente, não nos venham com a velha lenga-lenga de que os preços sobem devido ao aumento de salários, nem com a história de que não se podem subir os salários porque a produtividade não cresce. Basta citar, ainda que rapidamente, os dados que vêm no último relatório do Banco de Portugal para vermos como essas histórias apenas se destinam a enganar os trabalhadores. Nesse insuspeito relatório se vê que os salários reais já se encontram ao nível de 1968, que o peso dos aumentos de salários no aumento de preços é apenas de 5%. E enquanto a produtividade cresceu de 7%, os salários reais desceram 9% durante 1977.

Por estes dados se vê que os preços aumentaram e os salários não crescem, e isto sobretudo para garantir os chorudos lucros aos capitalistas.

Este é o caminho de miséria que o povo não quer. Façamos sacrifícios sim, se esses sacrifícios forem para bem dos nossos filhos, mas não peçam mais sacrifícios ao povo para que aqueles que já são ricos ainda fiquem mais ricos.

E é contra esta política que o povo luta. Basta pormos os olhos em dois exemplos que hoje opõem os trabalhadores ao patronato reaccionário e ao Governo.

Olhemos para os trabalhadores do mar, que, com grande firmeza e combatividade, mantêm há mais de dois meses uma greve nacional, olhemos para os assalariados do Douro, que, não encontrando qualquer resposta às exigências, preparam uma grande concentração para o próximo domingo. E já amanhã o árido debate que aqui travamos será sacudido pela voz dos trabalhadores que virão manifestar-se às portas desta Casa.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Os trabalhadores da marinha mercante, que exigiam aumentos de salários e de pensões de reforma, viram as suas aspirações recusadas pelos armadores e pelo Governo. O II Governo chegou mesmo ao ponto de promover a requisição civil, de publicar despachos reaccionários que negavam direitos conquistados com o 25 de Abril, procurando, com tais expedientes, fazer vergar os trabalhadores. Não só o PS e o CDS, que estavam no Governo, estiveram comprometidos com essa actuação, como também o PSD, através dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, tudo fez contra os trabalhadores, indo ao ponto de tentar cortar a alimentação e a água às tripulações.

Este III Governo, ao invés de encarar seriamente as justas reivindicações dos homens do mar, limitou-se a propor que eles desistissem da sua luta, terminassem a greve, sendo-lhes pagos os dias de greve. Assim se tentou fazer chantagem com a fome dos trabalhadores — muitos deles já não recebem um tostão há dois meses.

Apesar de todas estas pressões, os trabalhadores têm-se mantido firmes e parte amanhã dos Cais do Sodré, uma manifestação até esta Assembleia. Os trabalhadores dirão de sua justiça sobre o III Governo. A UDP está com eles. O Governo Nobre da Costa não pode passar.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Enquanto este Governo, no seu Programa,

nem fala de uma velha aspiração dos homens do campo — o contrato de trabalho agrícola — lá nas terras do Douro os assalariados rurais levantam-se em luta pelos mais elementares direitos para mostrarem que, para lá do Marão, mandam alguma coisa os trabalhadores que lá estão.

Quem não conhece o vinho do Porto, famoso e apreciado em todo o Mundo? Quem não conhece algumas marcas famosas de vinho do Porto — por sinal quase todas inglesas? Quem não conhece a importância desse vinho nas nossas exportações?

Mas, o que pouca gente conhece é a história da vida muitas vezes de miséria dos que trabalham nas grandes quintas do Douro, por vezes debaixo da bandeira inglesa.

Desses homens talvez alguns conheçam os postais ilustrados, em que a miséria de quem trabalha é apresentada como beleza turística. Das mãos desses homens saem milhões de contos em vinho, e as terras do Douro vão ficando sempre mais pobres.

Mas os assalariados rurais levantam a sua luta, para terem salário mínimo, para poderem descansar aos domingos e feriados, terem direito a férias e para acabarem com o desumano trabalho de sol a sol. Lutam ainda para que tenham um direito elementar, que é a Previdência. Lutam, enfim, para que quem trabalhe a terra tenha os mesmos direitos que os outros trabalhadores, para que o 25 de Abril chegue também para lá do Marão.

Já uma vez falei deste assunto na Assembleia da República e a UDP já apresentou um projecto de trabalho agrícola.

Os assalariados rurais, Srs. Ministros e Deputados, vão realizar, no dia 24, na Régua, uma jornada de luta regional. Aqui, nesta Assembleia, correspondendo ao apelo de solidariedade lançado pelas suas direcções sindicais, erguemos a nossa voz em solidariedade a esses homens do «fim do mundo», onde também é Portugal, exaltando a sua coragem e persistência.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Falámos de duas lutas concretas, porque elas são exemplos e porque entendemos que é perante os anseios do povo e os interesses nacionais que se define um governo. O Governo Nobre da Costa, diante destas duas lutas, deu também as suas provas. Na marinha mercante nada fez para atender às reivindicações dos marinheiros. Perante as reivindicações dos assalariados rurais, manifestou a mais sóbranceira indiferença.

A UDP luta por um governo diferente. Lutamos por uma solução que, em vez de atacar os trabalhadores, tenha antes por preocupação cimeira apoiar-se em quem trabalha para pôr de pé a pátria livre e socialista que está na Constituição da República.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Rego.

O Sr. Raul Rego (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Ao apresentar o seu Governo a esta Assembleia, o Sr. Engenheiro Nobre da Costa disse que não discutia a sua legitimidade ou constitucionalidade. Parece-nos mal porque, tanto quanto se nos afigura, é por aí que se deveria começar e é sabido que no

decorrer da crise que levou à nomeação tanto do Primeiro-Ministro como do Governo extraparlamentares mais de uma vez a constitucionalidade dos factos foi posta em causa. Nem as respostas dadas pela Presidência da República nem outras defesas do processo seguido satisfizeram a opinião pública.

Não vamos trazer de novo à Assembleia da República os factos que levaram constitucionalistas a contradizêrem-se, com uma opinião defendida na Assembleia Constituinte e outra agora para bater em uníssono com a vontade presidencial.

Temos para nós que a Constituição é a base da nossa vida cívica e não é desrespeitando-a que concorremos para a harmonia entre os cidadãos. Daí que valha a pena discutir a democraticidade do Governo, os actos de quem o escolheu e como o escolheram. Nem a Constituição foi elaborada só para mero ornamento, uma espécie de quadro, salva ou jarrão, que se põe na sala, mas de que ninguém faz caso, nem pauta as acções daqueles que a olham.

Infringiu-se quanto a nós a Constituição ao escolher-se o Primeiro-Ministro sem que o seu nome fosse sequer indicado a alguns partidos; como se infringiria depois ao exonerar-se o anterior Primeiro-Ministro sem dar por findas as suas funções. Num e noutrô caso se foi contra o espírito e a letra da Constituição.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, para continuar a série de infrações à Constituição, este Governo apresenta-se à Assembleia da República com um elemento que de modo nenhum pode fazer parte na I Legislatura, dos Órgãos de Soberania da Nação.

*Aplausos do PS.*

E o Governo, Ministros e Secretários de Estado, é um dos Órgãos de Soberania.

Por que foi nomeado e tomou posse, perante o Presidente da República, o Dr. José Manuel Marques Leandro, antigo presidente da Câmara Municipal de Nova Lisboa, do cargo de Secretário de Estado da Administração Regional e Local? Não é a sua pessoa que está em causa nem nas nossas palavras há qualquer pessoalismo.

A Constituição é taxativa, no n.º 3 do artigo 308.º, ao determinar que não podem ser nomeados para os Órgãos de Soberania — entre os quais se encontra o Governo — os cidadãos que se encontrem abrangidos pelas incapacidades eleitorais passivas referidas no Decreto-Lei n.º 621-B/74, de 15 de Novembro.

Ora, na alínea a) do artigo 2.º e nos artigos 3.º e 4.º deste último diploma são dados como sofrendo de incapacidade eleitoral passiva os que entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974 tenham desempenhado funções de presidentes de câmara municipal, salvo se houverem sido judicialmente reabilitados ou, após o 25 de Abril, tiverem sido nomeados pelo Presidente da República, pelo Movimento das Forças Armadas, pela Junta de Salvação Nacional ou pelo Governo Provisório para o exercício de funções políticas, públicas ou de interesse público.

A Portaria n.º 857/74, de 31 de Dezembro, estendeu aos então territórios ultramarinos a aplicação

do Decreto-Lei n.º 621-B/74, procedendo, porém, às alterações consideradas indispensáveis em face da existência, passada ou presente, naqueles territórios de órgãos e entidades que, embora não referidos no mencionado diploma, exerciam funções idênticas ou correspondentes às de órgãos ou entidades metropolitanas nela expressamente referidas. Todavia, a citada portaria não introduziu qualquer alteração ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 621-B/74, designadamente para equiparar os órgãos de governo próprio dos territórios ultramarinos ao Governo Provisório. Isso justifica-se, desde logo, por não haver correspondência ou identidade de situações entre um órgão de soberania e um órgão de administração territorial.

Daqui resulta que as nomeações efectuadas pelos órgãos encarregados da administração dos territórios ultramarinos, após o 25 de Abril, não podem ter o efeito de subtrair cidadãos objecto de tais nomeações ao regime de incapacidade eleitoral fixado na lei.

Qualquer interpretação analógica, a fazer-se, é obviamente abusiva. Senão vejamos: é que, na mesma ordem de razões, e seguindo uma tão absurda interpretação analógica, a competência para estabelecer o próprio naipé das incapacidades eleitorais pertenceria aos territórios ultramarinos, aos respectivos órgãos de governo próprio.

Na verdade, o Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 de Novembro (Lei do Recenseamento), cuja aplicação foi estendida aos territórios ultramarinos pela Portaria n.º 765/74, de 25 de Novembro, atribuía ao Governo Provisório a incumbência de estabelecer, por decreto-lei sancionado pelo Conselho do Estado, as incapacidades eleitorais activas e passivas, o que ele veio a fazer pelo já referido Decreto-Lei n.º 621-B/74.

Poderia, analogicamente, entender-se que, nos territórios ultramarinos, tal competência seria exercida pelos respectivos órgãos de governo próprio, através de diploma legislativo sancionado pelo Conselho de Estado? O absurdo da analogia é tão evidente que dispensa outras possíveis considerações.

**O Orador:** — O apoio político do Governo nesta Assembleia e o prestígio interno e externo que a competência dos seus membros lhe granjeou permitiram-lhe alterar significativamente a situação financeira do País, assegurando a concretização de um acordo com o Fundo Monetário Internacional nas melhores condições para Portugal, em termos aliás inteiramente conformes com os do Programa do Governo previamente aprovado nesta Assembleia. O Governo negocou assim numa posição de força, o que lhe permitiu defender intransigentemente os interesses do País e evitar cedências ou atitudes de submissão que pusessem em causa a independência nacional ou se traduzissem em medidas fortemente lesivas do progresso da nossa economia.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — No seguimento do acordo foi possível à República Portuguesa apresentar-se com êxito inesperado no mercado financeiro internacional. Êxito que se traduziu na concretização de duas operações finan-

ceiras de grande envergadura (150 e 350 milhões de dólares, respectivamente, para não falar já do grande empréstimo) em termos altamente vantajosos para o Estado Português, como foi reconhecido nas publicações especializadas internacionais.

Desta forma se atingiram diversos objectivos: assegurou-se o financiamento do *deficit* externo até à primeira parte do próximo ano. Talvez aí, aliás, seja possível encontrar uma das razões de que se aproveitaram os desestabilizadores que geraram a actual crise política ou para ela quiseram contribuir.

Abriu-se à República a participação no mercado, favorecendo novas formas mais normais de financiamento e tornando-nos menos dependentes da assistência financeira internacional.

Melhorou-se o perfil temporal da dívida externa, contendo o individamento a curto prazo.

Libertaram-se cerca de 50 t de ouro, anteriormente dadas em garantia de outros empréstimos e que passaram a constituir reservas inteiramente disponíveis.

Todavia, sabendo-se que o Dr. Marques Leandro, nomeado agora para Secretário de Estado da Administração Regional e Local deste Governo, foi designado antes do 25 de Abril para desempenhar as funções de presidente da Câmara Municipal de Nova Lisboa, e face aos protestos que tal nomeação suscitou entre a opinião pública democrática, pretendeu-se afastar a questão da inconstitucionalidade e sua recente nomeação com o fundamento na sua confirmação como presidente da Câmara Municipal depois do 25 de Abril pelo Governo Provisório de Angola.

Mas, não tendo constado tais funções de gestão municipal do Dr. Marques Leandro do currículo distribuído aos órgãos de comunicação social na data da sua posse como membro do Governo, nem tendo sido referida a forma como se processa a sua confirmação como presidente camarário após o 25 de Abril, nem havendo conhecimento da existência legal, depois do 25 de Abril, de um denominado Governo Provisório de Angola (conhece-se, sim, e sucessivamente, um governo-geral, uma junta governativa ou um governo de transição); sabendo-se ainda que, mesmo que tal governo houvesse existido e confirmado o Dr. Marques Leandro nas suas funções, tal facto não implicava que o mesmo Dr. Marques Leandro continuasse ferido de incapacidade eleitoral passiva.

Perguntamos: Qual a lei que criou um denominado Governo Provisório de Angola e qual a data da sua publicação no *Diário da República*?

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Qual a data do despacho que terá confirmado o Dr. Marques Leandro como presidente da Câmara Municipal de Nova Lisboa, qual a entidade concreta que o subscreveu e qual o número e a data do jornal oficial que o publicou?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Conhecia o Sr. Primeiro-Ministro o dispositivo do n.º 3 do artigo 308.º da Constituição e os diplomas com ele conexos, elementos essenciais para a defesa do Estado democrático?

Tinha o Sr. Primeiro-Ministro conhecimento, ao propor a nomeação do Dr. Marques Leandro, que este desempenhara, antes do 25 de Abril, funções de presidente de uma câmara municipal? Ou foi-lhe tal facto ocultado pelo Dr. Marques Leandro?

No caso de o facto lhe não ter sido ocultado e, portanto, ser do seu conhecimento, teve o Sr. Primeiro-Ministro o cuidado de o transmitir ao Sr. Presidente da República? Ou, pelo contrário, entendeu dever ocultar tal facto ao Sr. Presidente da República?

As perguntas aí ficam. Os factos também. Estamos diante de mais uma falta de constitucionalidade do Governo. Não se respeitou a Constituição na escolha do Dr. Marques Leandro. E, embora o Sr. Primeiro-Ministro tenha tratado como questão de somenos a sua constitucionalidade do Governo, tanto assim que a afastou da sua exposição, parece-nos que a democraticidade tem de ser a base da nossa governação pública, muito mais da constituição do mesmo Governo. E não há democraticidade fora da Constituição.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não o será para o Sr. Primeiro-Ministro? Tem de o ser para esta Assembleia da República, tem de o ser para todo o povo português.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos encerrar o debate.

A reunião de amanhã começará às 17 horas e 30 minutos.

*Eram 21 horas e 15 minutos.*

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### **Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto Marques Antunes.  
Alfredo Fernando de Carvalho.  
Amadeu da Silva Cruz.  
António Alberto Monteiro de Aguiar.  
António Chaves Medeiros.  
António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.  
António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
António José Pinheiro Silva.  
António José Sanches Esteves.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Armando F. C. Pereira Bacelar.  
Armando dos Santos Lopes.  
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
Bento Elísio de Azevedo.  
Carlos Manuel da Costa Moreira.  
Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
Dieter Dellinger.  
Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Fernando Reis Luís.  
Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
Florival da Silva Nobre.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Francisco António Marcos Barracosa.  
Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
Gualter Viriato Nunes Basílio.

Jáime José Matos da Gama.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
João Francisco Ludovico da Costa.  
Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
Joaquim Oliveira Rodrigues.  
José Cândido Rodrigues Pimenta.  
José Ferreira Dionísio.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Maria Parente Mendes Godinho.  
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
Júlio Francisco Miranda Calha.  
Ludovina das Dores Rosado.  
Luís Abílio da Conceição Cacito.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel do Carmo Mendes.  
Maria Ermínia de Melo Moreira da Silva.  
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
Rui Paulo do Vale Valadares.  
Telmo Ferreira Neto.

##### **Partido Social-Democrata (PSD)**

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António Joaquim Veríssimo.  
António Júlio Simões de Aguiar.  
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
António Manuel Barata Portugal.  
Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Eduardo José Vieira.  
Fernando Adriano Pinto.  
Fernando José da Costa.  
Fernando José Sequeira Roriz.  
Gabriel Ribeiro da Frada.  
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
Jorge de Figueiredo Dias.  
José Adriano Gago Vitorino.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Augusto de Almeida de Oliveira Baptista.  
José Ferreira Júnior.  
José Gonçalves Sapinho.  
José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.  
José Rui Sousa Fernandes.  
Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
Rúben José de Almeida Martins Raposo.

##### **Centro Democrático Social (CDS)**

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
António Jacinto Martins Canaverde.  
António Simões Costa.  
Basilio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.

Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Cunha Simões.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Rui Garcia de Oliveira.  
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.

## Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

## União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

## Independentes

António Miguel Morais Barreto.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 José Manuel Medeiros Ferreira.

*Deputados que faltaram à sessão:*

## Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.  
 António Manuel Maldonado Gonçalves.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Jerónimo da Silva Pereira.

## Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 António das Neves Costa.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Theodoro de Jesus da Silva.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

## Centro Democrático Social (CDS)

Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.

**PREÇO DESTE NÚMERO 34\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**